

CADERNO METODOLÓGICO PARA FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM SAN/DHAAS



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

REALIZAÇÃO

Rede de Apoio à Implementação do SISAN na região Centro-Oeste (RAIS/CO)

APOIO E FINANCIAMENTO

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

EQUIPE RAIS

Anelise Rizzolo de Oliveira- Coordenação geral
Gabriela Sandoval de Mello Franco – Coordenação técnica
Nayara Côrtes Rocha- Coordenação ensino e pesquisa
Ana Maria Thomaz Maya Martins
Camilla Ceylão Daher Naves
Luís Eduardo Vieira Neves de Oliveira
Lewestter Melchior de Lima
Maria de Fátima Carvalho
Paula Gabriela Elias Chianca

CONSULTORES

Karina Guimarães Perpétuo
Carolina Ramalhete Vieira
Henrique Santana

REVISÃO

Ana Flávia Souza

CONTATOS

www.raisco.wordpress.com | opsan.rais@gmail.com

Brasília, 2016

“Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com
balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que se
medida pelo encantamento que a coisa produza em nós
Manoel de Barros

SUMÁRIO

6	APRESENTAÇÃO
8	PRINCÍPIOS NORTEADORES
13	ENCONTRO 01: HISTÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
20	FIO LÓGICO
22	ENCONTRO 02: INTERSETORIALIDADE E CIRCUITOS ALIMENTARES
36	FIO LÓGICO
37	ENCONTRO 03: CONHECENDO AS ETAPAS DO SISTEMA ALIMENTAR
42	FIO LÓGICO
43	ENCONTRO 04: DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL
47	FIO LÓGICO
48	ENCONTRO 05: MARCOS LEGAIS DE DH'S NO BRASIL E NO MUNDO
54	FIO LÓGICO
55	ENCONTRO 06: AS VIOLAÇÕES E A EXIGIBILIDADE DO DHAAS
57	FIO LÓGICO
59	ENCONTRO 07: DESAFIOS, POTENCIALIDADES E CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS
60	FIO LÓGICO
61	ENCONTRO 08: COLOCANDO O DHAAS EM PRÁTICA e CONCEITOS BÁSICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
70	FIO LÓGICO
71	ENCONTRO 09: SISTEMAS PÚBLICOS E SISAN
75	FIO LÓGICO

77	ENCONTRO 10: O SISAN E SEUS COMPONENTES
85	FIO LÓGICO
86	ENCONTRO 11: O PAPEL DAS ENTIDADES COM E SEM FINS LUCRATIVOS NO SISAN
91	FIO LÓGICO
93	ENCONTRO 12: CONHECENDO O SISAN NO NÍVEL LOCAL
95	FIO LÓGICO
96	ENCONTRO 13: CONCEITO DE DEMOCRACIA E CIDADANIA
98	FIO LÓGICO
100	ENCONTRO 14: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL
101	FIO LÓGICO
102	ENCONTRO 15: ENCONTRO FINAL
103	FIO LÓGICO
105	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
106	GLOSSÁRIO
111	ANEXOS
	ANEXO 01
	ANEXO 02
	ANEXO 03
	ANEXO 04
	ANEXO 05

APRESENTAÇÃO

Este curso é fruto de um projeto coletivo realizado a muitas mãos e com um desejo de que contagie o máximo possível de pessoas.

A Segurança Alimentar e Nutricional, desde a década de 1990, tem sido construída para revelar significados acerca do conjunto dos direitos sociais que a sociedade aprovou na Constituição Federal de 1988. Segurança Alimentar e Nutricional é um termo complexo e polissêmico que nos coloca grandes desafios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento social no Brasil. Partir do pressuposto do acesso a uma alimentação adequada e saudável para os brasileiros e as brasileiras como eixo norteador de políticas públicas gera uma série de processos e demandas estruturantes que o Estado, no diálogo participativo com a sociedade, precisa se responsabilizar, desde macro-políticas econômicas para a produção de alimentos seguros e saudáveis até políticas de educação alimentar e nutricional que promovam a reflexão sobre as escolhas alimentares de indivíduos e grupos.

O desafio deste curso passa pela lacuna existente sobre o que é e para que precisamos de Segurança Alimentar e Nutricional e Direitos Humanos à Alimentação Adequada e Saudável –SAN/DHAAS, no Brasil. Grande potencialidade e capacidade de transformação deste tema estão atreladas ao seu reconhecimento pelos sujeitos e atores envolvidos nesta construção, nos diferentes setores que atuam, pois a Política de SAN articula processos interdisciplinares e setoriais, intra e interdependentes e, muitas vezes, já existentes. Não há como garantir a SAN sem a articulação de direitos sociais. Assim, entendemos que não há SAN/DHAAS sem a disseminação de uma cultura afirmativa de direitos.

Diferente do Sistema Único de Saúde, construído a partir de ações e tensões em relação às necessidades de saúde da população brasileira nos territórios, como municípios, estados e regiões, a SAN / DHAAS vem sendo trabalhadas a partir do nível central que optou por estruturar um Sistema: Sistema Nacional de SAN com vistas a assegurar o DHAAS. Mas onde está a insegurança alimentar e nutricional “de fato e de direito”? Onde podemos ver suas demandas e necessidades? Por que caminho podemos acolher as denúncias de violações do direito humano à alimentação adequada e saudável? Qual a rede de equipamentos públicos e serviços que constituem o SISAN? Como revelar à sociedade que a alimentação, assim com a saúde e a educação no Brasil, são direitos sociais e como tal, devem ser monitorados pela sociedade para sua garantia? Estas e outras tantas perguntas, são provocações deste curso para que os sujeitos e atores sociais do cenário nacional possam buscar caminhos e se juntar a esta luta.

A proposta é dialogar com atores sociais dos mais variados perfis e setores como: professores, estudantes, profissionais de saúde, agricultores e agricultoras, conselheiros, merendeiras, povos e comunidades tradicionais, líderes comunitários, gestores de equipamentos públicos nas áreas da educação, assistência social, alimentação escolar, agronomia, agroecologia, educação popular, educação no campo, e todas as outras que se descubram dentro deste tema, no contexto participativo das políticas públicas e em todas suas esferas de atuação: estados, municípios e União.

A motivação principal desta publicação se originou e foi financiada por meio de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que selecionou 9 universidades brasileiras para apoiar e assessorar os estados, em um arranjo regional, para a implementação do SISAN, no ano de 2014. O Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília, OPSAN/UnB, foi selecionado para este acompanhamento na região Centro - Oeste. A região Centro – Oeste integrou os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, realizando o Projeto RAIS – Rede de Apoio à Implementação do SISAN na região Centro – Oeste. Dentre as unidades federativas desta região, o estado de Goiás não integrou a Rede. Os diferentes cenários políticos destes estados tecem uma teia de

contradições para a construção da SAN/DHAAS nos territórios. Os desafios relacionados ao avanço do agronegócio, uso abusivo de agrotóxicos, violação de direitos e acesso a terra das populações indígenas e regulação de publicidade infantil de alimentos, são alguns exemplos contundentes da região Centro – Oeste. Contudo, considerando o mosaico diverso que constitui o Brasil, temos convicção e expectativa de que este curso possa cruzar fronteiras para contribuir para a construção de significado da SAN/DHAAS em muitos cantos deste país tão rico e cheio de coragem.

Destaca-se o papel estratégico das universidades na agenda de educação em Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano e Alimentação Adequada e Saudável. Seu papel é permanente na construção do SISAN e deve ancorar saberes e práticas no diálogo com o ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo este tema no campo acadêmico - científico. Esperamos que este curso subsidie estratégias criativas de produção do conhecimento, no âmbito de cursos de extensão, programas de pós-graduação, assessoria na gestão de serviços públicos, cursos de graduação em áreas relacionadas ao tema, entre outras possibilidades educacionais, dentro e fora da universidade. A criação é livre!

Não obstante as tensões políticas que este tema revela, esperamos que ameaças a democracia e políticas afirmativas de direitos sociais não gerem retrocessos nesta construção da Política de SAN no Brasil. Somente com organização social é possível demandar a garantia do que foi construído e, democraticamente, provocar avanços vindouros para o fortalecimento da cultura de direitos que a SAN/DHAAS pode promover. Bom futuro!

Anelise Rizzolo
Coordenadora da Equipe RAIS – Centro Oeste
Professora Adjunta da FS/UnB
Pesquisadora do OPSAN/UnB

PRINCÍPIOS NORTEADORES DESTE CURSO

1) Este é um curso para pessoas adultas...

A valorização da cultura do(a) estudante é a chave para o processo de conscientização preconizado por Paulo Freire, que é mais que uma inspiração para a criação dos encontros desse curso. Como orienta o grande mestre, buscou-se, ao construir o fio das aulas, trazer para o foco “temas geradores” que estimulem os(as) participantes do curso a perceber seus lugares no mundo e se expressar sobre aspectos da realidade, mantendo uma ligação com o universo conhecido deles, impulsionando-os para novas descobertas e possibilitando uma aprendizagem significativa. A proposta de Freire é que a parte do **estudo da realidade** é a fala do educando, e a **organização do dado** é a sua fala, facilitador e facilitadora. Nas palavras dele “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o ser humano pode realmente conhecer”.

Já a abordagem da Educação Andragógica (ou educação de adultos) se baseia em seis princípios, que também norteiam as práticas que esperamos que você, facilitadora e facilitador, mantenham vivas durante o curso. São elas:

- a) *Necessidade de saber*: adultos precisam saber por que devem aprender algo e qual o ganho que terão no processo.
- b) *Prontidão para aprender*: o adulto fica disposto a aprender quando a ocasião exige algum tipo de aprendizagem relacionado a situações reais de seu dia-a-dia.
- c) *Papel das experiências*: para o adulto, suas experiências são a base de seu aprendizado. As técnicas que aproveitam essa amplitude de diferenças individuais serão mais eficazes.
- d) *Orientação para aprendizagem*: o adulto aprende melhor quando os conceitos apresentados estão contextualizados para alguma aplicação e utilidade.
- e) *Motivação*: adultos são mais motivados a aprender por valores intrínsecos: autoestima, prazer, qualidade de vida, desenvolvimento.
- f) *Autoconceito do aprendiz*: adultos são responsáveis por suas decisões e por sua vida, portanto querem ser vistos e tratados pelos outros como capazes de se autodirigir.

2) Como ler esse material? Guia de Navegação:

Este *Caderno de Metodologia* trabalha em “parceria direta” com o conteúdo de “O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, publicação de 2013 feita pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos ABRANDH. Esse material apoiou um curso, à época, em modalidade EaD que, agora, a RAIS/CO está tendo o prazer de transformar num material que dá suporte a um curso presencial. Portanto, as aulas aqui descritas se aproveitam do conteúdo desta publicação, que dá as bases conceituais para o desenvolvimento das atividades e diálogos propostos.

Você deve estar se perguntando se esse material estará totalmente atualizado para ser um parâmetro de conteúdo para o nosso curso em todas as situações. A resposta é *não*. O processo de implementação da política de Segurança Alimentar e Nutricional é contínuo progressivo e permanente. Esperamos e tentamos, com este caderno, criar caminhos e condições críticas de aprendizado para que participantes e facilitadores atualizem as informações necessárias.

As páginas da publicação, que chamaremos de *livro-texto* a partir de agora, são sempre mencionadas nas aulas aqui descritas. Essa numeração se refere às páginas da publicação em formato virtual, (formato de arquivo em PDF), que sofre uma pequena variação em relação ao livro-texto publicado em papel. O conteúdo do livro-texto serve mais para sua consulta e estudo, facilitador e facilitadora, do que para os(as) participantes do grupo. Estes poderão ter acesso, se desejarem, ao arquivo em PDF, mas não é obrigatório que o estudem. Nos momentos em que é necessário ter algum conteúdo para consulta durante a aula, isso é sinalizado para que vocês providenciem impressões.

Este Caderno de Metodologia também lança mão dos seguintes recursos:

PONTO DE ATENÇÃO: toques para que o facilitador ou facilitadora observe detalhes importantes para conduzir os encontros

FERRAMENTAS: toques sobre metodologias para desenvolver um exercício ou atividade

FIOS LÓGICOS: ao final da descrição de cada encontro, virá um resumo do que vai acontecer no encontro, em modelo de planilha, que ajuda o facilitador ou facilitadora a ter a visão do todo em poucas linhas. Os fios lógicos também fazem a divisão do tempo para cada atividade do encontro, informação que não aparece na descrição dos encontros.

CONTEÚDO DE APOIO: são textos que aportam conteúdo para as aulas, ampliando o oferecido pelo livro-texto. Esses conteúdos são **ESSENCIAIS** para qualificar o diálogo e as intervenções do(a) facilitador(a) dos encontros. O conteúdo de apoio virá sempre reunido antes do fio lógico do encontro.

3) O que é ajustável e o que é "imexível"?

Para construir esse Caderno de Metodologia, foi necessário optar por UM modelo de curso. O modelo escolhido foi uma sequência de 14 ENCONTROS, de 4 HORAS DE DURAÇÃO, no período matutino, com encontros QUINZENAIS, para uma turma de NO MÁXIMO 25 e NO MÍNIMO 14 pessoas. Esse formato pareceu muito bom, dado a experiência das pessoas que trabalharam para construir essa jornada de ensino e aprendizado. Porém está claro que pode não ser apropriado para todas vezes e realidades em que ele vai acontecer.

Portanto, adaptações à essa estrutura - número de aulas, tamanho das aulas, periodicidade, número de pessoas por edição – podem e devem ocorrer se isso for necessário para que o curso aconteça.

4) Breve preparação para facilitadores e facilitadoras

Algumas preparações para você, facilitador e facilitadora, antes iniciar o curso, são bem vindas e importantes:

Preparação pessoal: o educador português José Pacheco afirma que “um educador não ensina o que ele diz, mas sim transmite o que ele é”. Sua tranquilidade, boa vontade, curiosidade, interesse genuíno são combustível para cada momento com o grupo. Emoções e atitudes opostas a essas também! Sempre guarde alguns minutos antes de cada encontro começar para fazer um momento de centramento, com respiração e alguma postura de relaxamento, observando que emoções e pensamento estão habitando seu corpo. Conscientemente crie um lugar de calma interna antes de encarar o grupo. Cinco a dez minutos podem operar milagres e favorecer todo o processo para você mesmo(a), para o grupo e para o curso como um todo.

Preparação técnica:

- 1) antes de começar o curso, LEIA DO INÍCIO AO FIM este Caderno de Metodologia. Todo ele, mesmo. Sem a visão do todo, você pode se enrolar, perder tempo, fazer confusões e ter que refazer trabalho;
- 2) com tempo de antecedência de pelo menos três dias para cada encontro, leia toda a aula e também os conteúdos do livro-texto e de apoio. Alguns encontros exigem preparação prévia de média complexidade e deixar para se preparar na noite anterior pode lhe deixar em apuros;
- 3) mesmo com tudo preparado, planejado e organizado, sempre alguma coisa pode dar errado. Algo que atrasa, algo que se esquece em casa, algo que não funciona de jeito nenhum na hora H. Portanto, quanto melhor você conhecer o que é necessário ser feito, melhor você vai navegar por esses momentos de caos. Esteja preparado para ser, também, um(a) artista do improviso, que significa ser capaz de realizar o que tem que ser realizado com o que se tem na mão.

5) Procedimentos nos quais confiamos completamente:

Há várias formas de promover processos educativos. Os métodos escolhidos são importantes caminhos, pois geram condições para que os(as) estudantes construam suas sínteses e aprendizados coletivamente. Além disso, acreditamos que dar condições para que o ambiente educacional do curso permita que as relações interpessoais se fortaleçam é uma acertada e necessária estratégia pedagógica. Ambientes educativos que desconstruam as tradicionais relações de hierarquia e poder são muito potentes para promover processos geradores de transformação pessoal e social.

Abaixo pontuamos uma série de procedimentos que, se feitos e mantidos como uma prática pelo grupo, são capazes de consolidar um campo de bem-estar e um ambiente educacional de real potência de transformação individual e coletiva. Esses procedimentos foram desenvolvidos por Fábio Otuzi Brotto e grupo de educadores do Projeto Cooperação, pioneiro na construção de uma Pedagogia da Cooperação. Use e abuse:

- O CÍRCULO E O CENTRO: no círculo, todos e todas se vêem e são vistos, não há ninguém acima ou abaixo, dentro ou fora. O círculo elimina as hierarquias e iguala as pessoas: todas igualmente importantes e necessárias, legítimas em suas individualidades e iguais em sua humanidade. E todo círculo tem um centro, que é o lugar da comum-idade e do propósito do grupo. Sempre que possível, prefira o

círculo, e estabeleça, com um objeto, seu centro. Um jarro de flores pode ser bom para começar e, com o tempo, objetos cada vez mais significativos para o grupo, que ele mesmo pode construir ou propor.

- **COMEÇAR E TERMINAR JUNTOS:** isso marca uma pulsação, um ritmo, e um sentido de presença para o grupo. Começar e terminar juntos dá uma sensação de se ser um time, que entra em campo juntos para o que der e vier, e que sai do campo, com suas conquistas e aprendizados, também juntos. Haja o que houver, não perca esse ritmo. Mesmo que esse momento não possa ser maior que cinco minutos, não abra mão dele. Afinal, podemos ir mais rápido sozinhos, mas juntos e juntas vamos muito mais longe!

- **SIMPLES E DIVERTIDO:** Simplificar não é sinônimo de mediocridade nem falta de profundidade: ao contrário, a simplicidade contém uma potência absoluta. Tudo que puder ser simples é melhor do que for complexo, sempre. Por exemplo: se você pode dar uma boa aula escrevendo palavras-chaves em folhas A4, acredite que apresentações em slides difíceis de montar são desnecessárias. E somente uma pessoa profundamente enferma não gosta de se divertir. Mesmo! Todas as pessoas gostam de dar uma risada, de ficarem mais leves, de serem surpreendidas pelo belo e pelo gracioso. Processos simples e divertidos resgatam a vontade de aprender e de transformar o mundo.

- **EMERGÊNCIA DOS TALENTOS INDIVIDUAIS:** pessoas de todas as idades são fontes preciosas e surpreendentes de dons e talentos. Todos e todas tem um, ou vários! Infelizmente, eles tendem a ficar encolhidos, por nunca serem solicitados em ambientes formais. É incomum as pessoas perguntarem “quem sabe fazer crochê?” num curso sobre Políticas Públicas, por exemplo. Mas o crochê pode fazer a toalinha que vai embelezar o centro do círculo a cada encontro. Esteja mais que atento, provoque mesmo, para criar espaço para que os talentos – dos mais artísticos aos mais técnicos, dos mais rústicos aos mais tecnológicos – ajudem a compor o fazer do grupo, proporcionando riqueza para o coletivo e empoderamento para os indivíduos.

- **FOCALIZAR A COOPERAÇÃO:** educar para a cooperação e para a transformação de sujeitos deveria ser como uma chama de vela que clareia o quarto escuro. Como facilitador e facilitadora, ajude a iluminar cada situação para que cada pessoa e o grupo encontrem suas respostas, seu próprio caminho. Abra-se para dar seus próprios passos no caminho de seu próprio crescimento e maturidade, e esteja presente para contribuir na aquisição de consciência também sobre a forma. Nas palavras de Paulo Freire “Ninguém liberta ninguém. As pessoas se libertam em comunhão”.

- **MESTRE E APRENDIZES AO MESMO TEMPO:** Nas palavras de Paulo Freire “Ninguém liberta ninguém. As pessoas se libertam em comunhão”. Por isso, provoque sempre o grupo a se olhar, se acolher, se nutrir e ser capaz planejar, de maneira inclusiva, alternativas e diálogos que empoderem uns aos outros(as). Todas as pessoas tem algo para ensinar e todas as pessoas tem algo para aprender. Ser, ao mesmo tempo mestre e aprendiz nos lembra de atuar numa perspectiva que inclui generosidade, gentileza, curiosidade e... amor.

Oi, facilitadores e facilitadoras!

Me chamo **Caderno de Metodologia** e sou um guia criado para lhe ajudar a facilitar encontros de descoberta, aprendizagem e crescimento para muitas pessoas interessadas em consolidar a Alimentação Adequada e Saudável, como um inequívoco Direito Humano.

Trabalho em parceria direta com o livro-texto "*O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*", a principal referência teórica do curso.

Minha função é lhe orientar para que suas intervenções, ao longo do curso de formação, sejam o mais eficazes e proporcionem momentos de bem-estar para cada cursista que decidiu empreender essa jornada que você vai facilitar.

Ao se apropriar dos conteúdos do *livro-texto* e facilitá-los com metodologias ativas e princípios cooperativos e empáticos, você será capaz de fazer a diferença na consolidação de uma rede de multiplicadores comprometidos em consolidar uma cultura de direitos e ampliar ganhos da sociedade civil relacionados ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável - DHAAS.

Vou conversar com VOCÊ, e espero me fazer bem compreendido e ser um bom companheiro.

Experimente seu lado mais aventureiro para seguir minhas sugestões.

E experimente seu lado mais ousado para ir além delas sempre que sua intuição e conhecimento do grupo que está diante de você lhe disserem que é o melhor a fazer.

Vamos lá!

ENCONTRO 01: HISTÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

*"A alimentação humana é um complexo processo de transformação de natureza em gente, em seres humanos, ou seja, em humanidade
Flávio Valente*

PREPARAÇÃO de BOAS-VINDAS

Esse é o primeiro encontro com sua turma! Parabéns pelo início dessa jornada!

A sabedoria popular traz duas dicas para você nesse ponto de partida: comece com o pé direito e lembre-se que a primeira impressão (ou a primeira sensação) é a que fica. Conteúdo instiga e certamente importa muito, mas sensação de bem-estar é o que determina se quem veio hoje voltará na próxima aula e, caso positivo, com que estado ânimo.

Chegue com tempo de antecedência suficiente para preparar o espaço do encontro, de modo que as pessoas que chegarem sejam recebidas com música e um varal de estímulos, preparado por você, com imagens e frases. Use como referência, prioritariamente, a cultura e hábitos locais.

PONTOS DE ATENÇÃO

!!! Não lhe ocorrem referências locais para fazer esse varal? Então você pode usar, por exemplo, as músicas Comida, da banda paulistana Titãs, trechos de poemas de Cora Coralina, como Oração do Milho, ou frases de pessoas que são referência para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável - DHAAS, a Segurança Alimentar e Nutricional, como Josué de Castro, Betinho, Vandana Shiva, Flávio Valente.

Com essa ambientação feita, receba de maneira atenciosa cada participante, como bons anfitriões fazem. Garanta um tempo inicial para que todos possam interagir com o ambiente que você preparou. Mas cuide para não estender demais esse tempo e valorize a atitude correta de quem foi pontual. Dez minutos a partir do horário estabelecido para o início devem ser suficientes.

Tenha claro para você que, nesse momento, além de gerar esse ambiente acolhedor e aprazível, você também está investindo na criação do “espaço educador” condizente com o que esse curso deseja construir: pessoas conscientes da cultura de direitos, em particular do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável - DHAAS, sensibilizadas para ver a si mesmas e a todas as outras como portadoras desses direitos, e dispostas a transformar suas realidades e a da sociedade. Cada ação que você fizer – de maneira pensada e proposital – para gerar esse espaço de bem-estar vai potencializar ambos e, ao mesmo tempo e pouco a pouco, você vai ver leveza e densidade fortalecer todo o processo – individual, coletivo e social – da turma. Aqui vale “crer para ver”!

CRIAR CONTEXTO

Convide a todos e todas para se sentarem em seus lugares.

Sua maneira de dar boas vindas a cada um e cada uma, de proporcionar um espaço seguro e arejado para que haja trocas e abertura para aprendizagem e transformação, não só na primeira aula mas durante todo o curso, serão lembrados por muito tempo.

Gere contexto para o que está começando. De maneira breve e objetiva, se apresente e introduza os principais objetivos deste curso, descritos no texto de apresentação deste caderno de metodologia e nas páginas 5 a 7 do livro-texto.

APRESENTAÇÕES

Estimule uma rodada de apresentações. Convide cada um e cada uma a se levantar, colher do varal uma imagem, frase ou poesia e se juntar em subgrupos de, preferencialmente, pessoas que ainda não se conhecem bem, e de no máximo, cinco integrantes cada.

Com os subgrupos formados, **explique o exercício:**

- 1) *Esse será um momento de conversa para que vocês se conheçam mais.*
- 2) *Vocês vão conversar em rodadas, a primeira de 20 minutos, e as duas seguintes de 15 minutos.*
- 3) *Fiquem tranquilos que eu sinalizarei o tempo para vocês. Quando o tempo da rodada se esgotar, vocês se despedem e encontram outra: quatro pessoas (outro subgrupo) e seguem conversando.*
- 4) *Compartilhem:*
 - seus nomes;
 - algo que a foto ou frase escolhida revela sobre você;
 - três fatos no seu caminho que te trazem orgulho, emoção; e
 - o que você acha que o mundo perderia se não existissem pessoas que trabalhassem com SAN

Lembre à turma que tão importante quanto falar é ouvir, e convide cada um e cada uma para evitar a monopolização da fala e a sustentar uma atitude curiosa e aberta em relação ao que escutar. Faça o mesmo você também e se mantenha presente e disponível. Permita ao grupo conversar sem interrupções o máximo possível. Entre uma rodada e outra, *se necessário*, reforce alguma orientação.

PONTOS DE ATENÇÃO

Deixe visível, anotando no quadro ou outra superfície, os pontos sobre os quais a turma deve conversar. Isso vai ajudar no entendimento e desenvolvimento da tarefa.

FERRAMENTA

(RE)ESTABELECE O SILÊNCIO

Quando a conversa esquenta, nem sempre é fácil recobrar o silêncio para dar novas orientações ou finalizar a atividade. Alguém gritando “Atenção, pessoal!!!!”, além de ser contraproducente, é desagradável para o grupo e ruim para a sua voz. A sugestão é consolidar um código para pedir silêncio.

Algumas maneiras de fazer isso:

- Colocar-se num local visível da sala e LEVANTAR O BRAÇO. Orientar que, ao ver esse sinal, o pedido é parar de falar e levantar o braço também. Isso vai gerar uma onda de silêncio.

- Criar um som ritmado com percussão corporal que, ao fazê-lo, todos que ouvem cessam a conversa e repetem o ritmo junto. Por exemplo: palma-palma-estalar os dedos estalar os dedos.
 - Usar um instrumento para esse fim: um sino ou um apito de passarinho são boas opções.
- Use sempre que precisar, ao longo de todo o curso. Logo vai virar um hábito muito positivo para o grupo como um todo.

COMBINADOS

Convide a turma para fazer um círculo e inicie um momento de estabelecer os combinados para o bem-estar coletivo e bom desenvolvimento do curso.

Inicie apresentando os limites metodológicos, ou seja, aquilo que tem que acontecer de uma maneira determinada: número de encontros do curso dia, hora e local dos mesmos, obrigações de presença, trabalhos exigidos. Enfim, aqueles pontos que todos precisam saber para poderem se comprometer com o processo de maneira consciente e sem grandes sustos.

Em seguida, oriente a turma para formar trios e **explique o exercício:**

- 1) *Em trios, eu gostaria que conversassem em torno da seguinte pergunta: “para estarem presentes aqui, o que cada um e cada uma de vocês precisa ter garantido?”. Com “estarem presentes aqui” eu quero dizer estarem numa situação em que sua atenção não te seja roubada, seja por um desconforto físico ou uma preocupação externa. O que vai favorecer que você esteja no aqui-agora e não no lá então?*
- 2) *Também traga para essa conversa suas ofertas em relação à sua participação, e os pedidos em relação à participação da turma como um todo e a minha, como facilitador(a) desse processo. O que você pensa sobre dedicação, pontualidade, compartilhamento de saberes?*
- 3) *Então: aí com seu trio, desenvolva esse contrato ou, em outras palavras, esse “trato-com” você e com cada uma e cada um aqui presente. Só você sabe onde seu calo lhe aperta, ou o que lhe faz falta. E só você sabe a oferta incrível que você pode ser. Podem começar.*

Ao final do tempo estabelecido para o diálogo, de posse de canetas coloridas e uma cartolina, peça para que uma pessoa de cada trio compartilhe as respostas. Peça para alguém do grupo anotar as “cláusulas” do contrato, com palavras, desenhos e cores. Se houver resistência ou excesso de timidez nesse momento, tente contornar dando leveza ao momento ou faça você as anotações, o que achar mais conveniente.

Ao final da partilha dos trios, sugira a inclusão de pontos que considere importantes e que não surgiram na conversa dos trios. Medie a conversa para que, ao final, haja o contrato do grupo, único para todos e todas e de responsabilidade comum. Ou seja, leve ao grupo o entendimento (e a vivência, ao longo dos encontros) de uma experiência de aprendizagem cooperativa, onde você, como facilitador ou facilitadora, tem uma série de responsabilidades específicas e distintas das dos demais participantes, mas não é a única pessoa responsável por fazer do curso um caminho prazeroso, rico e transformador.

PONTOS DE ATENÇÃO

Nesse momento cabem sugestões suas para ajudar o grupo a se manter em contato e se apoiar mutuamente (lista de contato, criar um grupo num aplicativo de conversa combinar caronas solidárias etc). Mas cuide para que essas combinações não dispersem o grupo, sendo melhor que aconteçam pela mão de um(a) participante que voluntarize para cuidar de pegar os contatos e montar um grupo de WhatsApp, por exemplo.

Por fim, algo importante num contrato é a sua assinatura! Uma salva de palmas, um grito coletivo, uma dança ao redor do documento... Convide o grupo para assinar esse contrato (o “trato com” todos e todas), que será fixado na parede e retornará para a parede a cada aula. É um documento vivo, pode e deve ser revisto sempre que necessário e, sendo consenso no grupo, ter partes acrescentadas ou suprimidas.

PONTOS DE ATENÇÃO

Se você tiver a sorte de realizar os encontros do curso num espaço que não precise ser desmontado e remontado, esse contrato não vai precisar sair da parede. Nem ele nem outras produções que o grupo vai realizar ao longo do processo e que vai contar a história dessa jornada de aprendizagem, cooperação e transformação. Se esse não for o caso (normalmente não é), além do Contrato, reúna, ao longo do processo, produções significativas que possam voltar para a sala do encontro. Uma ou duas pessoas da turma podem se tornar “guardiões da história do grupo”, ou outro nome melhor. Pense nisso!

INTERVALO

Nessa primeira aula, a sugestão é que você ofereça um lanche que seja simples e significativo, numa mesa representativa de um curso sobre Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável - DHAAS, Segurança Alimentar e Nutricional: uma fruta regional e da época, algum produto da agricultura local... Apresente essa mesa com alegria, celebrando a satisfação de começar o curso. Solicite que a turma se comprometa a, em duplas e numa maneira de rodízio, garantir um lanchinho acessível e gostoso para a turma a partir do próximo encontro. Pergunte quem pode cuidar disso no segundo encontro. Marque os dois nomes.

PONTOS DE ATENÇÃO

Você deve ter notado que não estou usando nenhuma sigla aqui. Isso é um convite para você: priorizar o uso dos termos por extenso até que eles estejam internalizados por todos e todas. Pouco a pouco introduza as siglas como SAN, DHAAS, SISAN e outras.

HISTÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Agora é hora de começar a entrar no conteúdo. Exponha para a turma a linha do tempo dos marcos históricos da Segurança Alimentar e Nutricional no mundo e no Brasil. Prepare com antecedência essa linha do tempo, onde você vai marcar, na forma de uma grande “régua cronológica”, a data e/ou o nome do evento que marcou essa história. Esse conteúdo está descrito nas páginas 11 a 14 do livro-texto.

Em relação a esta história, é importante esclarecer uma questão: o Brasil construiu um conceito de Segurança Alimentar e Nutricional multideterminado e complexo. Isso quer dizer que, para que a SAN tenha significado, é importante entender as múltiplas dimensões que a constituem. Neste sentido, a soberania alimentar é uma dimensão chave da abordagem e, embora não esteja citada no conceito oficial, se articula com o tema a partir de necessidade de defesa e manutenção da cultura alimentar dos povos. Não há soberania alimentar sem preservação de hábitos e costumes locais, não há segurança alimentar e nutricional sem autonomia de escolhas de alimentos em uma comunidade, grupo social, população ou povos. O Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, uma importante organização da sociedade civil brasileira, incluiu o termo soberania em seu nome, a partir de 2012. Hoje se chama Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Neste curso de formação, embora o conceito de SAN adotado seja o presente na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional-LOSAN (2006), entende-se que a soberania alimentar é uma das dimensões políticas estruturantes do conceito de SAN. Em alguma medida, a compreensão de soberania alimentar é também capaz de reunir ou expressar todos os desafios e complexidade da SAN. Desta forma, é

importante que os participantes saibam que estes termos não se excluem ou competem para o alcance da SAN e DHAAS. Não há segurança alimentar e nutricional sem soberania alimentar!!!

Explique o exercício:

- 1) *Vocês têm diferentes idades e diferentes vivências. Enquanto eu pontuava esses marcos, o que lhes veio à memória? Quais suas lembranças sobre esses marcos? O que aconteceu nesses momentos? Por que eles são marcos importantes para a Segurança Alimentar e Nutricional?*
- 2) *Eu gostaria que vocês conversassem entre vocês sobre esses marcos. Por gentileza, se reúnam em subgrupos (quatro ou cinco integrantes).*

Após o tempo determinado, num semicírculo diante da linha do tempo, pergunte, seguindo a cronologia dos marcos, se alguém quer compartilhar algo para preencher de sentido os pontos “soltos no tempo”. Os que não forem comentados, comente-os você, a partir do conteúdo do livro-texto.

Traga também a dimensão de que direitos humanos, de qualquer natureza, são conquistas que vêm depois de muito trabalho, muita discussão, comprometimento de muitas pessoas, umas batalhas ganhas e outras perdidas. Foram conquistados pelos povos ao longo da história, não foram “dados” por Organizações ou Estados. Os marcos são o cume de longas e árduas jornadas. A ideia é mesmo politizar o debate e inspirar a turma a ir à luta pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável - DHAAS, a todas e todos. Os textos do conteúdo e apoio vão lhe ajudar a fazer conduzir essa conversa.

FECHAMENTO

A aula está quase terminando. Com o grupo sentado em círculo, proponha uma breve avaliação do encontro, guiado pelas seguintes perguntas:

- *Como foi o dia hoje?*
- *O que você gostaria que se mantivesse?*
- *O que poderia melhorar?*

Anote as respostas, de preferência de maneira visível para o grupo. Anotar é importante para que você não se esqueça e possa reforçar o que foi percebido como positivo e melhorar o que foi percebido como pontos frágeis.

CONTEÚDO DE APOIO

MÓDULO 2 - AULA 1

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS? PRINCÍPIOS E ALGUNS ATRIBUTOS BÁSICOS

Direitos Humanos são aqueles que os seres humanos possuem única e exclusivamente, portarem nascido e serem parte da espécie humana. São direitos inalienáveis o que significa que não podem ser tirados por outros, nem podem ser cedidos voluntariamente por ninguém e independem de legislação nacional, estadual ou municipal específica. Devem assegurar às pessoas o direito de levar uma vida digna. Isto é: com acesso à liberdade, à igualdade, ao trabalho, à terra, à saúde, à moradia, à educação, entre outras coisas.

No entanto, vale também ressaltar que a definição de direitos humanos está em constante construção, pois esses direitos foram conquistados a partir de lutas históricas e, por isso, correspondem a valores que mudam com o tempo. Eles avançam à medida que avança a humanidade, os conhecimentos construídos e a organização da sociedade e do Estado.

Os direitos humanos foram pactuados como inerentes a toda pessoa humana por meio de um longo processo de lutas, conflitos entre grupos, especialmente, entre aqueles detentores do poder e as majorias sem poder algum. Portanto, tudo o que se refere à promoção de direitos humanos está relacionado ao estabelecimento de limites e de regras para o exercício do poder, seja esse público, seja privado, econômico e mesmo religioso.

Os instrumentos de direitos humanos, normas acordadas ou declarações que prevêm estes direitos, por terem sido firmados em momentos de grande mobilização e indignação popular contra os abusos de poder, por parte dos Estados e de grupos hegemônicos, ou depois de grandes catástrofes provocadas por guerras ou disputas que produziram a morte de milhares ou milhões de pessoas em condições desumanas, são uma conquista da luta dos povos contra a opressão, a discriminação, o uso arbitrário do poder ou omissões por parte dos detentores do poder.

Exemplos disso são a Declaração de Direitos dos homens e dos Cidadãos, firmada logo após a Revolução Francesa, em 1789; a Constituição dos Estados Unidos da América promulgada em 1787, 11 anos após a vitória do povo americano contra o Império Britânico; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e os Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

Direito humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Módulo 2- Valéria Burity, Thaís Franceschini e Flávio Valente, 2010.

CAPÍTULO 3 - DIREITOS HUMANOS: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO

MÓDULO 3.1

POR QUE DIREITOS HUMANOS?

A batalha pelos direitos humanos é uma construção histórica. Pessoas foram e são presas, assassinadas, coagidas e torturadas apenas por lutarem por liberdade e por uma sociedade mais justa. A luta por direitos é, especialmente, contra a opressão e as injustiças. É um combate em favor da emancipação e da autonomia de homens e mulheres que historicamente foram privados da condição de cidadãos/ãs. Se hoje podemos votar, nos reunir em torno de uma causa social e acessar alguns serviços públicos (como educação e saúde), isso nem sempre foi assim. Os direitos não são dados por aqueles que detêm o poder, mas sim conquistados por aqueles/as que vivem situações de opressão, invisibilidade e violação. Os direitos só existem, portanto, pela contínua peleja de sujeitos políticos (movimento de mulheres, movimento campesino, movimento negro, movimento indígena, movimento pela reforma urbana, etc.), pelo reconhecimento de suas identidades, pelo questionamento das hierarquias sociais ao longo da história e pela militância em favor da redistribuição dos recursos gerados pela sociedade. Esse é um ponto importante. Não existe efetivação dos direitos humanos sem que os recursos gerados pela sociedade sejam distribuídos de forma justa. Efetivar direitos custa dinheiro. Na maioria das vezes, as elites no poder não priorizam a realização de políticas que garantam uma vida com dignidade para os grupos menos favorecidos. Os recursos públicos sempre foram apropriados pelos grupos dominantes, de forma "lícita" (por uma estrutura patrimonialista que permite que pessoas e grupos se apropriem de forma privada dos recursos públicos) ou, muitas vezes, por meio de corrupção. Assim, a luta pelos direitos está intrinsecamente relacionada com a busca pela justa redistribuição dos recursos públicos e pelo reconhecimento das identidades. Trata-se de um movimento dinâmico de lutas e avanços que eleva progressivamente as nossas sociedades a novos patamares de liberdade, igualdade, respeito e dignidade. O moderno conceito de direitos humanos, forjado após a Segunda Guerra Mundial incorporou parte dos valores morais, filosóficos, libertários e religiosos – como a ideia de igualdade, justiça, liberdade, sustentabilidade, dignidade humana – que a humanidade construiu por séculos. Esses valores foram "codificados", sistematizados e incorporados no conceito de direitos humanos, constituindo não apenas um discurso político ou uma ideia, mas sim um sistema de direito positivo internacional e nacional, que cria obrigações para os Estados nacionais e para a comunidade internacional. O Estado é o principal responsável por assegurar o cumprimento dos direitos. Todos os seus órgãos e poderes devem atuar em conjunto com o objetivo central de garantir uma vida com dignidade para todos e todas. O Estado deve atuar diretamente, de modo a não violar os direitos de seus cidadãos e cidadãs, assim como deve implementar políticas e serviços públicos. O Estado também deve atuar indiretamente, na regulação do mercado e de comportamentos privados (como no caso da violência doméstica e da criminalização do racismo), de modo a corrigir distorções e garantir a proteção aos grupos e às populações com histórico de discriminação ou vulnerabilidade. Cabe ressaltar que a igualdade e a não discriminação são princípios fundamentais que compõem o conceito de direitos humanos. Todos nascem iguais em dignidade e direitos. Contudo, nas desiguais sociedades latino-americanas, o patriarcalismo, o sexismo e o racismo ainda persistem. Isso possibilita que as mulheres, os/as indígenas, o segmento LGBT, os/as negros/as tenham maiores dificuldades de acessar direitos em razão do preconceito e de um histórico de discriminação e exclusão.

Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Módulo 3.1 - Alessandra Cardoso, Alexandre Ciconello, Cleomar Manhas, Iara Pietricovsky de Oliveira, José Antonio Moroni, Lucídio Bicalho e Nathalie Beghin, 2013.

O DIREITO AO DELÍRIO

Está a nascer o novo milênio. Não dá para levar o assunto demasiado a sério: ao fim e ao cabo o ano 2001 dos cristãos é também o ano 1379 dos muçulmanos, o 5114 dos maias e o 5762 dos judeus. Além disso, o novo milênio nasce no primeiro de Janeiro por obra e graça de um capricho dos senadores romanos, que em determinada altura decidiram romper com a tradição que mandava celebrar o ano novo no começo de cada primavera.

A contagem dos anos da era cristã provém ainda de outro capricho: um belo dia o papa de Roma decidiu datar o nascimento de Jesus, mesmo que ninguém pudesse precisar então em que data tinha ele nascido. O tempo ri-se dos limites que inventamos para construirmos a ficção de que ele nos obedece, mas o mundo inteiro celebra e teme essa espécie de fronteira. Milênio vai, milênio vem, a ocasião é, assim, propícia para que oradores de inflamada verve possam perorar acerca do destino da humanidade, e para que os arautos da ira de Deus possam anunciar o fim do mundo. O tempo, esse, lá continua sossegado a sua caminhada ao longo da eternidade e do mistério. Verdade seja dita, porém, é uma data assim, por mais arbitrária que ela seja, não há quem resista, e ninguém escapa afinal à tentação de tentar saber como será o tempo que será

Vá-se lá saber porém como será. Possuímos uma única certeza: no século vinte e um, ainda que possamos estar aqui, seremos todos gente do século passado e, pior ainda seremos gente do passado milênio. Não podemos todavia tentar adivinhar o tempo que será sem que tenhamos, pelo menos, o direito de imaginar aquele que queremos que seja. Em 1948 e em 1976, as Nações Unidas proclamaram extensas listas de direitos humanos, mas a imensa maioria da humanidade não tem senão o direito de ver, de ouvir e de calar. Que tal se começássemos a exercer o nunca proclamado direito de sonhar? Que tal se delirássemos por um pouco? Vamos então lançar o olhar para lá da infâmia, tentando adivinhar outro mundo possível.

No próximo milênio o ar estará limpo de todo veneno que não venha dos medos humanos e das humanas paixões. Nas ruas, os automóveis serão esmagados pelos cães. As pessoas não serão programadas por computador, nem compradas no supermercado, nem espiadas por televisor. O televisor deixará de ser o membro mais importante da família e será tratado como o ferro de engomar ou a máquina de lavar a roupa. As pessoas trabalharão para viver, em vez de viverem para trabalhar. Será incorporado nos códigos penais o delito de estupidez, que cometem todos aqueles que vivem para ter ou para ganhar, em vez de viverem apenas para viver, como canta o pássaro sem saber que canta e como brinca a criança sem saber que brinca. Em nenhum país serão presos os jovens que se recusem a cumprir o serviço militar. Os economistas não chamarão nível de vida ao nível de consumo, nem chamarão qualidade de vida à quantidade de coisas. Os cozinheiros deixarão de considerar que as lagostas gostam de ser cozidas vivas. Os historiadores deixarão de crer que existiram países que gostaram de ser invadidos. Os políticos não acreditarão mais que os pobres adoram comer promessas. A solenidade deixará de se julgar uma virtude e ninguém tomará a sério nada que não seja capaz de assumir. A morte e o dinheiro perderão os seus poderes mágicos, e nem por disfunção ou por acaso será possível transformar o canalha em cavalheiro virtuoso. Ninguém será considerado herói ou louco só porque faz aquilo que acredita ser justo, em vez de fazer aquilo que mais lhe convém. O mundo já não se encontrará em guerra contra os pobres, mas sim contra a pobreza, e a indústria militar não terá outro caminho senão declarar a falência. A comida não será uma mercadoria, nem a comunicação um negócio, porque a comida e a comunicação são direitos humanos. Ninguém morrerá de fome porque ninguém morrerá de indigestão. As crianças de rua não serão tratadas como se fossem lixo, porque não haverá crianças de rua. Os meninos ricos não serão tratadas como se fossem dinheiro porque não existirão meninos ricos. A educação não será um privilégio apenas de quem possa pagá-la. A polícia não será a maldição daqueles que não podem comprá-la. A justiça e a liberdade, irmãs siamesas condenadas a viverem separadas, voltarão a juntar-se, bem unidas ombro com ombro. Uma mulher, negra, será presidente do Brasil e outra mulher negra também, será presidente dos Estados Unidos da América; uma mulher índia governará a Guatemala, e outra o Peru. Na Argentina, as loucas da Praça de Maio serão um exemplo de saúde mental, porque se negaram a esquecer em tempos de amnésia obrigatória. A Santa Madre Igreja corrigirá os erros das tábuas de Moisés, e o sexto mandamento mandará festejar o corpo. A Igreja ditará também outro mandamento que havia sido esquecido: "Amarás a natureza, da qual fazes parte". E serão reflorestados os desertos do mundo e os desertos da alma.

Os desesperados serão esperados e os perdidos serão encontrados, porque eles são aqueles que desesperaram de tanto esperar e os que se perderam de tanto procurar. Seremos compatriotas e contemporâneos de todos os que tenham desejo de justiça e desejo de beleza, tenham nascido onde tenham nascido e tenham vivido quando tenham vivido, sem que importem as fronteiras do mapa e do tempo. A perfeição continuará a ser o aborrecido privilégio dos deuses, mas, neste mundo imperfeito e exaltante, cada noite será vivida como se fosse a última e cada dia como se fosse o primeiro.

ENCONTRO 01: HISTÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
HORÁRIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	PREPARAÇÃO DE BOAS VINDAS	<p>Criar ambientação com música e um varal de estímulos.</p> <p>Receber cordialmente os participantes.</p>	<p>Barbante, imagens, pregadores</p> <p>Equipamento de som e música.</p>	<p>Músicas e imagens devem ser escolhidas pelo facilitador com referências locais</p> <p>Música começa ao menos dez minutos antes</p> <p>Estimular que o participante interaja com o local antes de começar o evento</p>
08h10	CRIAR CONTEXTO	Apresentar-se e apresentar os objetivos do processo de formação. (10min)	Cadeiras em círculo	
08h20	APRESENTAÇÕES	<p>Solicitar que todos circulem, e escolham uma imagem, frase ou poesia para "colher" do varal.</p> <p>Orientar que participantes conversemem três rodadas</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Que esta imagem/frase revela sobre você? (20min)</i> - <i>Conte três fatos no seu caminho que te trazem orgulho/emoção? (15min)</i> - <i>Se não existissem pessoas que trabalhassem com SAN, o que o mundo perderia? (15min)</i> 		Subgrupos de 5 até pessoas

09h10	COMBINADOS (Com-Trato)	<p>Apresentar o curso e suas delimitações metodológicas (datas, horários, local, assiduidade, tarefas de casa etc. (15min)</p> <p>Orientar conversa em trios sobre: - <i>Para vocês estarem presentes aqui, o que vocês precisam?</i> (10min)</p> <p>Em seguida, uma pessoa de cada subgrupo apresenta os pedidos e o facilitador(a) consensua para chegar a UM combinado. Combinados serão anotados com palavras e desenhos. (25min)</p> <p>Afixar o combinado em local visível e usá-lo até o final da formação.</p>	<p>Papel grande (folhas de flipchart ou cartolina), canetões, giz de cera</p> <p>Alternar cadeiras em círculo e subgrupos</p>	<p>Afixar o combinado em local visível e usá-lo até o final da formação.</p> <p>O combinado pode ser ajustado, pois é vivo.</p>
10h	INTERVALO	Compartilhar alimentos que tenham a ver com a SAN e a regionalidade	Lanche	No primeiro encontro, o(a) facilitador(a) leva algo e solicita que duplas se comprometam com o lanche nos próximos encontros.
10h30	HISTÓRIA DA SAN	<p>Apresenta a linha do tempo com as tarjetas. (10min)</p> <p>Subgrupos se reúnem e conversam sobre os marcos. Viveram algum? Quais as suas lembranças? (25min)</p> <p>Facilitador(a) pergunta aos subgrupos suas memórias sobre os marcos e apresenta os</p>	Linha do tempo (régua cronológica) com tarjetas com marcos e datas.	Páginas 11 a 14 do livro-texto

		marcos que não foram comentados ou podem ser aprofundados. Traz para a conversa o entendimento de que direitos são construções no tempo e que marcos são representações de conquistas numa longa jornada de luta. (25min)		
11h30	FECHAMENTO	Breve avaliação do dia, a partir das seguintes perguntas: - <i>Como foi o dia hoje?</i> - <i>O que você gostaria que se mantivesse?</i> - <i>O que poderia melhorar?</i>	Cadeiras em círculo Flipchart/cartolina e canetões	

ENCONTRO 02: INTERSETORIALIDADE

CHEGADA

Cadeiras em círculo, comece o encontro convidando todos e todas para um reencontro. Peça que cada um e cada uma olhe quem são os parceiros de curso, pedindo para que se olhem uns aos outros, lembrando as fisionomias, as falas ou algum detalhe que lhe chamou atenção sobre as pessoas que estavam ali. Diga, de maneira descontraída, algo como “Tenho certeza que vocês se lembram do nome de todo mundo aqui, né?” Então convide todos e todas para colocar o nome (ou apelido, se preferir) na roda. A cada nome/apelido dito, todo o grupo repete em uníssono Pessoa a pessoa, até fechar a roda.

FERRAMENTA

Um indicador de cooperação e empatia importante é o hábito consistente de chamar pelo nome as pessoas com quem convivemos. Quanto mais cedo todos e todas saibam o nomes dos parceiros e das parceiras de jornada, melhor. Chamar pelo nome é uma maneira de firmar conexões. Para favorecer essa memorização, que tal um jogo? Além disso esse jogo proporciona movimento e descontração para o grupo e ajuda a desconstruir a “tirania da perfeição”: confusão, dúvida e erro podem ser levados com bom-humor e leveza (assim como deveria ser em qualquer situação...)

Jogo dos Nomes:

Etapa 1) EU

Em círculo, sentido anti-horário, cada pessoa fala seu próprio nome, para a roda como um todo e, especificamente, para a pessoa que está ao lado no sentido do jogo.

Etapa 2) TU

Em círculo, sentido anti-horário, cada pessoa fala agora o nome de quem está do lado direito, ou seja, a pessoa que virá em seguida no círculo.

Etapa 3) ELE

Em círculo, sentido anti-horário, cada pessoa fala agora o nome de quem está do lado esquerdo, ou seja, a pessoa que está logo antes na roda. (CADA UMA DAS ETAPAS acontece duas ou três vezes e, se possível, acelerando a velocidade).

Esse jogo proporciona movimento e descontração para o grupo e ajuda a desconstruir a “tirania da perfeição”: confusão, dúvida e erro são levados com bom-humor e leveza.

JOGO DA EQUIDISTÂNCIA

Esse momento visa preparar o entendimento, para além da cognição, do conteúdo que você apresentará a seguir, “Intersetorialidade em Segurança Alimentar e Nutricional”. O Jogo da Equidistância estimula a percepção de que todos somos parte do sistema, o afetamos que queiramos ou não, e somos igualmente afetados por seus movimentos.

Para esse jogo, é preciso que haja área de circulação para as pessoas. Oriente ao grupo colocar as cadeiras encostadas nas paredes e, de pé formar um círculo.

Explique o exercício:

- 1) *Aí no seu lugar, olhe seus colegas, suas colegas... Sem dar bandeira, escolha duas pessoas e não conte para ninguém.*
- 2) *Todo mundo já escolheu? Certo. Não vão esquecer, hein?*
- 3) *Agora caminhem pela sala. Não andem só em círculo, experimentem outras direções...*
- 4) *Ótimo. Agora parem onde estão. Olhem ao redor. Sem revelar nada, atenção: conseguem ver onde estão as duas pessoas que escolheram agora há pouco? Sim?*
- 5) *Quando eu falar JÁ!, vocês vão, EM SILÊNCIO, se movimentar de maneira a ficarem equidistantes das duas pessoas escolhidas. Todo mundo sabe o que é ficar equidistante? É ficar à uma mesma distância. Ou seja, cada um e cada uma de vocês vão se movimentar com o objetivo de ficar à uma mesma distância das duas pessoas escolhidas.*
- 6) *Alguma dúvida? Então... JÁ!*

Observe o que acontece.

Mantenha o silêncio e a concentração.

No início, possivelmente haverá bastante movimento, mas à medida que o jogo avança, há uma tendência ao equilíbrio e à quietude. Quando chegar à esse ponto, intervenha no jogo.

Vá até o ouvido de alguém e diga “Por favor, tampe os olhos e não se mexa, congele, e fique assim até um novo comando”. Eleja outra pessoa pegue-a pela mão e diga “Venha comigo”, e vá caminhando gentilmente com ela, à revelia dos demais. Lembre-se de dizer que o jogo não parou que as duas pessoas continuam no jogo, e que todos devem seguir conforme as orientações dadas inicialmente.

Deixe esse novo momento do jogo acontecer um pouco. Depois libere as duas pessoas e permita mais um pouco de tempo para o grupo chegar novamente a um ponto de maior equilíbrio e quietude.

Agradeça e convide que retomem o círculo e, ainda de pé, medie o diálogo a respeito das percepções sobre a experiência. “O que perceberam no movimento do grupo?”, “O que perceberam sobre si mesmos?” e “O que entendem por sistema e o que esse jogo tem a ver com isso?” podem ser algumas das perguntas. O mais importante nessa conversa de arremate é que fique claro que num sistema, cada movimento impacta o todo e que tudo dentro de um sistema está interligado, quer percebamos ou não.

FERRAMENTA

DIÁLOGO

Diferente da discussão, que é um tipo de conversa em que um lado busca sobrepor sua ideia ou ponto de vista sobre o outro lado, o diálogo é uma conversa que serve à construção de significado compartilhado.

Dialogar é um processo de aprendizagem como qualquer outro. Exige atenção e repetição, pode gerar desconforto e frustração, mas, quando sedimentado como um saber pessoal e coletivo, gera enorme amplitude de percepção de si mesmo, do outro e do mundo.

Para criar um campo seguro e acolhedor que estimule que o maior número de vozes seja ouvido, promovendo um diálogo cada vez mais pacífico, profundo e produtivo, exercite como facilitador ou facilitadora, e estimule no grupo, as seguintes atitudes e posturas:

- Falar com intenção. Num círculo de partilha ou mesmo num diálogo a dois, “falar muito é muito, falar pouco é pouco”;
- Escutar é a metade da conversa. Escuta ativa pressupõe ouvir como um copo vazio, que se deixa preencher sem resistência. Exercite diminuir o ritmo interno e externo individual e coletivo. Nesse sentido, busque integrar o silêncio à dinâmica da conversa, pois ele é uma das partes do diálogo e deve ter um lugar especial garantido;
- Permitir que a fala “respire” no grupo. Algo é dito e, a priori, ninguém precisa responder e, muito menos, a pessoa que primeiro falou esclarecer ou reforçar seu ponto de vista num ciclo de réplicas e tréplicas. Você deve, respeitosa e firmemente, ajudar a cessar dinâmica e devolver a fala para o grupo. O tempo de reflexão que surge nesse intervalo cuida das emoções que se inflamam (positivas ou negativas) e promove a articulação das ideias com uma serenidade que nutre e ensina a quem fala e a todos que ouvem;
- Oferecer consideração a quem se expõe no diálogo, especialmente em grupos amplos. Revelar-se – expor o que pensa
- ou sente – demanda um tanto de coragem e para algumas pessoas é mais difícil que para outras. Nunca perca isso de vista;
- Sugerir sempre a fala na primeira pessoa do singular: quem fala deve sustentar o que diz como uma ação/criação pessoal e reconhecer sua fala como sua própria experiência;
- Orientar para que não haja repetição do que já foi dito por outra pessoa. É assim: se alguém fala o que eu também pensei em dizer, eu posso, com tranquilidade, sentir que minha voz já foi ouvida. Se for importante para mim e/ou para o grupo saber que eu comungo da mesma opinião ou sentimento, posso estralar dedos, dizer “isso!”, “sim!”... ou outro código/palavra que comunique essa concordância;
- A construção e sustentação de um espaço de confiança pressupõe que cada participante do grupo seja capaz nomear uns aos outros e suas ações, isso como um ato de reconhecimento de quem o outro é e como contribui, e não como um ataque. Orientar falas como “quando Maria disse isso...” ou ainda “Sua fala, José, a respeito de...” ao invés de “teve uma pessoa que falou uma coisa...”;
- Abaixar o julgamento e manter o corpo ativado: permitir que cada um e cada uma do grupo saiba que você está atento, por sua linguagem não verbal e verbal, ao que está sendo dito e que se passa no grupo. Com sua atitude alerta, presente e o mais descontraída que conseguir, ensinar que essa é uma maneira de servir à aprendizagem coletiva

INTERSETORIALIDADE

Usando como gancho o Jogo da Equidistância e as percepções sobre sistema que surgiram no diálogo do grupo, seu desafio agora é desenvolver entendimento sobre Intersetorialidade em Segurança Alimentar e Nutricional.

Peça para que todos e todas se sentem em círculo e inicie este momento de diálogo e reflexão. O foco é trazer para perto do entendimento de cada participante as questões que estão por trás de suas escolhas alimentares. Para isso, especule sobre a vivência diárias deles e delas questionando sobre a disponibilidade de alimentos saudáveis nos locais por onde visitam, trabalham e vivem:

- É mais fácil encontrar, nesses lugares, comida de verdade ou produtos alimentícios?
- Quem já se sentiu desejando comer algo de que nem gosta tanto assim por causa de uma propaganda na TV ou anúncio em cartaz ou *outdoor*?
- O preço dos alimentos influencia sua escolha?

A partir desse primeiro diálogo, passe para uma segunda fase, que busca mostrar a complexidade da Segurança Alimentar e Nutricional, um campo que extrapola as ações de saúde, assistência social, agricultura e educação. Se a atuação da SAN não for além dessas quatro dimensões não será possível dar respostas adequadas a todas as questões que envolvem a garantia de uma alimentação saudável. Perguntas para seguir conversando:

- A partir das respostas que vocês deram, poderíamos pensar que muitos setores impactam a Segurança Alimentar e Nutricional direta e indiretamente. Que setores seriam esses?

Ajude a compor a cena lembrando a presença da indústria de alimentos, dos grandes varejistas, do marketing e a publicidade, do agronegócio e do cenário de globalização mundial.

Por fim, arremate com a pergunta:

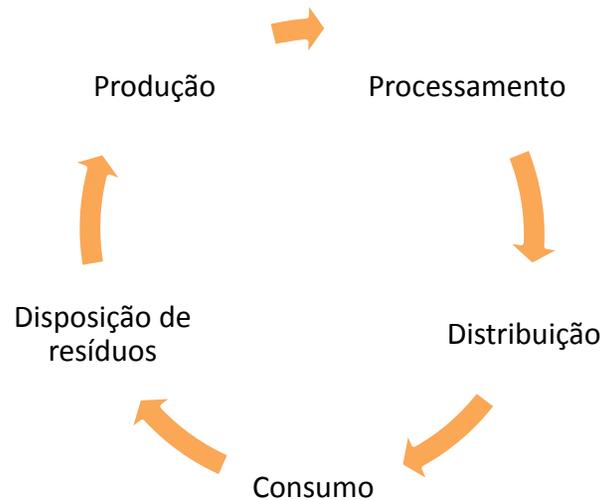
- Entendendo isso melhor, é possível pensarmos em formas de contornar essas situações?

Para esse diálogo, estude o conteúdo das páginas 15 e 16 do livro-texto e os textos do conteúdo de apoio.

CIRCUITOS ALIMENTARES E CIRCUITOS LOCAIS

Aproveite o diálogo sobre Intersetorialidade em SAN para introduzir o conteúdo sobre as etapas do Sistema Alimentar, conhecido também como Circuito Agroalimentar.

E como é verdade que uma imagem vale mais que mil palavras, tenha em suas mãos material para a apresentação visual do ciclo. A depender dos recursos materiais e criatividade, poder ser o ciclo impresso no papel ou feito numa superfície grande, como cartolina ou quadro, ou ainda uma apresentação de slide.



CIRCUITOS LOCAIS

Faça uma exposição dialogada apresentando o conceito de circuitos locais, e construindo com a turma um entendimento sobre que tipo de circuito favoreça Segurança Alimentar e Nutricional e os motivos. E, seguindo a construção, dialogue sobre como a política pode favorecer circuitos mais curtos.

Por fim, cheque se os três seguintes conceitos-chave, que foram desenvolvidos durante exposição dialogada, foram absorvidos:

- circuitos locais (proximidade geográfica e organizada)
- cadeias agroalimentares integradas
- Importância de fortalecer os circuitos curtos dentro das políticas de SAN, inclusive na Política Nacional de SAN (que será discutida mais tarde nesse curso).

INTERVALO

CIRCUITOS LOCAIS - Atividade

Hora de uma atividade mão na massa.

Divida a turma em dois subgrupos e peça para que cada um construa um circuito alimentar local para um pequeno município. Lembre que o circuito alimentar deve integrar todas as etapas do sistema alimentar e, para não deixar dúvida, remeta esse pedido a imagem esquemática do sistema alimentar.

O pedido aqui é para que os subgrupos criem, não um desenho, mas uma simulação em 3D do circuito. Para apoiar o lado lúdico e criativo dessa atividade, disponha para a turma, materiais de papelaria incluindo especialmente massinha de modelar e barbante, sucatas (embalagens de papelão e potes vazios) e brinquedos (carrinhos, bonecos, animais de plástico).

Ao final, peça para que cada subgrupo apresente seu circuito e encerre dando exemplo de alguns circuitos já existentes, listado no conteúdo de apoio.

ORGANIZAR VISITAS DE CAMPO

VIVÊNCIA: ETAPAS DE UM SISTEMA ALIMENTAR OU CIRCUITO AGROALIMENTAR

Antes de terminar esse encontro intenso e de conteúdo basilar para todo o curso, informe ao grupo que eles terão uma importante tarefa de casa: fazer visitas de campo para observarem, na prática, o sistema alimentar.

A turma deve se dividir em quatro equipes, que vão visitar, respectivamente, locais de:

- *PLANTIO/PRODUÇÃO como espaço agroecológico ou propriedade de agricultura familiar rural/periurbana
- *CONSUMO/DISTRIBUIÇÃO como feira ou supermercado, banco de alimentos;
- *PREPARO como cantina de escola pública, cozinha comunitária, restaurante comunitário;
- *DESCARTE/DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS como cooperativa de reciclagem, locais de compostagem de resíduos.

PONTO DE ATENÇÃO

Para chegar aqui, você deverá ter feito articulações prévias com os locais que podem receber a visita das equipes ao longo da semana. No *Roteiro de Visita* que você vai entregar pode constar também endereço, telefone e nome de contato para cada visita. Essas articulações prévias são para ajudar o grupo a realizar sua tarefa, mas se algum time quiser visitar um local que não o indicado por você, deve ser garantida a autonomia de escolha, desde que atenda às necessidades de aprendizado à que a tarefa se propõe.

Equipes formadas, distribua o *Roteiro de Visita* (Anexo 01) com informações e perguntas guia, para ajudar que os aspectos importantes de cada visita não deixem de ser abordados. Informe que, no encontro seguinte, cada time apresentará o resultado das visitas. Cada time terá quinze minutos de apresentação e cinco minutos de conversa com todo o grupo para tirar dúvidas e ampliar o entendimento. O formato das apresentações é livre, desde que cada time coordene tudo que for necessário para realizá-la.

ROTEIRO DE VISITA

Questões a serem observadas em TODAS as visitas:

(não é necessário perguntar sobre, mas observar com atenção)

- O local visitado trabalha em qual etapa do circuito alimentar?
- Ele se relaciona com outras etapas?
- Você identifica relações intersetoriais?
- Qual a relação das pessoas que trabalham no local e os alimentos produzidos ou descartados?
- As pessoas entrevistadas se percebem compondo um circuito alimentar?
- Qual é o “lugar” das mulheres neste local? Exercem protagonismo? São respeitadas por seus trabalhos?

GUIA ESPECÍFICO PARA CADA VISITA

Local de PLANTIO

Onde ir: propriedades agroecológicas e/ou de agricultura familiar

Perguntas:

- 1) Quais técnicas de produção vocês utilizam aqui? (orgânica, convencional, agroecológica)?
- 2) Por que vocês denominam sua produção assim (o que define sua produção como orgânica, tradicional, agroecológicaetc)?
- 3) Por que escolheu este tipo de produção?
- 4) Para você, como agricultor/a, qual é a diferença (ou quais são as diferenças) de se produzir dessa maneira? (dificuldades, benefícios, incentivos, lucratividade etc)
- 5) Como é feita a escolha dos alimentos que serão produzidos?
- 6) A propriedade/projeto se relaciona ou tem ações junto a programas ou equipamentos de SAN na região? (exemplo: participa de programa de incentivo à agricultura familiar vende paraprograma de compra pública? Etc.).

Questões a serem observadas durante a visita:

- São produzidos alimentos da região?
- Há ligação afetiva, por parte dos agricultores, com a terra e com os alimentos?
- Quem são os/as trabalhadores, trabalhadoras? (mão de obra familiar ouempresarial/patronal?)
- Caráter da área para produção? Área própria? Cedida, arrendada? Tamanho e organização do espaço etc...
- Há diversificação da produção?

DISTRIBUIÇÃO

Onde ir (1):feiras, mercados de orgânicos, mercados locais

Perguntas:

- 1) Como é feita a escolha dos produtos que serão vendidos aqui?
- 2) Você acredita que estes produtos contribuem para a qualidade de vida das pessoas?
- 3) Quem são as pessoas que vem comprar aqui?
- 4) O que você acha que significa ter uma alimentação saudável?
- 5) Vocês sabem a origem dos alimentos que comercializam? (vêm da agricultura familiar? Cooperativa? Não sabem?)

Questões a serem observadas durante a visita:

- A maioria dos alimentos é ultraprocessada, minimamente processada ou in natura?
- Há produtos regionais? Alimentos típicos da cultura local?
- Há alimentos produzidos na região? Muito? Pouco?
- Qual o tamanho do estabelecimento? (grande porte? Pequeno porte?)
- Nessa região predominam as feiras e mercados ou as grandes redes de supermercado?
- O que é feito dos alimentos que perdem seu valor venal?
- Para onde vai o descarte do local?

Onde ir (2): Banco de Alimentos

Perguntas

- Como funciona? Quem pode receber doações?
- Como a atuação do Banco impacta na alimentação dos grupos que recebem as doações? Têm dados ou registros?
- Qual o papel deste equipamento no sistema alimentar em que está inserido?
- O banco tem ligação com outros órgãos/equipamentos de SAN?

Questões a serem observadas durante a visita:

- Quais alimentos estão disponíveis? Regionais/ locais? Da época?
- Predominam alimentos in natura, ou processados?
- Há alguma forma de manipulação ou processamento dos alimentos recebidos?
- O que é feito com os alimentos que não podem ser doados (porque já estragaram, por exemplo) e com as partes não comestíveis?
- Para onde vai o descarte do local?

PREPARO E CONSUMO

Onde ir: cozinhas de escolas que preparam a alimentação escolar; restaurantes populares; cozinhas comunitárias e outros locais de preparo de alimentação para coletividade sem fins lucrativos, para pensarmos em uma cadeia alimentar além de saudável e sustentável, também coletiva e acessível.

Perguntas:

- 1) Como é definido o cardápio?
- 2) Tem aquisição de produtores locais?
- 3) Os hábitos alimentares da região são preservados nas refeições servidas?
- 4) Como você avalia a qualidade do que você tem recebido? E do que tem servido?
- 5) É possível escolher o que será preparado? Em caso positivo, como é feita essa escolha?
- 6) Nesse local, existe algum tipo de atividade que promova e incentive escolhas alimentares saudáveis?
- 7) Este local tem alguma relação com outro programa ou equipamento de SAN na região?

Questões a serem observadas durante a visita:

- Relação de afeto com o alimento, tanto por parte de manipuladoras/es quanto dos cidadãos/ãs?

DESCARTE

Onde ir: locais de compostagem e/ou reciclagem

Perguntas para locais de compostagem:

- Como funciona a compostagem? Qual seu objetivo?
- Como ela se integra ao sistema alimentar?
- Que destino é dado aos produtos da compostagem?

Perguntas para locais de reciclagem:

- Como é feita a seleção dos materiais recicláveis?
- Quanto desse material vem de embalagem de alimentos?
- Quanto das embalagens de alimentos é reciclável?
- Qual impacto dos alimentos industrializados para o meio ambiente?

Distribuído os Roteiros, peça que cada time leia o seu e verifique se há dúvidas. Expresse que o objetivo das visitas é trabalhar os conceitos relacionados ao sistema alimentar, enquanto uma cadeia potencialmente benéfica à sociedade e ao meio ambiente. Ao final das apresentações no encontro seguinte, é importante que todos e todas tenham uma percepção mais ampliada do Sistema Alimentar, para além do momento em que comemos: em que implica cada escolha alimentar individual nessa cadeia? Como as etapas se influenciam mutuamente e como é possível existir uma cadeia alimentar sustentável e justa? Qual a importância de políticas públicas que promovem isso?

PONTO DE ATENÇÃO

Para propor as visitas, é importante encontrar locais onde tudo acontece da melhor forma possível, de maneira a contribuir com o sistema que acreditamos ser o mais saudável e sustentável. Se em sua realidade for muito difícil encontrar locais “ideais” em alguma etapa, você pode avaliar a possibilidade de analisar de outra forma. Ou seja, observar o que não contribui para um sistema alimentar sustentável e as possibilidades de mudanças dentro de cada etapa, por exemplo. Nesse caso, as perguntas devem ser adaptadas e orientadas a serem feitas com cuidado, para não expor as equipes a situações constrangedoras nos locais de visita.

FECHAMENTO

Depois de um encontro tão intenso, proponha um momento de silêncio e respiração conjunta. Peça que fiquem todos e todas de pé, e formem um círculo mais perfeito possível, com ombros tocando nos ombros das pessoas ao lado na roda. Instrua para que todos esvaziem os pulmões e como um grande coração, façam três grandes respirações ao mesmo tempo, inspirando e expirando. Ao final da terceira expiração, mantenham-se em silêncio por um minuto. Peça para que cada um e cada uma abra os olhos e observe as pessoas na roda, com gratidão pela parceria. Agradeça a presença e a dedicação e deseje boas visitas às equipes.

CONTEÚDO DE APOIO INTERSETORIALIDADE

O que é comida de verdade e qual a sua importância individual e coletiva?

Talvez em algum momento de sua vida você já tenha refletido sobre como a tecnologia tem influenciado a vida humana no decorrer do tempo. É natural que já tenha feito questionamentos sobre: como as pessoas se comunicariam sem telefone, internet ou aparelhos celulares? Como se transportariam sem bicicletas, carros ou aviões? Como se tratariam de doenças ou se manteriam saudáveis sem o uso de medicamentos modernos? Como se alimentariam sem alimentos industrializados? Através destes questionamentos é possível observar que, de fato, a tecnologia trouxe diversos benefícios e comodidades para a vida humana, porém nem sempre esses benefícios ocorrem de forma plena, sem algum prejuízo (coletivo ou individual) associado. Tomemos como primeiro exemplo os meios de transporte. Apesar de a bicicleta estar ressurgindo como uma excelente forma de transporte urbano alternativo, automóveis e motocicletas estão entre os meios de transporte mais comuns, trazendo por um lado, o conforto, a praticidade e a comodidade para o usuário, mas por outro lado, uma série de prejuízos no âmbito coletivo, como: poluição, engarrafamentos, aquecimento local e global, sem falar dos conflitos mundiais alimentados pela disputa pelo petróleo, dentre outros impactos.

Agora tomando como exemplo a alimentação, será que seria diferente? Os benefícios das implicações tecnológicas na alimentação, associado à economia globalizada e ao modelo capitalista de produção e consumo, superam os malefícios gerados? Ao longo do tempo, foram tantas as mudanças no nosso sistema alimentar que chegamos ao ponto de nos questionar se o que estamos comendo é realmente *comida de verdade*.

Essas mudanças no padrão alimentar, ocorridas principalmente em países desenvolvidos e emergentes, como o Brasil, acumulam uma série de prejuízos individuais e coletivos para a sociedade. No plano individual, doenças antes associadas ao processo de envelhecimento, hoje atingem importante número de pessoas adultas e jovens. No plano coletivo a ameaça à biodiversidade e aos recursos naturais, as injustiças sociais e violações de direitos humanos também estão relacionadas a esse atual padrão de alimentação, pois

uma alimentação saudável é derivada de um sistema alimentar saudável e sustentável. Vivemos nesse último século, e de forma mais intensa nos últimos 50 anos, uma grande mudança na alimentação humana. A produção, conservação e o preparo dos alimentos, que eram feitos predominantemente no ambiente doméstico, agora se concentram em maior parte no setor industrial que, articulado ao setor econômico, publicitário e ainda aos modos de vida das sociedades urbanas contemporâneas, estimulam cada vez mais o consumo de alimentos industrializados e processados. Os alimentos *in natura* ou minimamente processados (como mandioca, arroz, feijão, cuscuz, legumes e verduras consumidos com maior frequência por gerações passadas, vem sendo menos consumidos quando comparados a alimentos industrializados, prontos para consumo e com maior grau de processamento. As refeições preparadas e compartilhadas com a família, amigos/as ou em grupos parecem ser cada vez mais incomuns, sendo frequentes as refeições rápidas, no ambiente de trabalho, em frente a TV ou ao lado do celular.

Durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Brasília em 2015, sociedade civil e governo debateram sobre os avanços e desafios no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e buscaram reconstruir e revitalizar a *comida de verdade* como forma de conquistar a segurança e a soberania alimentar.

Mas e o que seria a *comida de verdade*? Seria qualquer alimento não industrializado? Aquele alimento que atende perfeitamente nossas necessidades nutricionais? Ou seria mais do que isso? Michael Pollan, um jornalista norte-americano que se tornou famoso por suas obras literárias sobre a alimentação moderna, diz que “comida de verdade não entra pela janela do carro”, se referindo aos fast-foods comprados em drive-thrus. Ele diz ainda que não deveríamos comer nada que nossos avós não reconheceriam como comida referindo-se à mudança no padrão alimentar entre as gerações. A *comida de verdade* é aquela que atende não apenas as nossas necessidades nutricionais, mas também nossas demandas psicossociais, culturais e às do meio ambiente como um todo.

O Brasil vem recebendo uma série de elogios por representantes de diversas partes do mundo, inclusive do próprio Michael Pollan, pela forma como vem sendo estabelecidas as diretrizes nacionais a respeito da alimentação e nutrição. A ideia de que uma alimentação saudável deriva de um sistema alimentar saudável e sustentável ganha força dentro da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e, como também podemos ver, nas orientações estabelecidas na 2ª edição do Guia Alimentar para População Brasileira. Enquanto países como os Estados Unidos abordam a alimentação sob um aspecto punitivo – reduzindo-a a somente a seu aspecto nutricional, enfatizando sua relação com doenças e o aspecto clínico-laboratorial, desconsiderando seu contexto sociocultural – o Brasil procura fazer o contrário. A estratégia brasileira tem se voltado ao incentivo a refeições equilibradas, resgatando o valor das culinárias regionais e a escolha por alimentos *in natura* ou minimamente processados e provenientes de modelos ambiental e socialmente sustentáveis. Assim, o Brasil busca articular os diversos setores envolvidos na garantia de uma alimentação saudável, elaborando diretrizes não-focadas em recomendações de nutrientes e calorias para perda de peso e buscando falar de alimentação adequada e saudável sem utilizar ícones alimentares (como a pirâmide alimentar).

Como forma de expressar o contexto plural e coletivo que a alimentação e nutrição vem (e deve continuar) sendo tratada em nosso país, segue um trecho retirado do *Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar*:

"A comida de verdade é salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo o curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana/ povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses, desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.

Comida de verdade começa com o aleitamento materno. Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes.

Comida de verdade garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado.

Comida de verdade é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. Deve atender às necessidades alimentares especiais. Comida de verdade é aquela que é compartilhada com emoções e harmonia. Promove hábitos alimentares saudáveis no campo, na floresta e na cidade."

Apesar de avançarmos nas orientações alimentares, que acontece a nível coletivo e individual, ainda temos dificuldade na produção da *comida de verdade*. Uma das principais causas é o grande incentivo dado ao agronegócio que produz uma enorme quantidade de alimentos/commodities e não alimentam a população brasileira. A *comida de verdade* é produzida principalmente pelo pequeno agricultor. Ele enfrenta dificuldades para se manter e produzir o alimento, tanto por questões de acesso a terra e incentivo (especialmente para cultivo sem agrotóxico) como por escoamento de sua produção, já que quando vende para atravessadores ele ganha muito pouco. E sabe o que isso tem a ver com alimentação saudável no âmbito coletivo e individual?

No âmbito coletivo, a produção de alimentos por pequenos agricultores não é tão expressiva quanto poderia ser; o acesso à *comida de verdade* é dificultado à população como um todo, pois, é mais fácil fazer compras em supermercados do que em feiras (sem contar nos maiores preços de alimentos *in natura* e/ou orgânicos em relação aos alimentos industrializados). Além disso, a produção de commodities agrícolas possui impactos ambientais e sociais em todo o mundo.

No âmbito individual, o acesso dificultado ao alimento produzido pelo pequeno agricultor, associado ao marketing abusivo e aos nossos modos de vida, especialmente nas grandes cidades, nos induzem a comer mais industrializados; as recomendações de preparar o próprio alimento como forma de evitar o consumo de industrializados, ficam dificultadas pois, o tempo para cozinhar parecer faltar e muitos ainda culpam a saída da mulher do ambiente doméstico para o mercado de trabalho.

Mas diante desse cenário, quem poderia assumir a responsabilidade de cozinhar? Todo/as nós!

É fundamental que passemos a enxergar a alimentação com toda a complexidade que ela possui e o ato de comer como um ato político. A *comida de verdade*, além de promotor de saúde, é parte de todo um sistema que ajuda a promover justiça social e harmonia entre indivíduos e o meio do qual fazem parte.

No âmbito coletivo é importante acompanhar e valorizar as políticas públicas que visam a produção de alimentos com responsabilidade socioambiental e o acesso a estes alimentos por toda a população.

No âmbito individual podemos optar por comprar alimentos diretamente dos produtores em feiras locais. O [Mapa do IDEC](#), por exemplo, é uma ferramenta elaborada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC e que mostra onde se encontram feiras de produtores orgânicos espalhadas nas mais diversas regiões pelas cidades brasileiras. Além da aquisição direta dos produtores, as práticas culinárias são fundamentais para a construção de um sistema alimentar justo e saudável, de forma que todo/as possam participar. Aprender a cozinhar e dividir as atividades domésticas com a família é uma forma de otimizar o tempo para preparar as refeições e evitar comer industrializados. A saída da mulher do ambiente domiciliar para o mercado de trabalho não é motivo de desculpas para continuar comendo alimentos industrializados, não é verdade? Então, mãos à obra! Fazer as compras da semana na feira e cozinhar em família é uma boa ideia.

O que é comida de verdade e qual a sua importância individual e coletiva? - Luís Eduardo Vieira, Nayara Côrtes e Camilla Ceylão, 2016. Disponível em <https://raisco.wordpress.com/>

CONTEÚDO DE APOIO INTERSETORIALIDADE

A SAN nas cidades

Os anos 50 foram marcados por um intenso fluxo migratório no Brasil. O processo de industrialização do país durante o governo de Juscelino Kubitschek, junto a consequente mecanização do campo, a alta concentração fundiária (grande acúmulo de terras na mão de pouquíssimos proprietários que dura até o presente momento), a falta de oportunidades para pequenos produtores (subsídios do governo eram dados apenas à minoria de grandes e médios produtores que tinham terras para dar como garantia) e a baixa qualidade de vida no meio rural quando comparada ao meio urbano, fez com que o processo de migração da população das zonas rurais em direção aos centros urbanos fosse inevitável.

Na década de 1960 a população urbana já superava a rural e nos últimos 60 anos, enquanto a população rural aumentou em 12%, a população urbana aumentou em mais de 100%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No que se refere ao aspecto alimentar nas cidades, muitas pessoas ainda vivem em situação de insegurança Alimentar e Nutricional, e têm violado o seu Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Somam-se à fome e ao medo de faltar alimentos outros sérios problemas provocados pela má alimentação (obesidade, diabetes, alguns tipos de câncer, obesidade infantil) e que também são reflexos de como as sociedades ocidentais, incluindo a brasileira e o próprio meio urbano vêm se desenvolvendo. O crescimento da população urbana culminou em um desenvolvimento caótico das cidades, marcado por uma profunda desigualdade. O desemprego, a criminalidade, a fome, o trabalho informal e a falta de acesso a serviços básicos de saúde, saneamento, educação e transporte eram, e ainda são, realidade de várias famílias de emigrantes que cresciam e se formavam nas regiões periféricas das grandes cidades, vivendo em situação de vulnerabilidade. Muitos anos se passaram e apesar de uma maior atenção dada às políticas públicas e aos programas sociais na última década, ainda persiste um cenário de desigualdade, insegurança e condições indignas de vida por milhões de moradores e moradoras das cidades brasileiras.

Conseguem imaginar o que a favela da Rocinha, uma parte remanescente do muro de Berlim e os chamados ‘desertos alimentares’ dos EUA têm em comum? Envolve a questão de Direito à Cidade – DC. Moradores da favela da Rocinha sofrem constantemente com problemas de infraestrutura, mobilidade urbana, saneamento básico e segurança. Berlinenses protestam contra a demolição da última parte do muro de Berlim para a construção de apartamentos luxuosos no local que é considerado por eles um símbolo de progresso na história recente da Alemanha; e crescem os chamados ‘desertos alimentares’ nos EUA, que são regiões onde é muito difícil ter acesso a alimentos saudáveis e frescos, deixando a população local mais vulnerável à má nutrição e a doenças relacionadas ao consumo de alimentos industrializados. Levando em consideração essa analogia já dá pra imaginar do que se trata o DC? Definido na Carta Mundial pelo Direito à Cidade de 2006, “O Direito à Cidade implica em enfatizar uma nova maneira de promoção, respeito, defesa, realização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais garantidos nos instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos”, e assim o DC está fortemente ligado àqueles que são temas centrais de nossas discussões: a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável – DHAAS.

A questão dos ‘desertos alimentares’ dos EUA chama atenção por se tratar de uma nação que possui a maior produção de alimentos e o 4º maior território do planeta, e passa por um grave problema de abastecimento de alimentos (comida de verdade) refletido na saúde de sua população que está obesa e doente. Essa situação (que pode parecer meio absurda, até) é fruto de um sistema alimentar falido, que não tem como objetos centrais o alimento saudável, a produção sustentável e a saúde de cidadãos e cidadãs.

Nominalmente o termo ‘desertos alimentares’ teve origem nos EUA se referindo ao fenômeno lá ocorrido. Porém, esse fenômeno não se restringe apenas a essa região, podendo ser observado aqui e em vários outros lugares do mundo.

No Brasil é possível observarmos áreas onde o acesso a alimentos saudáveis é dificultado, tanto por uma questão de oferta, quanto por questões que envolvem o custo desses alimentos, o conhecimento da população, a massiva disponibilidade e publicidade de alimentos industrializados e a falta de um adequado desenvolvimento urbano nas cidades.

O DHAAS e o DC caminham juntos de mãos dadas. A segregação socioterritorial (cidades divididas em periferias e centros urbanos, culminando também em uma segregação social, racial e cultural), a degradação do meio ambiente, as perdas de áreas cultiváveis, as alterações climáticas e a precarização de serviços de infraestrutura são questões centrais ao DC e ao DHAAS, que afetam principalmente a moradores de regiões periféricas. A forma como se dá a produção e a distribuição dos espaços urbanos acaba por segregar e excluir milhares de pessoas no que diz respeito à função social das cidades, que em linhas muito gerais é o conjunto de direitos a serem acessados por toda a população que lhe permitam exercer sua cidadania e que lhe garantam uma condição básica de vida.

Portanto, a melhoria na qualidade e nas condições de vida da população urbana, assim como a efetivação dos direitos sociais à moradia, à mobilidade, à saúde, à educação e à alimentação adequada e saudável, também devem fazer parte do processo de desenvolvimento urbano das cidades, marcado historicamente por ser restritamente fundamentado no desenvolvimento industrial e econômico.

Com a crescente oferta e consumo de alimentos insalubres (ultra-processados, transgênicos e contaminados por agrotóxicos) nas cidades, se alimentar de forma saudável parece ser um desafio. Apesar de nosso sistema alimentar não ser tão desconexo com a ideia de soberania alimentar, como é o norte-americano, ainda enfrentamos muitos problemas: como os mecanismos de produção e abastecimento de alimentos saudáveis nas cidades além da frágil (quando não nula) regulação de alimentos industrializados, transgênicos e que utilizam agrotóxicos.

Para melhorar esse cenário são necessários esforços públicos, coletivos e individuais que propiciem um desenvolvimento urbano compatível à realização da alimentação adequada e saudável por todos e todas, fruto de um sistema alimentar saudável e sustentável.

Desta forma, a agricultura urbana (ou agricultura intra-urbana) e periurbana aparecem como boas alternativas, para um começo de conversa. Tratam-se de práticas que já vêm sendo adotadas em vários lugares do mundo e referem-se à utilização de espaços situados dentro das cidades (centro e periferia) para a produção agrícola e criação de pequenos animais, destinados ao consumo próprio ou à venda em mercados locais. Podem ser aproveitados espaços domésticos, privados, coletivos, públicos, enfim, qualquer espaço mal utilizado ou subutilizado e potencialmente produtivo.

A agricultura urbana pode trazer uma série de benefícios além de oferecer alimentos de melhor qualidade nutricional. De início: um melhor aproveitamento de áreas baldias e destinadas a acúmulo de lixo e entulho; melhor utilização do lixo orgânico para parte do processo de cultivo; e um acesso mais democrático à cidade. Além do mais a agricultura urbana através de hortas comunitárias, por exemplo, podem se transformar em espaços de bem-estar e convivência dentro do ambiente caótico que formam as cidades. É uma forma de interação onde as pessoas se encontram para cuidar de algo coletivamente; conversam, sentem cheiros mais naturais, pegam na terra e tiram proveito daquilo que produzem, pois, melhor do que poder preparar seu próprio alimento é você também poder cultivá-lo.

Além de todos esses benefícios, para muitas famílias e grupos, a agricultura urbana é meio de vida e sustento. O apoio por parte do poder público, via políticas públicas adequadas, seria importante para esses seguirem produzindo e vendendo seus alimentos, contribuindo para um sistema alimentar local mais justo, sustentável e saudável.

Além da esfera produtiva, o abastecimento e a regulação de alimentos nas cidades também precisam ser considerados. Nesse aspecto são fundamentais as ações governamentais, seja através do incentivo fiscal ou de políticas públicas, que aumentem a disponibilidade de alimentos saudáveis em estabelecimentos comerciais comuns. A tarifação de alimentos açucarados e a redução de impostos sobre frutas, legumes e verduras pode ser uma alternativa para incentivar a venda de alimentos saudáveis. Ações de Educação Alimentar e Nutricional como campanhas publicitárias em locais de grande circulação de pessoas (paradas de ônibus, estações de metrô, galerias) incentivando o consumo destes alimentos também não seriam uma boa? Uma outra e não menos importante ação é a regulação da propaganda de alimentos industrializados, já que ela acontece de forma abusiva, principalmente para o público infantil, e impacta diretamente nas escolhas alimentares da população.

É importante também reconhecer e valorizar espaços como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea e o Conselho Nacional das Cidades – ConCid: como importantes formas de diálogo entre o governo e a sociedade. Nessa agenda, a participação da população é necessária, pois, se o DC diz que a cidade deve ser para todos e todas, logo, também é responsabilidade de todos e todas participarem da construção desse espaço. E você, o que acha que é necessário para que a população da sua cidade se alimente e viva melhor?

“O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta”. – Josué de Castro

A SAN nas cidades - Luís Eduardo Vieira e Nayara Côrtes, 2016. Disponível em: <https://raisco.wordpress.com/>

CONTEÚDO DE APOIO CIRCUITOS LOCAIS

A COOMAFITT – Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, no Rio Grande do Sul – tem suas ações desenvolvidas na forma de uma rede flexível e solidária da Agricultura Familiar, na qual agricultores colaboram entre si, dessas ações, o caráter sócio-cultural através da cooperação e participação é a base da sustentação dessa rede, através do resgate e manutenção de valores do cooperativismo e das relações humanas. Com bases nessa ação os agricultores associados firmando parcerias principalmente de viabilidade logística e comercial. A inclusão de alimentos sazonais e de território respeita o fator local, procura viabilizar a logística, e assim diminui custos e sobras das cooperativas envolvidas.

A cooperativa teve seu início a partir de um grupo de produtores de mel que, devido à dificuldade de se manter no mercado com apenas um produto, passou a comercializar outros itens que já produziam em suas propriedades. A diversificação da oferta e a entrada de agricultores familiares ampliaram as possibilidades do grupo, que passou a comercializar hortaliças, frutas e mel e, em conjunto, fundou a COOMAFIT que tem como principal objetivo a defesa sócio econômica de seus membros.

Apesar da ampliação do grupo, a comercialização dos alimentos era um ponto sensível para a cooperativa porque o comércio local se concentrava apenas no verão, depender do turismo, e as vendas para outros mercados envolviam alto custo e ganhos abaixo do potencial aos agricultores e agricultoras, que dependiam de atravessadores para transportar os produtos dos municípios do litoral até Porto Alegre. Esses intermediários acabavam com a maior parte do dinheiro das vendas, o que fez com que os cooperados pensassem na construção de vias alternativas para a comercialização. Foi quando decidiram comprar um caminhão.

Após a aquisição de um meio de transporte próprio e ampliação de seu espaço físico, a Cooperativa pôde ter mais autonomia para ampliar suas atividades. Foi quando se integraram ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), programas de compras públicas federais que permitem ao governo comprar alimentos sem licitação, por meio de chamadas públicas para produtores e produtoras da agricultura familiar. A opção pelos mercados institucionais possibilitou as condições necessárias para que os sócios da COOMAFITT conseguissem elaborar o planejamento de sua produção considerando as particularidades de cada unidade, dos sistemas de fabricação local e das exigências dos seus consumidores, otimizando ainda a produção sazonal de cada produto.

A autonomia em relação ao transporte diminuiu os custos aos agricultores e agricultoras, aumentando os ganhos com a venda de seus produtos. O caminhão passa pelas diversas propriedades se abastecendo de produtos para entrega às instituições e ainda é possível que haja trocas de produtos entre cooperados e cooperadas, o que pode diversificar a alimentação das famílias agricultoras. A efetividade do transporte diminuiu as distâncias percorridas, evitando o desperdício com a perda de alimentos danificados diminuindo também o uso de combustível e a emissão de poluentes, além de ofertar alimentos mais frescos e saudáveis às instituições de ensino atendidas pelo PNAE, por exemplo.

Hoje, a Cooperativa realiza mais de 936 pontos de entrega em apenas dois dias semanalmente. As Parcerias e a cooperação são pontos chave para o bom funcionamento de todo o sistema, que busca uma rede de associados com perfil diversificado, como de produção, pequena agroindústria e transporte da agricultura familiar. Outro ponto chave do mercado em que está inserida a COOMAFITT é que elimina atravessadores e conecta diretamente produtores a consumidores, sem a especulação no mercado tornando os preços mais justos para ambos. Com o PAA, nos 3 primeiros anos a cooperativa mais que dobrou seu faturamento e ultrapassou 1,4 milhões de reais no ano de 2012. Diretamente a cooperativa, teve um faturamento de 4,1 milhões em 2015, sendo que 2,8 milhões repassados diretamente aos associados, que hoje são 201 famílias, sendo que de seus membros 52,9% são mulheres.

Um programa de qualidade, a elaboração de planos de ação em todos os níveis, políticas de satisfação de colaboradores, clientes, fornecedores e os Programas de Capacitação de Associados se refletem em bons resultados para a organização e para os associados e associadas. Olhando de outra ponta desta relação, uma organização de agricultura familiar que funciona bem e se insere no mercado de forma exitosa se reflete em um sistema alimentar mais justo, sustentável e promotor da saúde de quem está inserido. A busca por formas de fortalecer circuitos curtos é também a busca pela promoção da alimentação adequada e saudável e da promoção da *saúde, de forma mais ampla*.

(Texto construído pela RAIS em junho de 2016, adaptado do artigo: COOMAFITT: um dispositivo coletivo em construção e muitas possibilidades para o fortalecimento da agricultura familiar do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, da revista - Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 9-15, maio/ago 2012)

ENCONTRO 02: INTERSETORIALIDADE E CIRCUITOS ALIMENTARES				
HORÁRIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	CHEGADA	Jogo dos Nomes	Cadeiras em círculo	
08h15	JOGO DA EQUIDISTÂNCIA	Ensinar e jogar. (10min) Breve rodada de reflexão dos participantes. (5min)	Espaço para circulação de todos.	
08h30	INTERSETORIALIDADE	Conversa para desenvolver entendimento sobre as questões que estão por trás de suas escolhas alimentares e para mostrar a complexidade da Segurança Alimentar e Nutricional.	Cadeiras em círculo.	Páginas 15 e 16 do livro-texto e textos complementares
9h	CIRCUITOS ALIMENTARES E CIRCUITOS LOCAIS	Exposição dialogada apresentando as etapas do circuito alimentar e o conceito de circuitos locais.	Cadeiras em círculo Apresentação do Circuito Alimentar (imprimir ou desenhar no quadro ou flip-chart)	
10h	INTERVALO		Lanche	
10h40	CIRCUITOS AGROALIMENTARES	Construção de uma proposta de circuito alimentar local para um pequeno município. Explicação do exercício (5 min)	Dividir a turma em dois grupos. Oferecer materiais como:	Se houver recurso, pode ser utilizado peças

		<p>Produção dos circuitos em esquemas 3D (30min)</p> <p>Apresentação dos circuitos (10 min, sendo 5min para cada grupo)</p> <p>Diálogo final (10min)</p>	<p>cartolina, tesoura, lápis de cor, massa de modelar, barbante e outros materiais de papelaria;</p> <p>revistas e jornais;</p> <p>embalagens e potes vazios (como caixa de pasta de dente, pote de iogurte etc).</p>	<p>LEGO, ótimas para criação de esquemas em 3D.</p>
11h30	<p>CIRCUITOS AGROALIMENTARES: organizar visitas de campo</p>	<p>Dividir a turma em quatro equipes, para visitar, respectivamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Local de PLANTIO/PRODUÇÃO *Local de CONSUMO/DISTRIBUIÇÃO *Local de PREPARO *Local de DESCARTE/DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS <p>Apresentar os objetivos das visitas, tirar dúvidas sobre os roteiros e sobre apresentação das visitas na aula seguinte</p>	<p>Impressão dos ROTEIROS DE VISITA para entregar aos grupos.</p>	<p>Mapear e articular locais de visita apropriados para apresentar opções aos grupos</p>
11h50	FECHAMENTO	Silenciar e respirar	Círculo, pessoas em pé	

ENCONTRO 03: CONHECENDO AS ETAPAS DO SISTEMA ALIMENTAR

CHEGADA

Para aquecer o grupo, proponha um jogo simples e lúdico: *História Palavra a Palavra*. Sentados em círculo, o grupo vai construir junto uma única história, mas cada pessoa pode falar uma única palavra e NADA ALÉM DE UMA PALAVRA. Alguém começa e a palavra segue no sentido da roda. Sem demora, sem pensar muito, cada um e cada uma fala UMA palavra e o grupo constrói uma história coletiva. Tudo bem que essa história tenha um resultado bem surreal, mas precisa ter uma construção plausível: sujeito, verbo e predicado, entonação que demonstre a pontuação concordância nominal e verbal...

Talvez mais de uma história seja uma boa ideia.

E uma boa reflexão: que controle temos nós sobre o que pensa e sobre as escolhas de outra pessoa? Quantas vezes acreditamos que sabemos o que nos espera e somos surpreendidos(as)?

Será que isso aconteceu também nas visitas?

APRESENTAÇÃO DAS VISITAS - DO PLANTIO AO DESCARTE

Pela ordem estabelecida pelo próprio Circuito Alimentar, as equipes devem fazer suas apresentações, sendo primeiro plantio, seguido de distribuição, preparo/consumo e, por fim, descarte. Cada equipe tem, no máximo, quinze minutos para apresentar e cinco minutos para dialogar com as pessoas da turma, onde você está incluído(a). Tenha o *Roteiro de Visita*, com as perguntas e pontos de observação, como um guia para você acompanhar se a apresentação cobre todos os pontos sugeridos.

E, **após o intervalo**, você conduzirá um diálogo com a turma que está bastante interligado com o tema dos Circuitos Alimentares: Soberania Alimentar e Alimentação Adequada e Saudável. Para tentar deixar a conversa mais fluida e facilitar a compreensão de todas e todos, nesse momento você pode inserir perguntas sutilmente relacionadas à soberania alimentar e alimentação adequada e saudável, nos momentos de apresentação das visitas, por exemplo, e “resgatar” as respostas posteriormente, quando a soberania for o foco. Nesse caso, considere questões como o modelo de produção de alimentos identificado, o que define o que é produzido nos locais de plantio, o que define os alimentos e preparações nos locais de preparo de alimentos, qual o papel das mulheres nos espaços, a presença ou ausência de uma identidade do povo que vive nessa região com as formas de produzir e de se alimentar, a presença ou ausência de alimentos e preparações regionais ou culturalmente identificadas, se os participantes identificam nas falas dos entrevistados relação entre o que fazem e sua saúde e das pessoas beneficiadas por seus trabalhos, a presença ou a proporção de alimentos in natura ou ultraprocessados etc.

Findas as apresentações, promova uma rodada de reflexão para construir a VISÃO DO TODO, com perguntas como:

- Como uma parte do circuito – plantio etc – interfere e/ou contribui com as outras?
- Esses locais que vocês visitaram poderiam formar um circuito?
- Daria certo? O que faltaria? O que poderia ser melhor?

INTERVALO

SOBERANIA ALIMENTAR e ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Para esse momento, tenha como base o conteúdo das páginas 17 a 24 do livro-texto.

O fio da meada que você deve puxar é o seguinte: a soberania alimentar, grosso modo, é o direito dos povos (enão do mercado) de definir suas políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, respeitando sua

cultura ediversidade. Garantida a soberania, seria possível a garantia também de uma alimentação adequada e saudável, a todas as pessoas. A forma de concretizar tudo isso é por meio de políticas públicas que incidam sobre cada etapa do circuito alimentar e demais setores envolvidos nesse processo (educação, saúde, comunicação, economia etc), tornando o sistema alimentar mais saudável e também mais justo. A isso dá-se o nome Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Estimule um grande e empoderador diálogo sobre alimentação adequada e saudável, e soberania alimentar. Busque as percepções já construídas na etapa anterior desse encontro e faça ainda as seguintes perguntas:

- Alguém sabe como era a alimentação de nossos avós?
- O que mudou?
- Vocês acham que a variedade de alimentos aumentou ou diminuiu?

É MUITO importante ouvir o que têm as pessoas da turma a dizer. E cuidar para que as falas sejam acolhidas e respeitadas. Retome as dicas sobre diálogo em grupo na página 23 deste caderno.

É fato que, em muitos casos, pode ser argumentado que seus familiares só comiam farinha e rapadura, por exemplo. Nesse caso, vale pontuar que no início dos anos dois mil houve uma decisão política de se acabar com a fome e a partir daí, diversas iniciativas desde o apoio à agricultura familiar, garantia de água e outras condições básicas para quem produz alimentos até renda para quem precisa comprar alimentos para se alimentar. No entanto, estudos populacionais demonstram que no Brasil estamos comendo cada vez menos arroz e feijão e cada vez mais produtos alimentícios (alimentos ultraprocessados). Aqui vale dizer ainda que, apesar de parecer que no supermercado existe uma variedade muito maior de alimentos, a maior parte deles é composta por uma mesma base: trigo, milho e soja, além do açúcar e sal (em excesso, na maioria das vezes). Ou seja, também nutricionalmente, a alimentação é muito mais monótona hoje do que há alguns anos...

Considerando tudo isso, questione:

- Qual é o modelo de desenvolvimento rural predominante no Brasil?
- Que segmento é responsável por produzir a maior parte dos alimentos in natura e preparações culinárias que consumimos?
- Por quê?
- O que define o que agricultores e agricultoras plantam?
- O que define o que comemos?

Aprofunde seu conhecimento e qualifique sua intervenção estudando o conteúdo de apoio.

FECHAMENTO

Termine o dia fazendo um poderoso jogo chamado Vozes do Campo. Peça para que todos fiquem de pé e **explique o exercício:**

- 1) *Vamos fazer juntos um círculo bem redondo onde fiquemos bem próximos. Por gentileza, fechem os olhos.*
- 2) *Permitam que as falas que foram escutadas em diferentes momentos – nas visitas de vocês ou no que compartilharam agora à pouco, nos diálogos mobilizadores que tivemos durante esse encontro – e que foram significativas para vocês voltem à memória. Com essas frases vamos criar um teia de experiência comum, um campo de sensibilidade e empatia.*
- 3) *Ainda de olhos fechados, vocês vão, um a um, uma a uma, repetir as frases que ouviram e que foram marcantes para você. Às vezes não serão exatamente as palavras ouvidas, mas o que foi dito. Às vezes sim; as palavras exatas, como se aquela pessoa estivesse falando de novo, usando sua voz. Ou, visto de outra forma, como se você fosse ela e, por isso, sentisse, dissesse o que ela diz. Deixe essas frases fluírem para dentro desse nosso círculo, conformando o centro dele. Certo? Podemos começar... agora!*

Observe como, a partir do silêncio, as falas vão chegando, no início mais tímidas e espaçadas. Sustente esse momento. Pouco a pouco o exercício ganhará mais corpo. Participe dele também, se tiver alguma frase à qual queira dar voz. Tente perceber esse fluxo, observando quando ele vai ficando fraco. Gentilmente retome a fala, ressaltando a beleza da síntese do aprendizado de todos e todas, compartilhado como o que o grupo entendeu como a essência mais importante da experiência. Peça para que abram os olhos.

FERRAMENTAS

VOZES DO CAMPO

Por campo, entende-se tanto o lugar onde o jogo acontece, onde uma pesquisa é feita (trazer as vozes do campo/círculo de partilha), quanto a rede sutil de energias que formam a atmosfera, a ambiência do grupo. Portanto, o Vozes do Campo é ao mesmo tempo uma experiência de resgate (o que foi) e de consolidação do novo, uma vez que as vozes são devolvidas para o grupo como experiência atualizada pela escuta de cada integrante e formando um todo que é a síntese do grupo.

CONTEÚDO DE APOIO

SOBERANIA ALIMENTAR e ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Para adensar esse momento do encontro, você pode também estudar o conceito de Alimentação Adequada e Saudável - AAS, produzido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que você encontrará neste link:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2007/relatorio-final-marco-2007-03.2007>

E pode ler mais sobre a Soberania Alimentar e Alimentação Adequada e Saudável nos seguintes links:

<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/36>

http://issuu.com/aspta/docs/agriculturas_v11_n_4/7?e=2820194/11784241

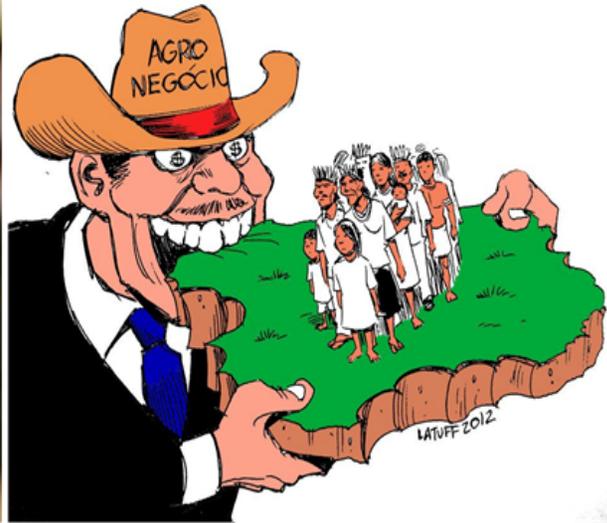
http://issuu.com/aspta/docs/agriculturas_v11n1/1?e=2820194/7821643

FERRAMENTA

O humor e a arte são grandes aliados das mudanças em todos os campos.

Para falar, ajudar a ilustrar e dar profundidade ao diálogo sobre Soberania Alimentar, busque ferramentas como fotos, charges, quadrinhos.

Aqui estão algumas para lhe inspirar, certamente você encontrará outras:



CONTEÚDO DE APOIO
VOZES DO CAMPO

Na publicação denominada “Dossiê ABRASCO: uma alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde”, você vai encontrar relatos interessantes sobre a realidade do campo e territórios.

Disponível em: http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf

ENCONTRO 03: CONHECENDO AS ETAPAS DO SISTEMA ALIMENTAR				
HORÁRIO /INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	CHEGADA	Jogo HISTÓRIA PALAVRA A PALAVRA	Cadeiras em círculo	
08h20	VISITAS CIRCUITOS AGROALIMENTARES: apresentação	Cada subgrupo apresenta o resultado de suas visitas, sendo 15min para apresentar e 5min para conversas no grande grupo (TOTAL: 1h) Facilitador(a) conduz uma roda de diálogo sobre a visão do todo: conexões entre as visitas, a visão do circuito inteiro a partir das partes (20min)	Material para a apresentação: cada subgrupo é responsável pelo seu.	
09h40	INTERVALO		Lanche	
10h	SOBERANIA ALIMENTAR e ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL	Diálogo sobre Alimentação Adequada e Saudável - AAS, e Soberania Alimentar. - O que define o que agricultores e agricultoras plantam? - O que define o que comemos?	Perguntas norteadoras do diálogo e Imagens (desenhos e fotos) que estão na descrição da aula podem ser apresentadas (apresentação de slides) para a turma	Conteúdo das páginas 17 a 24 do livro-texto.
11h30	FECHAMENTO	Jogo VOZES DO CAMPO	De pé, em círculo	Descrição da atividade no Roteiro

				da Aula
--	--	--	--	---------

ENCONTRO 04: DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

CHEGADA

Para começar o dia, que a tal fazer uma Rodada de Boas Notícias com o grupo? Uma pessoa por vez conta algo que percebe como uma boa notícia, em qualquer área da vida. Ao final de cada notícia, todo o grupo celebra a partilha, estalando os dedos, por exemplo.

FERRAMENTAS

Compartilhar boas notícias é uma prática muito simples e de uma potência estrondosa. Se sustenta no entendimento de que a apreciação é a arte da descoberta e da valorização dos fatores que mobilizam energia para a geração de futuros almejados. Focados no que gera bem-estar, pessoas, grupos e organizações passam a se comportar de maneira a manter esse estado e a gerar futuros sempre mais positivos. Más notícias, de maneira oposta, afetam negativamente a disposição das pessoas para confiar e cooperar e favorecem o rompimento de vínculos sociais. Esse entendimento é a base do método conhecido como investigação apreciativa.

DIREITOS HUMANOS

Conduza um momento de apresentação dialogada. Guiado pelo conteúdo das páginas 24 e 25 do livro-texto, apresente ao grupo os princípios que regem os direitos humanos e questione se, diante de tais princípios, a turma consegue enxergar– em seu dia a dia pessoal, em sua prática profissional, nas interações sociais etc – algum Direito Humano. Desenvolva interações sobre o conceito de DH, se há percepção de garantia ou violação dos direitos. Apresente e exemplifique Direitos Humanos existentes.

Por fim, questione se Alimentação Adequada e Saudável é um Direito Humano e o porquê disso.

FILME

Com o despertar do interesse e das perguntas sobre Alimentação Adequada e Saudável - AAS, como um direito humano, apresente ao grupo o curta “Peraí, é nosso direito!”.

PONTO DE ATENÇÃO

!!!O curta “Peraí, é nosso direito!” tratada história de duas comunidades que se organizaram para lutar por seus direitos, em especial o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável-DHAAS.

Você encontra o filme no site http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-index.php?page=video_peraienossodireito ou no site <https://vimeo.com/6122101>

DIÁLOGO SOBRE O FILME

Finalizado o filme, divida a turma em subgrupos de quatro a cinco integrantes e peça para que eles conversem sobre *o que aprenderam* e *o que desaprenderam* ao ver o curta.

Trabalhe o conceito de que aprender demanda a capacidade de desaprender, soltando formas de pensar, visões de mundo e conceitos ultrapassados ou preconceituosos, e de abrir espaço para perspectivas renovadas e mais ajustadas à necessidades e desejos atuais.

Informe o tempo máximo para a atividade e sugira que cada subgrupo eleja um(a) guardião(ã) do tempo e um(a) relator(a), que cuidará para que a essência e principais pontos da conversa não se percam.

Retome o círculo e, após o compartilhando da essência das conversas nos subgrupos (realizada pelos(as) relatores(as)), abra o diálogo abordando como a alimentação adequada e saudável é um direito fundamental.

PONTO DE ATENÇÃO

Quando os subgrupos estiverem liberados para lanchar, pode ser que umas e outras pessoas ainda queiram seguir conversando. Isso, de modo geral, é um ótimo sinal: se uma atividade que pode cessar prossegue, podemos entender que há interesse pelo que está sendo conversado, compartilhado, criado. Se esse for o caso, muito bom!

INTERVALO

CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Embora internacionalmente, a nomenclatura utilizada seja Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), e essa é também a forma como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) se refere ao direito, no Brasil, as discussões sobre o tema têm agregado a dimensão referente à promoção da saúde ao termo, sendo inserida a palavra "saudável" à nomenclatura original- Direito Humano à Alimentação Saudável (DHAAS). Esta construção é local e não conta com muitas referências, mas optamos por utilizá-la no curso com o objetivo fortalecê-la com posicionamento político, em contraposição à ideia de que "qualquer alimento é alimento", para enfatizar que o direito apenas pode ser realizado plenamente quando houver alimentação adequada e saudável acessível a todos e todas.

Sobre a Alimentação Adequada e Saudável,(AAS) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) elaborou um documento, já sugerido como leitura complementar, que pode te subsidiar ainda mais com relação a esta questão, para então compartilhá-la com os/as participantes do curso. O documento está disponível no Anexo 02 e também em <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2007/relatorio-final-marco-2007-03.2007>

Inicie compartilhando a questão da nomenclatura formulada no Brasil- Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável- DHAAS e o conceito de Alimentação Adequada e Saudável - AAS, formulado pelo Consea Nacional, com o grupo:

“A Alimentação Adequada e Saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos biológicos e de organismos geneticamente modificados.”

Então peça ao grupo para se subdividir em quatro subgrupos. Se serão os mesmos subgrupos da atividade anterior ou se haverá composições com novas pessoas, isso pode ser decidido por você, ao observar questões como objetividade no uso do tempo ou subgrupos sempre com as mesmas “caras” e dinâmicas, por exemplo.

Dessa vez, o pedido é para que cada subgrupo crie uma cena teatral para apresentar um dos quatro conceitos-chave para a realização do DHAAS: disponibilidade, adequação, acesso e estabilidade, apresentado no livro-texto, nas páginas 28 a 30.

Ao final da apresentação das cenas, abrir uma roda de conversa, onde você deverá introduzir no diálogo considerações importantes sobre o DHAAS. O que compõe uma Alimentação Adequada e Saudável? O quão próximo da realidade dos brasileiros e brasileiras está o DHAAS? Quais as principais barreiras? Essas são algumas perguntas. Você vai encontrar outras ao ler o conteúdo descrito no livro-texto, nas páginas de 30 a 32. Não deixe de prestar atenção no conteúdo de apoio também.

FECHAMENTO

Antes de terminar, faça uma rodada de fechamento com a seguinte pergunta: “O que, de mais importante, você está levando daqui hoje?”.

CONTEÚDO DE APOIO

CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL.

MANIFESTO DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL À SOCIEDADE BRASILEIRA SOBRE COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE, POR DIREITOS E SOBERANIA

A comida de verdade é salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo o curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana/ povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses, desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.

Comida de verdade começa com o aleitamento materno. Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes.

Comida de verdade garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado.

Comida de verdade é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. Deve atender às necessidades alimentares especiais. Comida de verdade é aquela que é compartilhada com emoções e harmonia. Promove hábitos alimentares saudáveis no campo, na floresta e na cidade.

Comer é um ato político. Comida de verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e a paz entre os povos.

A alimentação no Brasil é resultado do encontro de povos e culturas que formaram nossa nação e carrega em sua história a dor e o sofrimento dos povos originários e africanos escravizados, que se perpetuaram nas restrições de acesso à terra e aos modos de produção.

Nos últimos anos, registram-se grandes conquistas no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação dos povos e comunidades tradicionais, organizações e movimentos sociais em sua construção e implementação orientadas pelo respeito à sociobiodiversidade.

Em 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional No 64, na qual o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável- DHAAS, foi consagrado. O despertar da sociedade e o governo sobre a importância da alimentação saudável gerou grande impacto, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e a priorização das populações mais vulneráveis, o reconhecimento da diversidade dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto no 6.040/2007) com a promoção da visibilidade da matriz produtora de alimentos na diversidade cultural e alimentar. Além disso, houve fortalecimento do controle social; redução da mortalidade infantil, que estava vinculada a altos índices de desnutrição; estímulo ao consumo de alimentos in natura e à redução no consumo de produtos alimentícios ultraprocessados. Outros avanços se destacam, a exemplo da edição do Guia Alimentar para a População Brasileira e a revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome. Essa importante conquista é resultado de intensos debates e mobilização da sociedade civil na construção de políticas públicas, criação e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) por meio de programas como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); acesso à água (Projeto 1 Milhão de Cisternas - P1MC e P1+2 Uma Terra com Duas Águas); e promoção da agricultura agroecológica.

Apesar das lutas e conquistas, ainda persistem elevada concentração fundiária, crescimento da monocultura, liberação de transgênicos e incentivo ao uso de agrotóxicos. Enfrentamos uma grave crise hídrica, bem como a expansão do consumo de produtos alimentícios ultraprocessados nas dinâmicas alimentares da população brasileira.

Para comer uma comida de verdade, conheça a verdade sobre a comida!

Conclamamos toda a população brasileira a tomar conhecimento sobre Comida de Verdade e Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável – DHAAS. E a envolver as instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações da sociedade civil, escolas públicas e privadas como parceiros na orientação para uma produção, comercialização e consumo de uma Alimentação Adequada e Saudável, participando e exercendo controle, cobrança e fiscalização social das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Inspirados por uma ética alimentar, reafirmamos o valor da diversidade alimentar e cultural do país.

Que as três esferas de governo garantam políticas públicas de acesso à terra, à água potável, ao saneamento ambiental urbano e rural, às sementes crioulas e assistência técnica de qualidade e à regularização fundiária dos territórios indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como dos assentamentos e territórios de identidade de cidadania; que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa e os povos e comunidades tradicionais para a produção, o consumo e a comercialização socialmente justa e sustentável de alimentos livres de agrotóxicos e aditivos químicos e transgênicos. Além disso, é necessário que sejam fortalecidas e ampliadas as ações de promoção e proteção da saúde, especialmente a regulamentação da publicidade de alimentos, a rotulagem e o acesso à informação para as pessoas com deficiência e necessidades alimentares especiais.

Chamamos a sociedade civil e o poder público a celebrar os avanços e a revitalizar a comida de verdade do Brasil como elemento de conquistada soberania alimentar e consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional.

HORÁRIO /INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	CHEGADA	Rodada de Boas Notícias	Cadeiras em círculo	
8h30	DIREITOS HUMANOS	Apresentação dialogada sobre Direitos Humanos	Cadeiras em círculo	Conteúdo do livro-texto nas páginas 24 e 25 impressos ou projetados (os grupos precisam acessar esse conteúdo).
09h	FILME	“Peraí, é nosso direito!”	Projetor Equipamento de DVD+DVD do filme ou internet Cadeiras em U	
09h35	DIÁLOGO SOBRE O FILME	Dividir o grupo em subgrupos para dialogarem sobre as perguntas: “Assistindo ao filme, eu aprendi que... e desaprendi que...” (20min) Retomar o círculo e fazer um diálogo em roda abordando como DHAAS é fundamental (30min)	Alternar cadeiras em círculo e subgrupos	
10h25	INTERVALO			
10h45	CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O DHAAS	Dividir o grupo em quatro subgrupos. Cada subgrupo cria uma cena sobre um dos conceitos-chave para realizações do DHAAS: disponibilidade, adequação, acesso e estabilidade. (20min) Apresentação dos subgrupos (5min para cada) Refletir sobre a atividade e aprendizados	Alternar cadeiras em círculo, subgrupos e cadeiras em U (apresentações)	Conteúdo do livro-texto: páginas 28 a 32.

10h45	CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES	Dividir o grupo em quatro subgrupos. Cada subgrupo cria uma cena sobre um dos conceitos-chave para realizações do DHAAS:	Alternar cadeiras em círculo, subgrupos e cadeiras em U	Conteúdo do livro-texto: páginas 28 a 32.
-------	---------------------------------------	--	---	---

ENCONTRO 05: MARCOS LEGAIS DE DH'S NO BRASIL E NO MUNDO

CHEGADA

Começar o dia perguntando se alguém está sentindo falta de alguém no grupo. Sua busca aqui é perceber o quanto o grupo está consciente uns dos outros. Está faltando alguém? Alguém sabe por que essa pessoa ainda não chegou?

Conduza uma breve rodada sobre qual o sentimento mais mobilizador do momento e relacionado ao curso. Escute os sentimentos dos verbalizados e tenha-os 1) como um termômetro do estado presente do indivíduo/turma, considerando que para sentimento não existe certo ou errado; e 2) como um indicador de futuro, considerando que seres humanos determinam suas ações e reações movidos por seus sentimentos.

INTERLIGAÇÃO E CONVERGÊNCIA DOS TEMAS: SAN, DHAAS E SOBERANIA

Metáforas são formas de comunicação muito poderosas. Quebram resistências ou ampliam entendimentos da mensagem que se busca comunicar, a partir de imagens ou histórias.

Que tal usar a imagem metafórica de uma árvore, com suas partes com simbologias bem definidas, para apresentar a interligação que há entre os temas Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano Alimentação Adequada e Saudável, Soberania Alimentar?

Ficaria assim:

- A raiz é o que dá a estrutura. Ela corresponde ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável;
- O caule, por sua vez, conecta, interliga. Nesse lugar estão a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional;
- Folhas e frutos se modificam, multiplicam e espalham, como programas e ações.
- As sementes que estão dentro dos frutos são possibilidades reais de expansão e fortalecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável - DHAAS,

Peça para que a turma faça duplas. Com o desenho de uma árvore feita em tamanho grande e fixada na parede, peça para que cada dupla converse sobre quais estruturas da árvore correspondem aos conceitos DHAAS, SA, SAN, Programas e Ações.

Dê alguns minutos para essa conversa e convide uma primeira dupla, aleatória, para ir até a árvore e colar na estrutura da árvore os conceitos. Então pergunte se alguma dupla teve um entendimento diferente e, se sim, peça para que essa dupla cole na árvore os nomes conforme acreditarem ser o mais apropriado. Siga assim até que todos os entendimentos tenham sido explicitados.

A partir daí, apresente a metáfora conforme descrita aqui e faça as interrelações conforme o conteúdo do livro-texto, páginas 32 a 38.

PONTO DE ATENÇÃO

Ocorre a você uma metáfora melhor? Fique a vontade para usá-la! A ideia aqui é explorar as conexões possíveis entre os conceitos e provocar as pessoas para que, ao pensar juntas, consolidem interrelações. A imagem metafórica é um instrumento provocador dessa reflexão, mas não é necessário que todo o grupo perceba os conceitos de uma mesma forma, nem tampouco a forma como propomos é a única possível.

MARCOS LEGAIS INTERNACIONAIS e NACIONAIS

Você agora vai expor o caminho, no tempo e no espaço, do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS).

De posse de um Mapa do Mundo, apresente à turma os Marcos Legais Internacionais que compõem a história do DHAAS, apresentados no livro texto nas páginas 44 a 52. Ao narrar essa história, vá pontuando, no mapa, local e data de cada marco.

Deixe o Mapa exposto e peça que a turma se divida em trios. **Explique o exercício:**

- 1) *Vocês já conheciam esses marcos? Alguns? Uma coisa importante a observar é que o DHAAS é estudado e defendido como um direito humano há bastante tempo e não somente no Brasil.*
- 2) *Aí no trio, conversem e tomem nota sobre as mudanças na realidade da família e da vida de vocês e que estejam relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional? Como já foi antes? Como é agora? Como era o acesso aos alimentos, o preço, as opções, quanto do salário era usado para alimentação 20 anos atrás, agora é mais ou menos? Onde eram adquiridos os alimentos, onde são agora? A quantidade de alimentos disponível era igual durante todo o mês? E agora? Se não se lembram, já ouviram alguém da família falar sobre isso? Vocês já viram algum filme que mostra a realidade de grande parte e brasileiros nos anos 40 e 50, por exemplo? Como era?*

Diga o tempo total para a conversa. Ao final, peça para que façam uma roda em que seja fácil perceber quais eram os trios. Com uma bolinha inicie uma rodada de compartilhamento. **Explique o exercício:**

- 1) *Essa bolinha vai passar pela mão de uma pessoa de cada trio. Quem a receber será porta-voz do que foi conversado por vocês. Ok?*
- 2) *Então: quando a bola sair de um trio para outro, a pessoa que for lançá-la pergunta: “E aí, ... (e diz o nome de alguém do trio): o que mudou na realidade de vocês?”. E joga a bola. Certo? No momento do compartilhamento, só quem fala é quem está com a bolinha na mão, a bolinha serve como um objeto de fala para nós agora.*
- 3) *Eu vou começar: “E aí, (diga o nome de uma pessoa da turma), o que mudou na realidade de vocês?”*

PONTO DE ATENÇÃO

Como numa partida jogada com bola, às vezes você recebe a bola e às vezes você pede para lhe passarem a bola. Para ambas as possibilidades, é preciso estar atento ao jogo e não deixar a bola cair!

Quando o último trio compartilhar o resultado de suas conversas, peça para lhe retornarem a bolinha.

Faça um arremate do que foi compartilhado, fazendo alguma ressalva, se necessário.

Possivelmente, ao compartilharem o que mudou na vida de cada um e cada uma, algo da história do DHAAS no Brasil será mencionado. Faça uso dessas “deixas” para conectar a evolução do DHAAS no mundo com a história do direito no Brasil.

Usando a figura “Linha do Tempo” da página 54 do livro-texto, que você pode reproduzir identicamente ou usar como referência para conceber seu próprio recurso visual, exponha, para fechar esse momento, os marcos legais nacionais.

INTERVALO

PONTO DE ATENÇÃO

Esse é o quinto encontro e já deu para saber se o esquema da preparação do lanche por duplas, em formato de rodízio, está funcionando bem ou precisa ser repensado. Provoque uma conversa sobre o que a turma gostaria de fazer a respeito.

TITULARES DE DIREITOS, OBRIGAÇÕES DO ESTADO

A partir do entendimento que o DHAA é um direito no mundo bem como o é no Brasil, garantido na Constituição Federal, faça uma apresentação dialogada sobre os titulares de direitos e os portadores de obrigação, conforme conteúdo das páginas 57 a 63 do livro-texto, com ênfase nos níveis de obrigação dos estados (página 60) e nas dimensões do DHAAS (página 63).

Para enriquecer essa aula, sugerimos que busque referências visuais e artísticas que abordem a questão dos direitos humanos, como charges, desenhos, imagens, pequenos filmes, poemas, cordéis.

ESTUDO DE CASO – ABERTURA

Você vai agora abrir uma atividade bastante importante e que só vai ser fechada na aula seguinte. Serão trabalhados dois Estudos de caso sobre “As violações e a exigibilidade do DHAA” que têm o objetivo de trabalhar os conteúdos das aulas 1, 2, 3 e 4 do Módulo 3 do livro-texto (páginas 67 a 82).

Peça que o grupo se divida em subgrupos, com número igual de integrantes, por afinidade e facilidade de contato, pois terão que seguir trabalhando juntos entre essa e a próxima aula. Cada grupo vai trabalhar um estudo de caso. Nessa aula, farão a leitura e a reflexão inicial sobre a

realidade apresentada, relacionando-a aos temas trabalhados até aqui (alimentação saudável, princípios do DHAAS violados nas situações titulares de direitos e portadores de obrigações). Na aula seguinte, devem aprofundar na identificação das dimensões do DHAAS violadas significado da exigibilidade; reconhecimento do direito previsto em legislação nacional e mecanismos de exigibilidade (administrativa, política quase judicial e judicial). Devem, ainda reconhecer quais são e como funcionam as instituições e instrumentos de defesa e exigibilidade dos DHs. Ao final desta atividade, deverão apresentar uma proposta de solução para as violações dos casos. (Anexo 03)

PONTO DE ATENÇÃO

Grupos muito grandes tendem a ter dificuldade de trabalhar conjuntamente; muitas vezes, poucas pessoas se encarregam do trabalho. Por isso, se a turma tiver mais do que 11 pessoas, considere a formação de quatro subgrupos.

No caso, dois (ou mais) subgrupos terão que trabalhar com o mesmo estudo de caso.

Ou ainda - E MELHOR - produza outro(s) estudo(s) de caso, além dos oferecidos abaixo, de preferência com situações-problema da realidade local. Para criar um estudo de caso contemple uma realidade local que tenha uma temática que mobilize os participantes da formação e que façam quem o ler reconhecer as violações do DHAAS.

Explique o exercício:

- 1) *Inicialmente, eu gostaria que vocês se dividissem em subgrupos de até 6 pessoas por afinidade e facilidade de contato, pois terão que seguir trabalhando juntos entre essa e a próxima aula.*
- 2) *Eu vou entregar a vocês estudos de caso sobre as violações e a exigibilidade do DHAAS.*
- 3) *Vocês terão um tempo para ler e conversar no subgrupo sobre o caso apresentado. O que acham desse caso? Que opiniões tem dele?*
- 4) *O nosso desafio é realizar uma leitura da realidade destes casos a partir das percepções pessoais de cada um e cada uma de vocês. A partir do que conversamos no curso, desde o início até hoje, o que os casos dizem sobre a garantia da Alimentação Adequada e Saudável? Quem são titulares de direitos e quem são portadores de obrigações? Quais princípios do DHAAS estão sendo violados?*
- 5) *Enquanto vocês trabalham, eu estarei aqui para tirar dúvidas de entendimento ou ajudar de alguma maneira. Só me chamar. Podemos começar.*

Enquanto os subgrupos estiverem trabalhando, esteja atento para perceber se estão entendendo e problematizando temas como: "o que é uma alimentação adequada e saudável", "quais os princípios do DHAAS estão sendo violados no caso" e "quem são os titulares de direito e os portadores de deveres nos casos apresentados".

E tem conteúdo de apoio muito bom para te ajudar nesse trecho do encontro. Checa lá!

Terminado o tempo de leitura e análises iniciais dos Estudos de Caso, **explique a tarefa de casa:**

- 6) *Ótimo, muita coisa foi dita e percebida. Agora vou explicar o que deverão trazer para nosso próximo encontro*
- 7) *Levem para casa o Estudo de Caso e a impressão das aulas 1 a 4 do módulo 3 do livro-texto.*
- 8) *Como a situação do estudo de caso se expressa no seu cotidiano? O milho que você consome para fazer cuscuz, por exemplo, tem o rótulo de transgênico? Se não tem, você confia que o milho não é transgênico ou fica na dúvida se o rótulo foi omitido? Como está a*

alimentação escolar na escola de seu bairro? Você acompanha crianças ou adolescentes que fazem refeições nas escolas? O que elas e eles contam?

- 9) *A partir de nossas conversas e dos conteúdos dessas aulas, vocês devem pensar em soluções possíveis para os casos descritos. Crie livremente uma maneira de apresentar o fechamento do caso. Mais cênica, com um teatro; mais plástica, com cartazes, desenhos; mais tecnológicas, com apresentação de slides, mais faladas, como uma aula expositiva ou dialogada. Alguma pergunta?*

Reforce os pontos que não podem ficar fora da pesquisa:

- descrever porque, quando e com quem a violação acontece;
- saber quem são portadores de direito;
- saber quais são as obrigações do Estado;
- dar exemplos de outros tipos de violação ao DHAAS;
- conhecer os atores que possuem responsabilidades para a realização do DHAAS (ou seja, saber que cabe ao Estado a obrigação de garantir o respeito, a proteção, a promoção e o provimento dos Direitos Humanos de todos os habitantes de seu território, por meio da atuação efetiva dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de seus diferentes agentes. Mas, também saber que os demais atores sociais, inclusive os indivíduos e a sociedade como um todo, têm responsabilidades para a realização dos direitos);
- compreender o significado da exigibilidade;
- conhecer Declarações e Tratados internacionais de DHs como base da exigibilidade;
- reconhecer o direito previsto em legislação nacional e a partir disso reconhecer mecanismos de defesa (exigibilidade administrativa, política quase judicial e judicial);
- reconhecer quais são e como funcionam as instituições e instrumentos de defesa e exigibilidade dos DHs.

FECHAMENTO

Termine o encontro de hoje pedindo *feedbacks* sobre o processo do curso até aqui. Uma pergunta possível é “O que ainda precisa ser cuidado para nosso curso ficar melhor do que está? Quem tem algo a pedir? Quem tem uma oferta a fazer?”.

CONTEÚDO DE APOIO

ESTUDO DE CASO

1 - ROTULAGEM DE MILHO TRANSGÊNICO

Dona Maria é uma conselheira muito participativa no Consea. Na última reunião foi apresentado o Direito Humano à Alimentação Adequada, que é uma alimentação de qualidade diversificada, nutricionalmente adequada, sem agrotóxicos ou contaminantes e livre de organismos geneticamente modificados. Durante essa apresentação, ela lembrou que na última Conferência de SAN, foi discutida a liberação do plantio de alimentos transgênicos, como a soja e o milho no Brasil. Na Conferência, Dona Maria recebeu um panfleto que dizia:

“Existe uma grande preocupação, por parte de organizações não governamentais e movimentos sociais, em torno dos potenciais impactos, riscos e efeitos colaterais ou indesejáveis que os organismos geneticamente modificados (OGMs) podem produzir, uma vez que seus efeitos sobre a saúde e o meio ambiente ainda são desconhecidos. A liberação de produtos transgênicos, sem a realização de estudos prévios de impacto ambiental e dos riscos à saúde e à Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira fere o princípio da precaução.

O princípio da precaução estabelece a necessidade de prevenção de riscos potenciais e de efeitos irreversíveis antes mesmo da existência de provas irrefutáveis de nocividade de uma nova tecnologia. Esse princípio, incorporado na Lei 11.105 de 24 de março de 2005, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, encontra também expressão concreta em vários artigos da Constituição Federal de 1988.

Assim, alimentos transgênicos podem representar riscos para a Segurança Alimentar e Nutricional dos brasileiros em vários aspectos, desde relacionados à saúde, à perda de diversidade de sementes e conseqüente variabilidade genética, ao custo dos alimentos e a ameaças de perda da autonomia de agricultores familiares (risco de dependência das empresas produtoras de sementes transgênicas e pacotes de produção). Entre outros fatores, podemos imaginar um cenário em que o uso dos transgênicos provoque desequilíbrios ambientais graves com conseqüentes quedas de produção de alimentos, dependência de importações, aumento de custos ao consumidor etc”.

Dona Maria, impressionada com as descobertas, refletiu se o milho que ela compra no mercado é transgênico ou não. Ao sair da reunião, passou no supermercado. Na prateleira dos milhos para pipoca percebeu que algumas embalagens continham símbolo de transgênico, mas outras não. Então, ela escolheu uma marca que não continha o símbolo na embalagem, mas ficou pensando se a ausência de informação garantia que o milho não era transgênico.

PONTO DE ATENÇÃO

Esse caso vai ficar ainda mais rico se vocês analisarem a pesquisa realizada pelo IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor) que investiga a informação sobre presença de milho transgênico nas embalagens de produtos utilizados em festas juninas. Essa pesquisa pode ser encontrada site <http://www.idec.org.br/consultas/testes-e-pesquisas/festa-junina-transgenica>

2: QUALIDADE DA MERENDA ESCOLAR

Jorge é pai de um aluno de uma escola pública do Distrito Federal. Recentemente, foi eleito como conselheiro do Conselho de Alimentação Escolar. Quando começou a atuar percebeu várias reclamações sobre os alimentos ofertados pelas escolas. Os cardápios eram compostos por alimentos industrializados, ultraprocessados e que não faziam parte do hábito alimentar dos estudantes. Pesquisando um pouco sobre a Política Nacional de Alimentação Escolar, na internet, Jorge descobriu que o Programa Nacional de Alimentação Escolar determina regras para a merenda escolar, com o objetivo de promover uma alimentação adequada e saudável aos estudantes atendidos pelo programa.

O site informava:

“O cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional. Assim, o planejamento dos cardápios, bem como o acompanhamento de sua execução, devem estar aliados para o alcance do objetivo do PNAE.

Os cardápios deverão ser elaborados pelo nutricionista Responsável Técnico, considerando:

- o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis atendendo as necessidades nutricionais dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde;
- os gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais;
- o horário em que é servida a alimentação e o alimento adequado a cada tipo de refeição;
- as especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas;
- a oferta de, no mínimo, 3 porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana), sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas in natura;
- os aspectos sensoriais, como as cores, os sabores, a textura, a combinação de alimentos e as técnicas de preparo.

Além dessas recomendações, o PNAE, visando limitar a oferta e o consumo de alimentos processados de baixo valor nutricional, ricos em açúcar, gordura e sal estabelece um limite para aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados. Proíbe ainda, a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional.”

Jorge ficou pensando como poderia atuar para fazer a regra valer e assim, melhorar a qualidade da alimentação escolar.

Encontro 05: Marcos legais de DH's no Brasil e no mundo				
HORÁRIO /INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
8h	CHEGADA	Partilha sobre o sentimento mais mobilizador do momento para cada um e cada uma.	Cadeiras em círculo	
8h30	INTERLIGAÇÃO E CONVERGÊNCIA DOS TEMAS: SAN, DHAAS e SOBERANIA	Apresentação da imagem de uma árvore fazendo a conexão dos três temas: <ul style="list-style-type: none"> - Raiz: DHAAS - Caule: Soberania Alimentar e SAN - Folhas: programas e ações 	Imagem de árvore Cadeiras em U	Conteúdo do livro-texto: páginas 32 a 38
9h	MARCOS LEGAIS INTERNACIONAIS E NACIONAIS	O(a) facilitador(a) faz exposição dos marcos (caminhos no tempo e no espaço) (20min) Dividir as pessoas em trios para conversarem e tomar nota sobre realidades e mudanças percebidas que estejam relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Como já foi antes? Como é agora? (10min) Trios compartilham a síntese das conversas. (15min) Facilitador(a) fecha o momento arrematando o que foi compartilhado e apresentando os Marcos Legais Nacionais. (15min)	Mapa Mundi (para marcos internacionais) Linha do tempo do DHAAS no Brasil (página 56) (para marcos nacionais) Bolinha (partilha dos trios no grande grupo) Cadeiras em U e trios	Conteúdo do livro-texto: páginas 44 a 57
10h	INTERVALO		Lanche	

10h20	TITULARES DE DIREITOS, OBRIGAÇÕES DOS ESTADOS	Apresentação dialogada sobre Titulares de Direitos, Obrigações dos Estados, com ênfase nos níveis de obrigação dos estados (e página 62) e dimensões do DHAAS (página 65) (25 min)		Conteúdo do livro-texto: páginas de 57 a 82.
10h45	ESTUDO DE CASO: ABERTURA “As violações e a exigibilidade do DHAAS”	Facilitador divide a turma em subgrupos, entrega os Estudos de caso e explica o que devem fazer no primeiro momento (15 min) Subgrupos leem os Estudos de caso e conversam sobre esta realidade, fazendo relações com os conteúdos vistos até aqui. (30 min) Facilitador explica o que deve ser feito para a próxima aula e tira dúvidas (15min)	Cada participante recebe a impressão dos Estudo de Caso que vai trabalhar com seu subgrupo (Estudo de Caso 1 OU 2) Anexo 03) e A impressão das aulas de 1 a 4 do Módulo 3 do livro-texto.	O EC será referente às aulas 1, 2, 3 e 4 do módulo 3 (páginas 67 a 82)
11h45	Fechamento	Rodada de feedbacks. “O que ainda precisa ser cuidado para nosso curso ficar ainda melhor? Algum pedido? Alguma oferta?”	Cadeiras em círculo	

ENCONTRO 06: AS VIOLAÇÕES E A EXIGIBILIDADE DO DHAAS

CHEGADA

Receba a turma calorosamente e expresse sua curiosidade de saber como foi o processo de trabalho em subgrupos, para encontrar uma solução para o Estudo de Caso. Permita uma breve rodada de compartilhamento sobre o processo e descobertas do subgrupo.

ESTUDO DE CASO - APRESENTAÇÕES

Celebre o esforço de todos e todas para realizar a tarefa de casa e convide para o início das apresentações. Lembre o tempo total disponível para esse momento e o tempo de apresentação de cada grupo. Uma dica muito útil para os grupos: nomear um(a) integrante como o(a) guardião(ã) do tempo.

Caso haja mais de um grupo com o mesmo estudo de caso, é interessante que apresentem o resultado de suas pesquisas por blocos: primeiro todos os grupos de um dos estudos de caso, depois todos os grupos do outro.

Lembra-se dos pontos orientadores da pesquisa, oferecidos aos grupos? Tenha-os em mãos para esse momento. Eram esses:

- descrever porque, quando e com quem a violação acontece;
- saber quem são portadores de direito;
- saber quais são as obrigações do Estado;
- dar exemplos de outros tipos de violação ao DHAAS;
- conhecer os atores que possuem responsabilidades para a realização do DHAAS (ou seja, saber que cabe ao Estado a obrigação de garantir o respeito, a proteção, a promoção e o provimento dos Direitos Humanos de todos os habitantes de seu território, por meio da atuação efetiva dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de seus diferentes agentes. Mas, também saber que os demais atores sociais, inclusive os indivíduos e a sociedade como um todo, têm responsabilidades para a realização dos direitos);
- compreender o significado da exigibilidade;
- conhecer Declarações e Tratados internacionais de DHs como base da exigibilidade;
- reconhecer o direito previsto em legislação nacional e a partir disso reconhecer mecanismos de defesa (exigibilidade administrativa, política quase judicial e judicial);
- reconhecer quais são e como funcionam as instituições e instrumentos de defesa e exigibilidade dos DHs.

Enquanto acompanha as apresentações, tenha esses pontos, bem como o conteúdo das páginas 67 a 82 do livro-texto, como guia e verifique como foram respondidos. Não faça interrupções durante a apresentação, mas faça todos os apontamentos que achar necessário. Ao final das apresentações, você poderá fazer as complementações necessárias.

ESTUDO DE CASO – ENCERRAMENTO

Findas as apresentações, parabenize a turma puxando uma sonora salva de palmas.

Então faça – não como quem aponta o que falta, repara o que não foi perfeito, mas sim como quem oferece algo a mais – os adendos pertinentes com as complementações que não tenham sido abordadas nas apresentações ou cujo entendimento precise ser reforçado.

INTERVALO

INSTITUIÇÕES E INSTRUMENTOS DE DEFESA E EXIGIBILIDADE DOS DH

Convide a turma para continuar trabalhando com o Estudo de Caso apresentado. Agora desde a perspectiva do cidadão e/ou da cidadã que está diante da situação-problema e que vai se dirigir à diferentes instituições em busca de ajuda.

Explique o exercício:

- 1) *Vamos lá, rapidinho: se dividam em seis grupos. Um, dois, três e já!*
- 2) *Legal, agora vou dar um papel para cada um dos grupos:*
 - a. Cidadão/Cidadã

- b. Plataforma DHESCA-Direitos Humanos Econômicos Sociais Culturais e Ambientais Brasil (ONU)
 - c. Entidades da Sociedade Civil
 - d. Ministério Público
 - e. Defensoria Pública
 - f. Câmara dos Deputados
- 3) *Com base no conteúdo das páginas 83 a 89 do livro-texto, estudem os respectivos caminhos de ajuda possíveis para apoiar as demandas dos cidadãos e, em especial, do protagonista do caso estudado. E combinem aí o que farão quando forem atendê-lo. E vocês que são cidadão e cidadã, estudem também o que perguntar ou pedir a cada uma dessas instituições e instrumentos de defesa.*
- 4) *Legal, gente, acabou o tempo de preparo. Vocês podem imaginar o que vai acontecer agora? Exato! Nosso amigo cidadão – de acordo com a maneira como vocês do subgrupo planejaram – vai peregrinar de uma instituição a outra, apresentar seu problema e descobrir como cada ator pode contribuir para a resolução dele.*

Fechado o circuito de visitas, certifique-se que os papéis das instituições e instrumentos estão claros para todos e sane possíveis dúvidas. Durante as apresentações das instituições, você pode ir fazendo anotações síntese (em tarjetas ou folhas A4) para usar neste momento seguinte do encontro.

A EXIGIBILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN

Faça uma exposição dialogada do conteúdo das páginas 90 e 93 do livro-texto, que trata da exigibilidade nas políticas públicas de SAN, permitindo contribuições e respondendo perguntas da turma, cuidando para que o conteúdo não se dilua nas intervenções, mas sim se fortaleça a partir das descobertas e entendimentos de todos e todas. Esteja atento(a) para relacionar a exigibilidade com elementos dos trabalhos apresentados.

FECHAMENTO

Uma pergunta para fechar o encontro de hoje é “o que eu me sinto capaz de fazer agora, no meu trabalho ou no meu dia a dia, que eu não poderia antes?”.

Antes de liberar a turma, pedir que ninguém saia sem trocar, no mínimo, cinco abraços.

ENCONTRO 06: AS VIOLAÇÕES E A EXIGIBILIDADE DO DHAAS				
HORÁRIO /INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
8h	CHEGADA	Roda de partilha: “Como foi para vocês expandir os estudos e o encontro uns com os outros para além da sala de aula?”	Cadeiras em círculo	

08h30	ESTUDO DE CASO: apresentação	Subgrupos apresentam o resultado de seus trabalhos. Tempo total: 60 minutos, a serem divididos igualmente pelo número de apresentações.	Material de apresentação definidos e organizados pelos subgrupos	
9h30	ESTUDO DE CASO: encerramento	Facilitador(a) comenta e complementa pontos que os subgrupos não abordaram. (20 min)	Cadeiras em círculo	Conteúdo do livro-texto: páginas 69 a 84.
9h50	INTERVALO		Lanche	
10h10	INSTITUIÇÕES E INSTRUMENTOS DE DEFESA E EXIGIBILIDADE DE DHAAS	Dividir o grupo, distribuir os seis papéis (Cidadão/Cidadã; Plataforma DHESCA Brasil (ONU); Entidades da Sociedade Civil; Ministério Público; Defensoria Pública; e Câmara dos Deputados) e explicar o exercício (15min) Preparação dos subgrupos (20min) “Peregrinação” do(a) cidadão(ã) (30min) Facilitador(a) se certifica que papéis estão claros sana possíveis dúvidas (10min)	Impressões das páginas 83 a 89 do livro texto para subsidiar a preparação dos grupos	Conteúdo do livro-texto: páginas 83 a 89.
11h15	A EXIGIBILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN	Facilitador faz exposição do conteúdo. Abre espaço para contribuições e perguntas ao longo da exposição	Cadeiras em U	Página 90 a 93 do livro-texto
11h45	FECHAMENTO	Roda de partilha sobre a pergunta: “o que eu me sinto capaz de fazer agora, no meu trabalho ou no meu dia a dia, que eu não poderia antes?”.	Cadeiras em círculo	

ENCONTRO 07: DESAFIOS, POTENCIALIDADES E CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS

CHEGADA

O convite para essa abertura é perguntar se alguém viveu, no período iniciado com a primeira aula, uma situação que remeta ao que foi aprendido sobre violação e exigibilidade de Direitos Humanos e Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Como foi viver essa situação nesse momento de estudo sobre o tema? A partir da temática trabalhada em aula você conseguiu interferir na situação? Algo foi diferente? O que?

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DOS DIREITOS HUMANOS

Nesse momento da aula, a turma vai ter o desafio de montar um quebra-cabeça de 30 peças. Por que trinta? Porque, com esse número de peças o quebra-cabeça não será tão difícil, mas oferecerá sim um desafio. Você pode produzi-lo sem dificuldade, usando uma imagem, de preferência que esteja relacionada à SAN e DHAAS (um prato de “comida de verdade”, uma horta com variedade) e recortando-a em 30 pedaços. Cuide para que a imagem seja grande o suficiente para que as peças não fiquem muito pequenas.

Das 30 peças, retire sete delas, aleatoriamente, e reserve. Entregue para a turma as 23 peças do quebra-cabeça e peça para que o montem todos(as) juntos(as). De acordo com a sala e os recursos disponíveis, sugira que unam mesas e se coloquem todos ao redor dela ou que montem o jogo no chão, no centro da roda de cadeiras.

Não deve demorar muito para notarem que faltam peças. Observe o que acontece à medida que a turma está tentando completar algo cujos elementos estão faltantes. Medie uma reflexão sobre o desafio de construir algo que ainda se encontra incompleto, fazendo analogia com os desafios de criação, manutenção e expansão dos direitos humanos.

Então peça para que o grupo se subdivida em sete subgrupos. Oriente os subgrupos para ler e dialogar sobre o conteúdo das páginas 95 a 97 do livro-texto, que trata dos desafios e obstáculos para a realização dos direitos humanos no Brasil, de modo que cada subgrupo se debruce sobre um dos sete desafios listados.

Ao final do tempo estabelecido, entregue, a cada subgrupo, uma peça restante do quebra-cabeça e solicite que o grupo exponha o resultado do diálogo e encaixe a peça no quebra-cabeça. Atrás da peça faltante pode ter uma frase ou um trecho do texto que está sendo trabalhado.

Estimule o diálogo sobre os desafios, colaborando com exemplos e perguntas.

PROMOÇÃO DO APODERAMENTO DE GRUPOS VULNERABILIZADOS

Finalize o desenvolvimento desse tema, introduzindo o conceito de apoderamento, conforme o conteúdo das páginas 96 e 97 do livro-texto. Apresente alguns exemplos de conquista de poder por titulares de direitos, em especial dos grupos mais vulnerabilizados. Aponte também exemplos de ações de promoção do apoderamento de grupos vulnerabilizados, ou seja, ações que os e as participantes possam desenvolver em seus territórios.

INTERVALO

CONSTRUÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA A REALIZAÇÃO DO DHAAS

Para esse ponto da construção do conhecimento, minha sugestão é que você desenvolva uma boa aula expositiva sobre o conteúdo que está nas páginas de 97 a 101 do livro-texto. A depender dos recursos disponíveis, você pode usar quadro negro, ou quadro branco, ou apresentação de slides, sendo mais ou menos clássico nessa abordagem.

FECHAMENTO

Termina esse encontro perguntando: “O que aprendi hoje sobre a minha prática? O que eu poderia modificar a partir de amanhã no meu modo de atuar?”.

ENCONTRO 07: DESAFIOS, POTENCIALIDADES E CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS				
HORÁRIO /INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h30	DESAFIOS E POTENCIALIDADES DOS DIREITOS HUMANOS	Explicar a atividade (5min) Grupo monta o quebra-cabeça. (15min) Explorar com o grupo sobre o desafio de construir algo que ainda se encontra incompleto, fazendo analogia com os desafios dos direitos humanos. (10min)	Imagem recortada em 30 pedaços. Cadeiras em círculo Montagem do quebra-cabeça no centro do círculo (no chão ou mesa)	
09h	DESAFIOS E POTENCIALIDADES DOS DIREITOS HUMANOS	Dividir a turma em sete subgrupos. Subgrupos conversam sobre as lacunas para o pleno exercício dos direitos humanos. Cada subgrupo sobre uma das lacunas. (15min) Entregar um peça restante do quebra-cabeça enquanto conversam. Subgrupos apresentam para a turma os resultados do diálogo e um a um, completam o quebra-cabeça. (5min por subgrupo) Facilitador conduz o diálogo em roda estimulando exemplos e participação até que	Alternar cadeiras em círculo e subgrupos Impressão ou projeção dos sete obstáculos para a realização dos direitos humanos no Brasil apresentadas no livro texto	Conteúdo das páginas 93 a 97 do livro-texto.

		o último subgrupo complete o quebra-cabeça.	(páginas 95 a 97)	
10h	PROMOÇÃO DO APODERAMENTO DE GRUPOS VULNERABILIZADOS	Exposição de arremate de conteúdos e do conceito de apoderamento, com exemplos de ações de promoção do apoderamento de grupos vulnerabilizados e de conquistas de poder por esses grupos.		Referente às páginas 96 e 98
10h20	INTERVALO		Lanche	
10h40	CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS	Aula expositiva sobre construção de competências para realização do DHAAS	Cadeiras em U	Conteúdo das páginas 97 a 101 do livro-texto
11h40	FECHAMENTO	Quais foram os principais aprendizados dessa aula? O que aprendi sobre a minha prática? O que posso aplicar a partir de amanhã?	Cadeiras em círculo	

ENCONTRO 08: COLOCANDO O DHAAS EM PRÁTICA e CONCEITOS BÁSICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

CHEGADA

Hoje proponha um início de aula bem descontraído: iniciar brincando, com um jogo cooperativo, chamado 1-2-3.

Peça para formar duplas e dar um abraço nessa pessoa, dizendo “que bom que você veio!”. E parta para o jogo. O desafio inicial é que as duas pessoas contem, alternadamente, de um a três. Esse jeito de contar junto pede uma dança, um ritmo que a dupla encontra para não se embaralhar numa tarefa aparentemente tão trivial. A cada rodada, as pessoas trocam de dupla e novos comandos oferecem uma complexidade crescente. Depois de um tempo na primeira dupla tentando sincronizar a contagem de 1-2-3, peça que todos mudem de dupla. Nessa segunda rodada, peça para que, no lugar de falar “um”, dêem um salto. E a cada nova rodada, mudar de par e dar novos comando, como “ao invés de falar “dois”, faça uma careta”; ou bata palma, dê uma rodada, aponte o próprio nariz, tape os ouvidos... enfim, possibilidades infinitas para gerar desarranjos e novos arranjos.

Ao finalizar o jogo, além de religados uns com os outros, estarão todos e todas despertos para acompanhar, com energia, o encontro que marca a metade da jornada de 15 encontros.

TRABALHO FINAL DO CURSO

Na primeira aula, quando você apresentou para a turma as obrigações do curso e estabeleceu combinados, falou sobre um trabalho final em grupo, não foi? Pois bem, chegou a hora de apresentar que trabalho será esse: criar um plano de exigibilidade a partir do diagnóstico de um caso de violação do direito humano à alimentação adequada.

PONTO DE ATENÇÃO

A ideia é que você busque e/ou construa estudos de caso baseados na realidade da cidade ou estado em que está sendo realizado o curso. Se o estudo de caso for referente a um caso real de violação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável - DHAAS, na localidade, os/as participantes do curso poderão conhecer o local e realizar Planos de Exigibilidade que, de fato, possam ser usados, na prática. Avalie se é possível fazer isso. No conteúdo de apoio reunido no fim da descrição desse encontro, você vai encontrar quatro casos modelos para servir de referência para a construção dos casos que você vai dar aos subgrupos da turma. No caso disso não ser possível de forma alguma, esses casos podem ser usados para que os subgrupos construam o plano.

Compartilhe com a turma que a intenção mais relevante do trabalho final é o direcionamento para a ação cívica de cada um e cada uma da turma. Ao realizar o Plano de Exigibilidade, a expectativa é que agucem ainda mais o sentimento de cidadania que os move a ponto de integrarem um curso de formação de multiplicadores em DHAAS, chegando ao entendimento de que, apesar das lacunas ainda existentes, todos, e cada um e cada uma, são portadores de direitos e podem exercê-los sempre um pouco mais e reivindicá-los com mais assertividade e força se forem capazes de reconhecer os caminhos.

Todo o conteúdo da *Unidade 1: A Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano À Alimentação Adequada* livro-texto e o conteúdo trabalhado até aqui podem subsidiar os subgrupos no desenvolvimento da atividade proposta. O módulo 4 (páginas 105 a 131), no entanto, deve ser o guia para a elaboração do Plano de Exigibilidade. Se for possível garantir que todos e todas tenham esse material em mãos será ótimo!

Nesse momento, dê instruções importantes para a realização do trabalho, já definidos previamente por você, a saber:

- Definição de desafios e/ou questões a serem diagnosticadas
- Definição de critérios do trabalho
- Informar a data da apresentação dos trabalhos. Conforme agenda proposta aqui, as apresentações acontecerão nas penúltima e última aulas respectivamente aulas 14 e 15
- Oferecer horários da sua agenda para reuniões com os subgrupos que desejarem tirar dúvidas ou receber sua mentoria.

DIVISÃO E DIÁLOGO EM SUBGRUPOS

Dê a todos e todas tempo e liberdade para iniciar os alinhamentos necessários para a execução do trabalho final.

A primeira tarefa, logicamente, é conformar os subgrupos, com alguma condução.

Sabendo quantos participantes você tem em sala e quanto tempo a turma terá, nas aulas finais, para realizar as apresentações (dê uma checada no fio lógico das aulas 14 e 15, nas páginas 100 e 102 deste caderno, para fazer as contas), defina um número de integrantes do subgrupo, de modo que sejam conformados com um número similar de integrantes, e não seja nem muito grande (maior que seis pessoas) nem muito pequeno (menos que três). Informe esse número à turma e permita que se agrupem conforme suas afinidades pessoais.

Esteja atento para o caso de “sobrar” alguém, ou para pessoas que não querem “se desgrudar” formando um grupo maior que o estabelecido por você. A primeira sugestão é expor a situação indesejada e pedir para que o grupo busque, cooperativamente, uma saída que seja agradável para todos e todas. Se ainda assim a turma não conseguir sair do impasse, medie uma resolução usando seu bom senso e tato.

A partir daí, permita aos subgrupos autonomia para estruturarem a organização interna para a realização da tarefa. Nesse tempo, devem iniciar o desenho de um Plano de Trabalho, que deverá ser entregue na próxima aula.

Entre outros, os subgrupos devem definir:

- a) nome da equipe
- b) prazo para leitura do conteúdo de apoio (livro-texto, páginas 106 a 130)
- c) atividades para os membros da equipe
- d) datas e locais de encontros para produção e finalização do trabalho
- e) cronograma de trabalho

Ajude as equipes a entenderem que, quanto mais objetivo o Plano de Trabalho, mais factível. E que melhor elaborar algo mais enxuto e que vai ficando mais robusto ao longo do seu desenvolvimento, do que algo muito abrangente que se perde em sua própria complexidade. A máxima: “menos é mais”, aliada à regra “pode tudo, só não pode qualquer coisa”, podem ser bons guias!

Fortaleça o entendimento de que o Plano de Trabalho é um instrumento que visa estimular a auto-organização e reforçar a responsabilidade de uns com os outros, dentro da equipe de trabalho, em relação à tarefa.

De sua parte, tenha flexibilidade para rearranjos nos Planos de Trabalho apresentados. Nem sempre os combinados conseguirão ser efetivados sem percalços, por mais efetivas e compromissadas que as pessoas sejam.

INTERVALO

POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA - JOGO

Construa um campo para realizar com a turma um jogo de "verdadeiro ou falso" sobre política e política pública. Dividindo o espaço da sala com, por exemplo, uma corda estendida ou um fita adesiva pregada no chão, demarque um lado do campo como verdadeiro e outro como falso.

Com a turma em pé, **explique o exercício:**

- 1) *Eu estou aqui com uma lista de afirmações sobre política e sobre política pública e gostaria de ver o que vocês opinam sobre elas.*
- 2) *Eu dividi a sala em dois campos, percebem? Vou ler duas vezes cada uma das afirmações que tenho aqui. Ao final da segunda leitura, quero que vocês se posicionem de um dos lados do campo.*
- 3) *Aqueles que entenderem que a afirmação lida é verdadeira vão se dirigir para este lado do campo (aponte o campo, diga se é esquerdo ou direito, ou dê alguma outra característica espacial que evidencie o campo em questão, por exemplo, “este campo aqui do lado da janela”). Já quem entender que a afirmação é falsa, se posiciona no campo oposto (ofereça características também, para facilitar a memorização) Entendido?*
- 4) *Recapitulando: lado (diga característica), se achar que a afirmação é verdadeira; e lado (diga característica) se achar que é falsa.*

Inicie a leitura das frases. Quando a turma se posicionar, peça para um dos lados declarar porque acha que a afirmação é verdadeira (ou falsa). A partir da explicação, pergunte se alguém quer mudar de lado. Por fim, confirme se a declaração é verdadeira ou não, e melhore o entendimento da questão, quando for o caso. As frases para conduzir esse exercício estão lá no conteúdo de apoio.

POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA- DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Finalizado o exercício anterior, peça para que todos voltem a se sentar em círculo e inicie uma roda de conversa que leve o grupo a refletir sobre os conceitos de política e de política pública e redigir seus conceitos.

Peça que alguém seja o relator do conceito de política e outra pessoa, em seguida, para redigir o conceito de política pública. Essas duas pessoas devem ficar de pé e ir colhendo o que for conversado, redigindo um parágrafo a partir das intervenções e colaborações dos colegas.

Medie a conversa para que essa construção seja efetiva e objetiva, dando soluções ou fazendo perguntas orientadoras quando necessário.

Com a redação dos conceitos, estimule uma reflexão que leve o grupo a descolar-se de imagens de entes passivos ou vítimas, a partir da seguinte pergunta: “De que maneira atuamos como co-construtores dessas afirmações, conceitos e realidades?”

POLÍTICA PÚBLICA- FASES OU CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresente para o grupo as fases das políticas públicas, também chamado de Ciclo das Políticas Públicas, conforme conteúdo das páginas 139 a 142 do livro-texto. O convite é para que você apresente, de maneira breve, as fases do ciclo. Essa explanação deve acontecer de maneira também visual. Ou seja, à medida que você apresenta as fases, deixe-as expostas, escrevendo-as no quadro ou cartolina ou outro suporte que lhe parecer apropriado.

Então peça para a turma formar subgrupos pequenos e entregue a cada um deles três tiras de papel similares a régua, marcadas com uma graduação de zero a dez e giz de cera.

Explique o exercício:

- 1) *Gostaria que vocês dialogassem sobre o seguinte: é possível participar e influenciar cada uma destas fases? Sim? Não? Um pouco? Às vezes?*
- 2) *Nessas régua de papel vocês vão explicitar, pintando com cores, o que entendem como o grau de participação e influência em cada uma dessas fases. Por exemplo: vocês, aqui, se chegarem à conclusão que dá para influenciar muito na fase de implementação, podem colorir a régua até o número 8 ou mais.*
- 3) *A escala que proponho é a seguinte:*
 - *para pouca participação e influência, pintar a régua de amarelo até o número quatro, no máximo.*
 - *para participação e influência mediana, pintar de laranja entre a graduação quatro e sete.*
 - *para alta participação e influência, pintar de vermelho a partir do número sete.**Perguntas?*

Após o tempo estabelecido, recolha as régua pintadas. Fixe-as, de modo que fiquem visíveis, ao lado das respectivas fases do Ciclo. Então abra uma roda de conversa sobre a participação e influência percebidas.

Medie a conversa focando, especialmente, dois aspectos: as principais congruências e as principais diferenças de percepção. E, além da análise do exposto pelas régua graduadas, levar o grupo a refletir os “porquês” e “comos”: por que a influência é alta? Por que é baixa? O que pode mudar? Como?

FECHAMENTO

Pedir para que cada participante complete a frase com um palavra: “Quando reflito sobre Políticas Públicas, eu me sinto”.

Lembre a todos e todas da entrega do Plano de Trabalho na aula seguinte.

CONTEÚDO DE APOIO

ESTUDO DE CASO– PLANO DE EXIGIBILIDADE

Estudo de Caso 1

Uma comunidade do Distrito Federal foi incluída no “Programa Água para Todos” do Ministério da Integração Nacional, que faz parte do Plano Brasil sem Miséria, contando com o apoio de Ministérios como o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Meio Ambiente (MMA). O programa tem como objetivo levar água para 750 mil famílias principalmente àquelas pertencentes ao Semiárido. Por a comunidade encontrar-se em estado de miséria generalizada, sem acesso à água potável e sem estrutura para armazenamento adequado da água, além de localizar-se no cerrado, foi beneficiada pelo Programa de forma a promover melhoria nas condições de vida das famílias locais.

A comunidade localiza-se em uma região bastante agricultável e que possui muitos focos de pequenas produções familiares agroecológicas. A instalação de cisternas na região foi determinante para o sucesso produtivo na região, que garantiu o acesso aos alimentos para as famílias e acesso à água potável, direitos estes previstos pela Constituição Federal além dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

As cisternas são abastecidas com um sistema que capta a água da chuva, no telhado das residências por meio de calhas fechadas, para proteger contra a evaporação da água ou ainda contaminação por dejetos dos animais.

Muito próxima à comunidade descrita, um grande produtor rural adquiriu terras para dar início às monoculturas de soja e milho. Suas sementes são geneticamente modificadas, a fim de melhorar o impacto do agrotóxico utilizado. O que ninguém tem conhecimento é que esses agrotóxicos são extremamente danosos à saúde e possui um elevado potencial de contaminação.

Um grupo de pesquisadores acadêmicos, tendo conhecimento da utilização dessas sementes transgênicas na grande produção, decidiu coletar amostras e realizar análises laboratoriais da água da região, principalmente daquela encontrada nas cisternas. Analisaram também a urina dos moradores da comunidade, o leite materno das lactantes e os alimentos produzidos pela pequena produção familiar.

A pesquisa revelou resultados significantes de contaminação por glifosato, já que na urina das amostras de todos os indivíduos demonstrava-se contaminação de 5 a 20 vezes maior que o limite para água potável. O estudo revelou ainda que 44% das amostras do leite materno indicavam contaminação por beta-endossulfam, que é um isômero do agrotóxico endossulfam, além de tantos outros resíduos químicos. Dos resíduos encontrados, a maioria é organoclorado, proibido desde 1998, no Brasil, substância de alta toxicidade, capacidade de dispersão e resistência, tanto no ambiente quanto no corpo humano. Quanto aos alimentos produzidos pela agricultura familiar, 100% encontravam-se contaminados com resíduos de agroquímicos, que não eram utilizados pelos produtores da comunidade local.

Os agroquímicos podem ser a causa de inúmeros problemas de saúde como o câncer, a má formação e efeitos teratogênicos. Os resultados encontrados foram, então encaminhados ao governo municipal (Secretaria de Saúde) para que tomassem as devidas providências. Entretanto, como no governo as ações se dão de forma morosa, a mídia foi acionada de modo a divulgar a notícia e pressionar atitudes mais ágeis. Sabe-se, porém, que quanto àqueles resíduos químicos lançados ao ambiente, já não há mais nada que se possa fazer.

*(Texto fictício baseado nos estudos “Glifosato detectado em urina de personas em Alemanha, RedUniversitaria de Ambiente Y Salud, disponível em <http://www.reduas.fcm.unc.edu.ar/wp-content/uploads/downloads/2013/03/Glifosato-en-orina.pdf> e o artigo “PALMA, D. C. A. **Agrotóxico em Leite Humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá. 2011”).*

Estudo de Caso 2

Lucas é uma criança de 6 anos de idade residente na Asa Norte, Brasília – Distrito Federal. Lucas estuda em uma escola particular localizada próxima à sua casa. Assim como a maioria de seus colegas de turma, encontra-se em sobrepeso quase alcançando os parâmetros de obesidade. A escola do pequenino é foco de um Projeto incentivado pelo Governo do Distrito Federal, o qual vem proibindo a existência de cantinas nas escolas para controle da venda de produtos industrializados e alimentos não saudáveis concorrentes àqueles saudáveis ofertados pela própria cantina escolar, que são equilibrados e adequados ao crescimento e desenvolvimento infantil; e, justamente, em ambiente propício para a promoção de ações de alimentação adequada e saudável, já que se trata de estabelecimento educativo.

A escola constitui-se como um importante espaço de socialização, trocas e interação entre o indivíduo e a sociedade, além de ser o local onde as crianças passam a maior parte do seu tempo. Portanto, a promoção e a proteção da saúde devem estar presentes no currículo escolar, nas discussões de sala de aula, nas atividades escolares e nas ações desenvolvidas pelos próprios profissionais do ambiente educativo.

Além do Projeto do GDF para cantinas, a escola de Lucas começou a desenvolver um Projeto Educativo de Alimentação e Nutrição (EAN), que objetivava proporcionar o contato das crianças com os alimentos, a fim de se formar uma noção crítica sobre alimentação saudável e não saudável. Esse Projeto de EAN propunha o cultivo de hortas e a execução de atividades lúdicas. No entanto, após 4 meses, a escola suspendeu as ações alegando falta de recursos financeiros e humanos para sustentá-lo. A horta iniciada tornou-se inutilizada e descuidada, constituindo-se enorme perda, já que era um importante espaço, inclusive, de educação ambiental crítica.

Lucas e seus colegas de turma continuam desinformados quanto à alimentação adequada e saudável e seguem desconhecendo as formas, cores e sabores dos hortifrutis, por continuarem tendo maior contato com produtos alimentícios industrializados e processados, principalmente em casa, local em que as crianças passam a maior parte do tempo em frente à televisão, sendo bombardeados com o marketing da indústria alimentícia.

A descontinuidade do projeto pode ser avaliada como uma enorme perda, já que faziam parte do programa de Educação Alimentar e Nutricional escolar: as oficinas de interação entre as crianças e a produção da horta; atividades lúdicas de orientação a uma escolha alimentar saudável, com teatrinhos, músicas e brincadeiras acerca da temática.

Em casa, os pais de Lucas têm tomado algumas medidas pontuais para controlar seu estado de saúde, como a restrição ao consumo dos biscoitos recheados e a inserção de frutas na alimentação. Entretanto, Lucas leva sua lancheira com maçã, banana e pêra, que voltam intactas para casa. Como a cantina da escola continua a comercializar certos produtos alimentícios, seus colegas, como em atitude de solidariedade, dividem a pizza, o refrigerante e os salgadinhos fritos. Duas vezes por semana, os pais de Lucas levam para jantar, após a escola, em um restaurante de *fast-food* situado ali do lado, com uma “promoção” bem farta acompanhada de uma surpresinha.

O fato mais relevante dessa história é que Lucas continua ganhando peso e está desenvolvendo diabetes mellitus tipo 2 aos 6 anos, doença antes mais comumente associada aos idosos. Além disso, está ficando deprimido por ter dificuldades de aceitar a forma que o seu corpo tem, condição não muito diferente dos 33% de crianças que, atualmente, pesam mais do que deviam.

(Texto elaborado à luz do Documentário “Muito Além do Peso” de Estela Renner).

Estudo de Caso 3

Francisco é um morador de Rua do Distrito Federal, vindo de Manaus, que completou seus 45 anos de idade já morando na capital federal. Ele trabalha e conquista o seu dinheiro para o sustento. Ao contrário do que pensa o senso comum, a maioria dos moradores de rua (71, 5%) são trabalhadores informais, Francisco faz parte dessa parcela, e apenas 10% vivem de mendicância.

Morando em Manaus, Francisco vivia em situação de extrema pobreza, veio para a capital por acreditar que a chegada lhe traria melhores condições de vida. Entretanto, muitas dificuldades ele tem sofrido, tais como violência, sua condição de saúde, que é precária, e a fome, ou a má qualidade daqueles alimentos que consegue ter acesso, o que contribui para agravar ainda mais seu estado de saúde. Sofre de maus tratos dos transeuntes na rua, que parecem demonstrar medo e repulsa. Além disso, é alvo de discriminação ao entrar em locais como na rede de saúde, em órgãos públicos e também quando tenta utilizar os meios de transporte coletivos.

Atualmente, sobrevive da venda de brincos, colares e pulseiras artesanais, trabalhando também com artes cênicas (realidade de 2,2% dos moradores de Rua do Distrito Federal) que lhe rende uma média de 300,00 reais durante o mês. O manauense passa a maior parte de seu tempo vendendo e confeccionando seus produtos na Rodoviária do Plano Piloto. Dorme todos os dias no Setor Bancário Sul, por alegar ser um local menos perigoso e onde possui alguns outros conhecidos moradores de rua, também. Francisco diz que é sua opção dormir na rua, já que prefere poupar seu dinheiro para a compra de alimentos e bebida, ao invés de gastá-lo com aluguel. Francisco, há quatro meses que estava em Brasília, passou pela experiência de dormir em albergues, mas não seguiu devido ao caráter provisório dos albergues e instituições-lares e da violência vivenciada nesses locais.

Francisco nunca participou de nenhum movimento social de apoio aos moradores de rua, como o Movimento de População de Rua do DF, que inclusive tem acento no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, por desconhecer sua existência. Nunca exerceu o direito ao voto em sua cidade natal e seus colegas originários de Brasília também nunca votaram.

Não possui qualquer documento de identificação, assim como não é beneficiário de programas do governo, como Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada. Quanto aos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, como os Restaurantes Comunitários, opta por não utilizá-los, já que possui uma enorme dificuldade para ter acesso devido à localização distante da Rodoviária, além da experiência ruim que teve quando uma vez ao se deslocar para o Restaurante Comunitário (RC) da Estrutural sofreu grande discriminação. Os usuários reclamavam do seu mau-cheiro e da sua aparência, solicitando aos funcionários do RC que o expulsassem de lá.

Dentre todas as dificuldades que passa, sugere que o “cachorro que come por dentro”, expressão que utiliza para falar da fome, é o fato mais difícil de contornar. Em períodos que não tem sequer um centavo, chega a pedir dinheiro para os transeuntes da rodoviária. Quando consegue é sucesso; quando não, não lhe resta muito a não ser dar um: “vasculhada” no lixo.

Estudo de Caso 4

O Distrito Federal é caracterizado por não ser uma região industrial, mas que tem apresentado uma produção cada vez mais crescente de lixo (2 toneladas por dia), em consequência do aumento considerável da população. A questão do lixo não é exclusiva do Distrito Federal, é uma realidade presente no mundo todo, devido à lógica baseada em uma produção abundante de resíduos, sem o convite à reflexão ou à solução para o destino dos dejetos produzidos. No DF esse lixo tem sido armazenado, ou seria melhor dizer jogado, em sua maioria (77%) no Aterro localizado ao lado de uma área de conservação ambiental.

O grande volume de lixo no aterro tem sido responsável por uma enorme produção de chorume, líquido de mau cheiro produzido pela concentração de lixo, conferindo à região um odor desagradável, contribuindo ainda de forma determinante para as contaminações da terra e da água de nascentes, tornando o local impróprio para a manutenção da saúde tanto dos seres humanos, como de plantas e de animais, além de contribuir para um aumento de animais causadores de doenças, como insetos e ratos.

Os catadores de lixo reciclável são trabalhadores atuantes nesse local, que adquirem renda para o próprio sustento por meio da atividade informal de coletar e selecionar o lixo “Esse trabalho tem sido um importante fator para a redução dos dejetos espalhados na região localizada ao redor do aterro”, reconhece a comunidade.

A jornada de trabalho desses trabalhadores informais muitas vezes ultrapassa doze horas ininterruptas, expostos a condições precárias de trabalho, com seus carrinhos puxados à mão. Carregam no dia a dia, mais de duzentos quilos de lixo e percorrem mais de 20 km por dia sendo, no final, explorados pelos depósitos de lixo (sucateiros), que trocam os materiais coletados por bebida alcoólica, pagando em dinheiro um valor simbólico.

Assim, a renda insuficiente dos catadores, as condições precárias de trabalho e o contexto de vida, seguido pela falta de acesso regular a alimentos dignos e de qualidade, e condição de saúde comprometida devido às exposições de contaminantes e falta de acesso ao serviço de saúde de qualidade, tornam comprometidas todas as necessidades e direitos essenciais.

Dentro deste contexto, a maioria das famílias de catadores recebem uma renda mensal inferior a 70,00 per capita (300,00 para 5 indivíduos) e por terem os filhos nas escolas, são beneficiárias do Programa Bolsa Família, que possui os três eixos: a transferência de renda; as condicionalidades; e ações e programas complementares para inclusão das famílias na superação das dificuldades.

Entretanto, a transferência direta de renda não tem sido suficiente para suprir a necessidade imediata de alimentos para as famílias dos catadores de materiais recicláveis. Dessa maneira, as famílias utilizam como estratégia a busca de restos de alimentos no lixo, o que contribui para que sofram de doenças infecciosas, caracterizadas pelas frequentes diarreias e vômitos, devido à contaminação pelo alimento estragado.

A comunidade localizada no arredor do lixão e os catadores de lixo recicláveis da região constituem uma população que sofre as consequências diretas do impacto de contaminação causada pelo lixo. O gestor da administração local tem conhecimento do problema e informa à comunidade, que não há outro local para o armazenamento do lixo produzido no DF e que sem dúvidas os catadores têm sido importantes agentes para redução do volume de lixo, já que são direcionados para um processo de reciclagem.

A comunidade próxima à região realiza doações de alimentos como arroz, macarrão, feijão, leite em pó, farinhas e óleo às famílias catadoras. Entretanto, para o preparo das refeições, muitas vezes, é utilizada água contaminada (com o próprio chorume), o que intensifica a ocorrência das infecções.

O que os catadores de lixo desconhecem é a possibilidade de serem representados pelas associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Essa articulação facilitaria o recebimento de alimentos oriundos dos programas de provimento alimentar locais.

Sensibilizados pela realidade da comunidade próxima ao lixão e dos próprios catadores, uma Organização Não-Governamental tem se mobilizado a fim de reestruturar o aterro para eliminar essa forma de despejo dos dejetos, reduzindo os riscos e impactos ambientais e de saúde devido à contaminação. No entanto, essa estratégia não tem sido planejada em conjunto com os catadores de lixo ou com associações que os representem, tornando as ações desvinculadas da realidade de trabalho e renda dessa comunidade convencida de que, mesmo com todos os riscos e condições insalubres, o lixão é seu meio de sobrevivência.

*(Texto fictício construído com base nas problemáticas dos estudos **A questão do lixo no Distrito Federal: impactos e perspectivas** de LIRA, L. de O., 2001 e **Vida e Lixo: a Situação de fragilidade dos Catadores de Material Reciclável em Marília e os limites da reciclagem** de Julia Maria Gomes e Carvalho, 2008).*

CONTEÚDO DE APOIO

AFIRMAÇÕES VERDADEIRAS E FALSAS SOBRE POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA

-POLÍTICA-

(F) A política é uma atividade restrita aos representantes dos partidos políticos eleitos por meio do voto popular.

R: É a atividade de todos os cidadãos que se ocupam dos assuntos públicos com seu voto ou com sua militância.

(V) Nos regimes democráticos, a política é a atividade de todos os cidadãos que podem se ocupar dos assuntos públicos, com seu voto, participar de partidos políticos ou ter militância social.

(sobre essas duas afirmações, veja a página 135 do livro-texto)

-POLÍTICA PÚBLICA-

(V) Política pública é o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento à população ou a determinados setores da sociedade civil.

(sobre essa afirmação, veja mais na página 136 do livro-texto)

(F) De maneira bem simplificada, podemos dizer que são duas as fases do ciclo das políticas públicas: Implementação e avaliação.

R:São três as fases do ciclo das políticas públicas: formulação, implementação e avaliação.

(F)O primeiro momento do ciclo da política pública é a implementação, que é fase que se dá a elaboração dos planos referentes às políticas públicas.

R:O Primeiro momento do ciclo é a formação da Agenda, que faz parte da fase da formulação da política. Na formação da agenda é onde acontece a inclusão de determinado tema ou demanda entre as prioridades da agenda de governo.

(sobre as duas afirmações anteriores, veja mais na página 137 do livro-texto)

(F) A elaboração da política pública é uma etapa em que não é permitida a participação social.

R:Nesta fase a participação social é essencial, para que o desenho da política se aproxime o máximo possível da realidade dos seus titulares de direitos e consiga chegar, de fato, a todos (universalidade).

(V) A implementação compreende as decisões e ações para fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente. É nesta fase que o planejamento se transforma em realidade e chega até os titulares de direitos da política.

(sobre as duas afirmações anteriores, veja mais na página 138 do livro-texto)

(F) A Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional é um exemplo de política que não passou por todas as fases do ciclo das políticas públicas.

R:A Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional foi forjada a partir de uma agenda social, mobilizou a sociedade civil e sensibilizou o governo, que, por sua vez, encontrou as condições para a decisão política de incorporar a proposta na agenda do seu Plano de Governo.Tudo isso resultou na formulação de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional(LOSAN), que determina a criação de um sistema (SISAN), uma política nacional (PNSAN) e o Plano de SAN (PLANSAN).

(sobre essa última afirmação, veja mais na página 139 do livro-texto)

ENCONTRO 08: COLOCANDO O DHAAS EM PRÁTICA e CONCEITOS BÁSICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS				
HORÁRIO /INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
8h	CHEGADA	Jogo 1-2-3	De pé, em duplas	Instruções do jogo na descrição da aula
08h30	APRESENTARTRABALHO FINAL DO CURSO	Apresentar o trabalho final do curso	Cadeiras em U	Trabalho final tem como referência os conteúdos das páginas 106 a 131 do livro-texto
09h	DIVISÃO E DIÁLOGO EM SUBGRUPOS	Grupos se dividem com quantidade similar de participantes e iniciam a construção do Plano de Trabalho.	PDF do Livro-texto ou Módulo 4 impressos (um para cada participante)	Planos de Trabalho serão entregues na aula seguinte. Após o intervalo, inicia-se uma nova fase do curso: estudo do SISAN
10h	INTERVALO		Lanche	
10h20	POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA – JOGO	Facilitador(a) explica e conduz o jogo de Verdadeiro ou Falso (15min)	Corda ou fita adesiva para marcação dos campos Verdadeiro e Falso Perguntas	Conteúdo das páginas 135 e 136 do livro-texto

			Verdadeiro ou Falso	
10h35	POLÍTICA e POLÍTICA PÚBLICA - DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	Roda de conversa para construção de conceitos sobre política e política pública Duas pessoas da turma redigem os conceitos. Diálogo a partir da pergunta: “De que maneira atuamos como coconstrutores dessas afirmações, conceitos e realidades?”	Cadeiras em U Folhas de flipchat ou cartolinas e canetões	Conteúdos das páginas 135 e 136 do livro-texto
11h	CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Expor o Ciclo das Políticas Políticas e anotar as fases em superfície visível (15min) Dividir em subgrupos e entregar as régua e giz de cera. Subgrupos conversam sobre a pergunta e pintam as régua (15min) Fixar as régua ao lado das respectivas fases do ciclo e conversar sobre participação e influência nas PPs (20min)	Cadeiras em U Quadro-negro e giz OU cartolina e canetões Régua de papel (três por subgrupo) e giz de cera ou lápis de cor nas cores amarelo, laranja e vermelho	
11h50	FECHAMENTO	Roda de partilha: completar a frase: “Quando reflito sobre Políticas Públicas, eu me sinto” com uma palavra.	Círculo de pé	Lembrar ao grupo a entrega dos Planos de Trabalho na aula seguinte.

ENCONTRO 09: SISTEMAS PÚBLICOS E SISAN

CHEGADA

Receba os Planos de Trabalho e abra uma roda de conversa para entender e apoiar as equipes.

Conseguiram se planejar?

Como estão se sentindo, individualmente e como equipe, para realizar a tarefa?

Querem compartilhar algo legal que tenha acontecido e que pode servir de inspiração para os demais?

Querem compartilhar algum desafio encontrado e pedir ajuda do grupo?

NOÇÃO DE SISTEMA

Para introduzir o conceito de sistema, conduza um jogo com o grupo. Convide a turma para ficar de pé e fazer um círculo. Distribua (verbalmente entre os participantes os números 2, 3 e 5, de maneira alternada, na roda. **Explique o exercício:**

- 1) *Eu dei números diferentes para cada um e cada uma de vocês, correto? Vamos ver: quem é número 2, por gentileza, levante a mão. Quem é número 3? E número 5? Perfeito. Segurem essa informação aí um pouco, sem esquecer.*
- 2) *Vamos a um primeiro desafio: quero que vocês contem juntos, em voz alta, a sequência numérica de 1 a 30. Entendido? Vamos experimentar isso, num ritmo não muito rápido, todos contando juntos. Quero ouvir todas as vozes aqui presentes. Então... JÁ!*
- 3) *Ótimo. Vamos aumentar o desafio. Vocês vão, do mesmo jeito que antes, contar em voz alta, todos juntos e ritmados, de 1 a 30. E quem é número 2, vai bater palma todas as vezes que, na contagem, um múltiplo de dois aparecer. Quem recebeu o número 3, a mesma coisa com múltiplos de três. E idem com quem está com o número 5.*
- 4) *Dúvidas até aqui? Todo mundo lembra o que é um múltiplo de um número? (Se achar que é necessário, dê exemplos aqui.) Então vamos lá: 3, 2, 1... JÁ!*
- 5) *Legal! Pra quem bate palma nos múltiplos de 2 e 5 tá mais fácil, verdade? Já o pessoal do número três tem muito trabalho... Alguém tem alguma “dica de ouro” para compartilhar para que o jogo fique mais divertido e efetivo para todos?*
- 6) *Vamos experimentar de novo? Lembrando que não estamos fazendo nem um teste de matemática, nem de dança, nem é teste psicotécnico para arrumar emprego... e que errar é só um detalhe. Certo? Então... JÁ!*

Se tudo sair de acordo, a tendência é uma energia bastante expansiva ao final de cada sequência de contagem. E possivelmente vai ter um pouco de confusão, com diversão e risadas para uns, algo de tensão e desconforto para outros. Observe e sustente esse momento na medida certa: nem reprimir a expressão de natural “com-fusão” do grupo, nem deixar que essa animação “tome conta” e tire do grupo a atenção no “aqui e agora”.

Convide a todos e todas para se sentarem e pergunte o que foi percebido ao longo do jogo. Ao escutar atentamente o que surge, componha, com a ajuda dessas descobertas da turma, uma analogia entre a estrutura do jogo e a noção de sistema.

Como inspiração, você pode:

- 1) Oferecer uma definição básica e inicial de sistema, a saber “*um sistema é um conjunto de elementos, abstratos ou concretos, organizados de maneira interdependente para formar um todo organizado*”;
- 2) Estimular o grupo a listar sistemas que existam (*Sistema Solar, Sistema Respiratório, Sistema Bancário, Sistema Operacional...*);
- 3) Nomear o jogo, para fins didáticos, como “*Sistema 1 a 30*” e perguntar quais os elementos deste sistema.

E, havendo tempo, antes de passar para a próxima etapa, sugerir que o grupo faça o jogo uma última vez, mas com o desafio de fazer o “*Sistema 1 a 30*” operar de maneira ainda mais estruturada. E deixe que o grupo crie uma solução para o que entenderem como “mais estruturada”, o que pode ser as pessoas representantes dos números 2, 3 e 5 ficarem lado a lado, outra forma de marcar os múltiplos (além de palmas), círculos concêntricos, alguma movimentação etc. Esteja preparado(a) para surpreender-se!

Sendo possível ou não esse fechamento com essa rodada final do jogo, é importante que você conduza um arremate da experiência, com perguntas reflexivas que levem o grupo a perceber que, com a ação comprometida de cada um dos participantes do jogo com suas respectivas responsabilidades e com o sistema inteiro (a parte e o todo) a sequência de 1 a 30 foi possível de ser feita. Ou seja, para o funcionamento do sistema, é necessário que todos trabalhem interconectados, cada um desempenhando seu papel, mas com foco no objetivo comum.

CRIAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAN

Faça uma exposição dialogada sobre:

- o que gerou a necessidade de criarem-se sistemas públicos
- o que sistemas públicos articulam
- o que é o Sistema Único de Saúde-SUS e o Sistema Único de Assistência Social-SUAS
- o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, suas particularidades e similaridades com o SUS e o SUAS
- Criação e principais pontos da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional-LOSAN, que assegura a existência do SISAN (conteúdos das páginas 145 a 149, com ênfase no quadro da página 147, do livro-texto)

INTERVALO

O QUE É O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

Para iniciar, leia para a turma (e releia uma vez, se achar importante) o objetivo do SISAN e exponha de forma visual o texto descrito na página 151 do livro-texto. Depois apresente à turma os conceitos de *princípio* (página 151) e de *diretriz* (página 153).

Então, peça para a turma se reunir em subgrupos de quatro pessoas e **explique o exercício**:

- 1) *Aí no seus quartetos, eu gostaria que vocês se aventurassem na seguinte construção: “Se nós fossemos construir os princípios e as diretrizes do SISAN, quais seriam eles?”.*
- 2) *Aí tá bom, pessoal. Juntem-se rapidinho, em dois subgrupos, ou seja, em um grupo de oito pessoas, e compartilhem a produção dos subgrupos anteriores. A partir da união e da síntese das conversas na rodada anterior, redijam até quatro princípios e até nove diretrizes para o SISAN. Aqui vocês têm folhas de papel e canetas.*

Terminado o tempo, parabeneze os grupos e apresente os “reais” princípios e diretrizes do SISAN.

Promova uma breve interação perguntando como se saíram.

O SISAN NO DIA A DIA

Peça para que a turma ajude a movimentar as cadeiras numa formação de dois círculos, um interno, com quatro cadeiras, e um externo. Peça que três pessoas sentem-se nas cadeiras do meio, deixando uma vazia, e o restante do grupo no círculo externo. Se sobrar alguma cadeira na rodada maior, retire-a e peça que harmonizem as distâncias entre as cadeiras, arredondando o círculo.

Explique o exercício:

- 1) *Vamos fazer agora uma metodologia de diálogo participativo chamado Aquário. Observem como organizamos as cadeiras na sala. Uma grande roda contendo uma roda no centro. A imagem é que somos um grande aquário, com peixes dentro – isso, vocês três, a princípio! - onde a água é o próprio diálogo e a comida dos peixes as perguntas que vão movimentar a conversa.*
- 2) *Vocês três que estão dentro do círculo vão iniciar um diálogo. Quem está sentado no centro da roda são as únicas pessoas que falam. Enquanto nós, que estamos na roda externa, colaboramos com a conversa oferecendo, todo o tempo, nossa escuta ativa e nossa empatia.*
- 3) *E de vez em quando, vamos poder colaborar com a conversa de outra maneira, e é por isso que no centro da roda há uma cadeira vazia.*
- 4) *Se alguém que está aqui sente vontade de participar do diálogo, se levanta, senta na cadeira vazia e se integra a conversa.*
- 5) *Por sua vez, alguma das três pessoas que já estavam no círculo, levanta-se e se move para o círculo externo. Alguma pergunta?*
- 6) *Podemos começar? Acabamos de entrar em contato com o objetivo, os princípios e as diretrizes do SISAN. A proposta é que conversemos sobre como as ações de SAN estão acontecendo no cotidiano da nossa cidade/região. Como as diretrizes estão acontecendo agora?*

FECHAMENTO

Conduza uma roda de fechamento pedindo para que completem a seguinte frase: “Entendo que o meu papel no sistema de SAN é”.

CONTEÚDO DE APOIO

A Importância do SISAN para a garantia do DHAAS através das políticas de SAN

No Brasil, para a realização de políticas públicas que garantam os direitos previstos na nossa Constituição/88, costumamos trabalhar organizações em forma de sistemas, como o Sistema Único de Saúde – SUS, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o Sistema Educacional, o Sistema Nacional de Cultura, o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, entre outros.

Mas, o que significa sistema, ou organização sistêmica?

Um sistema é um conjunto de elementos **interdependentes** de modo a formar um todo organizado. O sistema digestivo, sistema nervoso, o sistema solar, o sistema capitalista etc, são exemplos bem conhecidos de sistemas.

O sistema pode ser um conjunto de órgãos funcionais, componentes, entidades, partes ou elementos e as relações entre eles. A integração entre esses componentes pode se dar por fluxo de informações, fluxo de matéria, fluxo de sangue, fluxo de energia, ou seja, ocorre comunicação entre os órgãos componentes de um sistema para atingir um objetivo geral. Cada componente influencia, direta ou indiretamente, o outro componente e conseqüentemente o sistema como um todo. A boa integração dos elementos faz com que seja possível cumprir sua finalidade e atingir seu objetivo geral com eficiência.

Importante também é que um sistema não está isolado do outro e pode ser inclusive componente de outro sistema, assim, a interrelação com o externo, também influencia no alcance do objetivo.

Falando de sistema público, pressupõe-se que é o agrupamento de órgãos e instâncias como partes integrantes de um todo, articulados entre si e coordenados, em busca de um objetivo comum – a construção de políticas públicas.

No caso do SISAN, já vimos que, para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, o Estado precisa de políticas e programas integrados e harmônicos entre si, que abarquem intervenções desde a produção sustentável de alimentos, até a disponibilidade física, econômica e regular de alimentos adequados e saudáveis que respeitem a cultura alimentar da população local.

Para contemplar todos esses atributos são necessárias políticas articuladas entre diversos setores da sociedade (políticas intersetoriais) que ofereçam condições concretas de acesso a uma alimentação saudável e adequada para os diferentes grupos sociais da população.

Assim, para realizar o DHAAS dentro dessa complexidade toda, existe o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

Dois imprescindíveis princípios do SISAN são a intersectorialidade e a participação social, para a construção conjunta das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN visando a garantia do DHAAS.

Estes pressupostos se concretizam por meio de três instâncias, das três unidades federadas e entre instituições privadas, articuladas por meio dos fluxos do sistema:

- As Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, onde se realiza a participação social;
- Os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), onde se executa o controle social;
- As Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), onde se articulam os diversos setores responsáveis por ações de SAN;
- Os órgãos e entidades de SAN da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que executam as ações e os programas.

As instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN podem atuar no SISAN. As organizações da sociedade civil, por exemplo, atuam na mobilização e articulação para participação social na política de SAN. Em alguns casos podem atuar até mesmo no apoio à execução de políticas. A participação de organizações com fins lucrativos no Sisán ainda precisa ser melhor definida.

Entre os programas e ações de SAN, que integram a Política Nacional de SAN, estão o Programa Bolsa Família - PBF, os Restaurantes Comunitários, as Cozinhas Comunitárias, os Bancos de Alimentos, o Programa de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF.

O SISAN, portanto, foi desenhado dessa forma porque é necessário o esforço conjunto de vários setores públicos, bem como da sociedade civil, articulados em fluxos e processos, em que cada um executa seu papel e função de maneira integrada, ancorados na Lei Orgânica de SAN – LOSAN e nas Diretrizes do Plano de SAN para concretizar ações e realizar o objetivo comum de garantia do DHAAS para toda a população.

ENCONTRO 09: SISTEMAS PÚBLICOS E SISAN				
HORÁRIO/INÍCIO	MOMENTO/CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
8h	CHEGADA	Solicitar entrega do plano dos subgrupos para realização do trabalho final e conversar com o grupo	Cadeiras em círculo	

		sobre como estão em relação à organização do trabalho		
8h45	NOÇÃO DE SISTEMA	Jogo "SISTEMA 1 a 30". Explicar o jogo e jogar (15min). Refletir sobre sistemas a partir da experiência do jogo. Como funciona um sistema? (Se sobrar tempo, grupo faz "Sistema 1 a 30" uma vez mais) (15min)	Círculo em pé.	Múltiplos de 2: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28 e 30. Múltiplos de 3: 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 24, 27 e 30 Múltiplos de 5: 5, 10, 15, 20, 25 e 30
9h15	CRIAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAN	Facilitador(a) conduz uma exposição dialogada com o objetivo de apresentar os sistemas públicos nacionais, focando no SISAN e na LOSAN.	Roteiro dos pontos a serem apresentados. Se possível, apresentação de slides.	LOSAN: conteúdo das páginas 145 a 148 do livro-texto
10h	INTERVALO		Lanche	
10h20	O QUE É O SISAN?	Apresentar o objetivo do SISAN e os conceitos de princípios e de diretrizes (5min) Orientar a seguinte construção: "Se nós fôssemos construir os princípios e as diretrizes do SISAN, quais seriam eles?" - formar subgrupos de quatro pessoas (10min)>conversar - reunir dois subgrupos (oito pessoas) (15min)>redigir Facilitador apresenta os "reais" princípios e diretrizes e checka com a turma como se saiu (10min)	Folhas de papel e canetas para os subgrupos	Conteúdo das páginas 151 a 153 do livro-texto
11h	O SISAN NO DIA A DIA	Diálogo participativo com a metodologia Aquário. Pergunta norteadora: "Como as diretrizes do SISAN estão acontecendo agora, no cotidiano da nossa cidade?"	Cadeiras em dois círculos, um interno e um externo	Manter as diretrizes do Sisan expostas para que a turma possa consultá-las

11h50	FECHAMENTO	Qual o meu papel no sistema de SAN?		
-------	------------	-------------------------------------	--	--

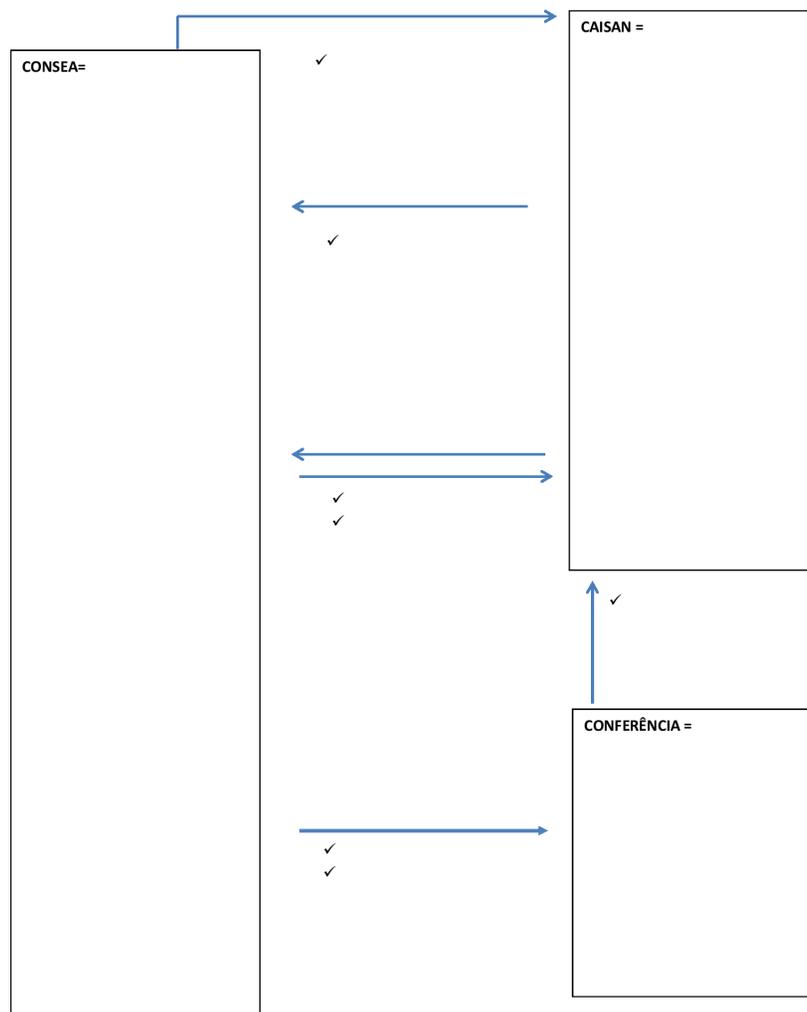
ENCONTRO 10: O SISAN E SEUS COMPONENTES

CHEGADA

Esse é o décimo encontro. A maior parte da jornada do curso já foi percorrida! Celebre! A possibilidade de se aventurar e a coragem de seguir aventurando-se é uma grande coisa! Proponha uma conversa em duplas a partir da seguinte pergunta: “Qual a última vez que você fez algo pela primeira vez?”. Dê um tempo para a dupla partilhar suas aventuras. Depois peça que, de maneira objetiva, um conte para o grupo o que a outra pessoa da dupla compartilhou, e vice versa.

SISAN E COMPONENTES

Divida a turma em trios e entregue para cada subgrupo uma impressão do seguinte esquema (também disponível em Anexo 04):



Imprima, ainda, o conteúdo abaixo para cada trio. Mas atenção: não entregue numa folha única, mas em pequenos papéis separados entre si (filipetas). Ou seja, você deve imprimir as frases, cortar em filipetas e embaralhá-las para entregar aos trios.

.....= **Formado por representantes do Governo e categorias da Sociedade Civil. Exerce o controle social e atua na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.**

- **Define seus representantes observando os critérios de intersetorialidade e representação popular;**

- **Mobiliza e apoia as entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de SAN;**
- **Contribui para a proposição, disponibilização e monitoramento de mecanismos de exigibilidade do DHAAS;**
- **Mantem a articulação permanente com outros conselhos relativos às ações associadas à Política e ao Plano de SAN;**
- **Propõe ao governo, considerando as deliberações da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional.**
- **Executa tarefas tanto relacionadas ao aprimoramento e consolidação do conselho e do sistema em si, quanto atividades em conjunto, ou encaminhadas às outras instâncias do SISAN.**

..... = Instância governamental. Formada por representantes de diferentes setores do governo (secretarias ou ministérios), que realiza a interlocução e a pactuação com os órgãos e instituições sobre a gestão da Política e a integração de programas e ações do Plano de SAN.

- **Elabora, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**
-
- **Coordena e executa a Política e o Plano de SAN**
-
- **Torna públicas as informações relativas à SAN da população;**
-
- **Implementa a Política de SAN, em regime de colaboração, no âmbito de suas competências.**

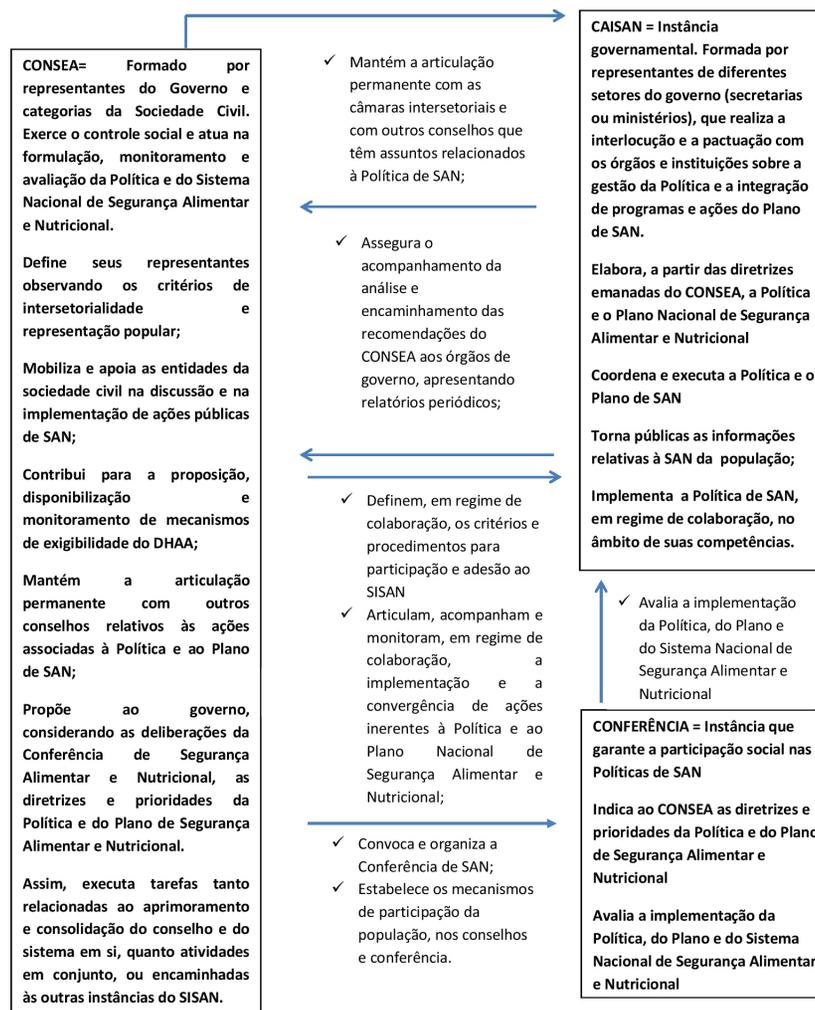
..... = Instância que garante a participação social nas Políticas de SAN

- **Indica ao CONSEA as diretrizes e prioridades da Política e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional**
- **Avalia a implementação da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**
- ✓ Mantém a articulação permanente com as câmaras intersetoriais e com outros conselhos que têm assuntos relacionados à Política de SAN
- ✓ Assegura o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do CONSEA pelos órgãos de governo, apresentando relatórios periódicos;

- ✓ Definem, em regime de colaboração, os critérios e procedimentos para participação e adesão ao SISAN
- ✓ Articulam, acompanham e monitoram, em regime de colaboração, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Convoca e organiza a Conferência de SAN;
- ✓ Estabelece os mecanismos de participação da população, nos conselhos e conferência.

CONTEÚDO DE APOIO

Esse é o Esquema completo do SISAN E SEUS COMPONENTES. Ao finalizar a reunião dos conteúdos das filipetas com o esquema incompleto, ele deve ficar assim:



Peça que os trios dialoguem internamente e completem, com a ajuda das filipetas, os espaços vazios do quadro. Finalizado o tempo, apresente o quadro completo e cheque com os trios se houve diferentes entendimentos ou interpretações.

Siga, amarrando os conteúdos do exercício anterior com a apresentação dos demais componentes do SISAN, a saber:

- Estados
- Municípios
- Entidades privadas sem fins lucrativos
- Entidades privadas com fins lucrativos

E, por fim, complete a apresentação do Sistema com os conteúdos de orçamento do SISAN, monitoramento e exigibilidade da realização do DHAAS no contexto do SISAN. Para isso, estude o conteúdo das páginas de 153 a 157 do livro-texto.

INTERVALO

O QUE É POLÍTICA, PLANO E SISAN

A partir do conteúdo das páginas 161 e 162 do livro-texto, e do conteúdo de apoio a seguir e dos documentos oficiais que definem esses itens faça uma exposição dialogada sobre o que são e como se dá a interrelação entre:

- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN;
- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN;
- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN; e
- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Atenção que tem texto para te apoiar lá no conteúdo de apoio!

INTERRELAÇÕES

Estimule o grupo a se aventurar num exercício criativo e poético!

Peça para que o grupo se subdivida em três, sendo:

Subgrupo 1: A LOSAN e sua relação com PNSAN e PLANSAN

Subgrupo 2: A PNSAN e sua relação com LOSAN e PLANSAN

Subgrupo 3: O PLANSAN e sua relação com LOSAN e PNSAN

Cada subgrupo deve contar, na forma de versos – quadrinhas da cultura popular ou poesia de cordel, por exemplo – o que é LOSAN, PNSAN e PLANSAN e as relações de uns com os outros. Peça para que se empenhem em construir a história mais completa possível sem medo de ser um poeta mediano.

Estabeleça um tempo para a construção, que deverá ser apresentada no GRANDE SARAU POÉTICO DA SAN! A forma de apresentação também fica a cargo da criatividade e ousadia de cada grupo: uma única voz recita (ou lê, tudo bem!) a construção coletiva, ou um jogral, ou cada um lê um pedaço etc.

Lembre a todos o verso inspirador do poeta português Fernando Pessoa: “Tudo vale a pena se a alma não é pequena!”.

ESTRUTURA DO PLANO

Para finalizar o tema PLANSAN, apresente um quadro de metas de um dos objetivos do PLANSAN. A ideia não é estudar o conteúdo dos objetivos e metas correspondentes, mas mostrar, de maneira concreta, como o plano se organiza, a saber: meta geral, responsável(eis), correspondência no PPA, meta por ano de vigência do plano, ação(ões) orçamentária(s) correspondentes. Além disso, reforce o entendimento de que o Plano é um instrumento de planejamento da gestão e um instrumento de monitoramento para a sociedade civil sobre os programas de SAN.

FECHAMENTO

A cada chegada e a cada partida, você tem promovido para o grupo momentos de descontração e/ou reflexão, mantendo vivo um dos importantes procedimentos desse curso: começar e terminar junto, como num jogo onde o time entra unido e, aconteça o que acontecer, termina junto também. Além das formas experimentadas até aqui, muitas outras são possíveis: uma história compartilhada, um tempo para silenciar e respirar, uma canção, uma infinidade de perguntas significativas para promover conversas que importam...

Apresente um quadro para ser completado por quem sentir o desejo de anfitriar o momento de chegada para a turma, nos próximos cinco encontros. Nesse quadro deve ter, de um lado, a data dos encontros de 11 a 15 e, na frente, espaço em branco. Deixe um pincel atômico disponível e peça que quem se dispôr a fazer essa oferta, se levante e escreva seu nome.

Termine o encontro pedindo para que ninguém saia sem dar, pelo menos, oito abraços.

CONTEÚDO DE APOIO

PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Plano de SAN é o principal instrumento de planejamento de programas e ações intersetoriais da política de SAN. É também um instrumento de comprometimento do poder público com o Direito Humano à Alimentação Adequada. Para sua construção, envolve as três instâncias do SISAN.

1. A Conferência

Indica ao Conselho de SAN as diretrizes e prioridades da Política e do Plano de SAN.

2. O Consea

Propõe ao Poder Executivo, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano;

Elabora proposições orçamentárias, previamente à elaboração do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), propondo inclusive ações prioritárias;

Aprecia e acompanha a elaboração do Plano de SAN e manifesta-se sobre o seu conteúdo final, avalia sua implementação e propõe alterações visando ao seu aprimoramento;

Estimula a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes do Plano e da Política de SAN;

Monitora e avalia a execução das ações contempladas no Plano;

Monitora e avalia, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações e programas de interesse da SAN no PPA (Plano Plurianual) e nas leis orçamentárias.

3. A Caisan

Respeita as deliberações sobre diretrizes e prioridades resultantes da Conferência;

Apresenta relatórios e informações ao CONSEA necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano de SAN;

Coordena a execução da Política e do Plano de SAN, em interlocução permanente com Consea e órgãos de execução;

Elabora, a partir das diretrizes emanadas do Consea, a Política e o Plano de SAN, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

Articula-se e pactua com os órgãos e entidades do governo local visando a gestão e integração dos programas e ações do Plano de SAN;

Articula, acompanha, monitora, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência das ações inerentes à Política e ao Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);

Monitora e avalia os resultados e impactos da Política e do Plano de SAN;

Assim se fecha o ciclo do sistema entre seus componentes. É claro que como todo sistema, ocorrem inversões de papéis e conflitos provenientes da função que cada um exerce mas são esperadas e fazem parte da construção da política. As divergências, discussões e soluções experimentadas são importantes para o avanço das ações de SAN em nossa sociedade.

CONTEÚDO DE APOIO

ESTRUTURA DO PLANO

Indique para a turma alguns sites que contém o mais recente PLANSAN. Ou requisite, na CAISAN, exemplar da publicação mais recente do plano.

Você pode conseguir o Plano Nacional no site da CAISAN nacional e mais informações sobre como elaborar, para que serve e como atualizar os Planos locais de SAN no seguintes endereços:

1- Site da CAISAN-Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional: <http://mds.gov.br/caisan-mds/>

2-Guia para elaboração de Planos de SAN: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/caisan_nacional/documentos/planos_san/Guia_Elaboracao_Planos_SAN.pdf

3-Site da RAIS-Rede de Apoio à Implementação do SISAN no Centro Oeste: <https://raisco.wordpress.com/guia-apoio-planos-de-san/>

4-Site da Rede SANS-Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Sustentável: <http://www.redesans.com.br/>

ENCONTRO 10: O SISAN e seus componentes				
HORÁRIO/ INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	CHEGADA	Jogo conversacional: “Qual foi a última vez que você fez algo pela primeira vez?”	Sentados, em dupla.	
08h30	SISAN E COMPONENTES	<p>Facilitador(a) explica a atividade de preencher o esquema com os componentes do SISAN (5min)</p> <p>Os subgrupos preenchem o esquema (15min)</p> <p>Facilitador(a) apresenta o quadro completo e checa com os subgrupos se houve diferentes entendimentos (15min)</p> <p>Segue com aula expositiva sobre os demais componentes, orçamento e monitoramento do sistema.</p>	<p>Impressão do esquema incompleto (uma cópia por subgrupo)</p> <p>Impressão das definições das instâncias e as ações entre as instâncias (filipetas, um grupo completo por subgrupo)</p> <p>Fita crepe</p> <p>Alternar cadeiras em U e subgrupos</p>	
9h50	INTERVALO		Lanche	
10h10	O QUE É POLÍTICA, PLANO E SISAN	Facilitador(a) faz exposição dialogada a partir dos diagramas das páginas 161 e 162.	Diagramas para expor (cartolinas ou slides)	Conteúdos das páginas 159 a 162.
10h30	INTERRELAÇÕES	<p>Divisão da turma em três subgrupos, para contar em versos:</p> <p>Grupo 1: LOSAN e sua relação com PNSAN e PLANSAN,</p> <p>Grupo 2: PNSAN e sua relação com LOSAN</p>	Papel e canetas para subgrupos	Conteúdos das páginas 157 a 160.

		E PLANSAN Grupo 3: PLANSAN e sua relação com LOSAN E PNSAN(40min) Grupos apresentam os resultados (20min)		
11h30	ESTRUTURA DO PLANO	Exposição sobre o PLANSAN como um instrumento de planejamento da gestão e de monitoramento da sociedade civil.	Cadeira em U	Indicar páginas na internet com a mais recente publicação do PLANSAN.
11h50	FECHAMENTO	Pedir nomes para conduzir os momentos de chegada nos próximos cinco encontros. Rodada de abraços.	Quadro (em cartolina ou flip-chart) com datas dos encontros e espaço em branco para escrita do nome. Canetão	

ENCONTRO 11: O PAPEL DAS ENTIDADES COM E SEM FINS LUCRATIVOS NO SISAN

CHEGADA

Oferta de alguém do grupo.

ADESÃO DE ENTIDADES PRIVADAS

Inicie fazendo uma breve explanação sobre a previsão de inserção das entidades privadas com e sem fins lucrativos ao SISAN.

Aqui, vale tomar o cuidado de salientar que a inclusão de organizações com fins lucrativos é uma questão pouco amadurecida e muito controversa: ainda, no campo e que as entidades sem fins lucrativos já integram o Sistema há algum tempo. Por outro lado, vale dizer que a LOSAN prevê que ambas integrem o sistema, logo, é imprescindível pensar as implicações que teriam (ou terão), principalmente as entidades com fins lucrativos, em seu funcionamento, já que parece ser inevitável esta interação. O texto de apoio sobre Conflito de interesses pode te dar ideias sobre algumas questões a serem apontadas nesse momento.

É fundamentalmente importante deixar claro o risco de conflito de interesse, caso empresas e indústrias integrem o Sisan, para isso, vale abordar sobre o que é esse conceito, ainda sem aprofundar nesse momento. Você vai encontrar um rico material para te ajudar nesse ponto do nosso curso no conteúdo de apoio.

Peça à turma que se divida em grupos de quatro a cinco integrantes para realizarem uma investigação sobre (potenciais) conflitos de interesse relativos à adesão das instituições privadas, com fins lucrativos, ao SISAN.

Peça para que cada subgrupo pegue uma ou duas folhas de papel grande (tamanho A1 ou folhas de bloco *flipchart*) e divida o papel em três colunas, com pincel atômico. Isso feito, explique o exercício:

- 1) *Para refletirem sobre potenciais conflitos de interesse relativos à adesão das instituições privadas, com fins lucrativos, ao SISAN, vocês vão usar um esquema chamado MATRIZ CSD.*
- 2) *A folha de vocês está dividida em três colunas, não é? A primeira coluna vai ganhar o título CERTEZAS. Nessa coluna, vocês vão anotar os pontos para os quais não pairam suspeitas. A pergunta norteadora para essa coluna é: “O que sabemos ao certo sobre tema?”.*
- 3) *A coluna do meio é reservada para as SUPOSIÇÕES que vocês tenham sobre o assunto. As perguntas desse campo são: “que hipótese existem? o que achamos que sabemos sobre esse assunto?”*
- 4) *Por fim, a coluna DÚVIDAS, onde aquilo que não temos certeza e que sequer é uma suposição tem espaço. Quais as perguntas que poderiam ser feitas?*
- 5) *Antes de começar, uma coisa importante para levarem em conta: no exercício com a Matriz CSD, argumentações para convencimento ou busca de consenso são menos importantes que diversidade. Caso vocês, dentro de cada subgrupo, tenham perspectivas diferentes, o melhor é incluir todas as opiniões e seguir adiante.*
- 6) *Perguntas? Então podem começar.*

Considerando toda a polêmica e a difícil resolução à questão, é de se esperar que a coluna SUPOSIÇÕES fique bastante cheia. Se vai ser assim ou não, não importa tanto. Mas é sim essencial que temas como financiamento de pesquisas, patrocínio de empresas privadas em equipamentos públicos, publicidade, propaganda e marketing de alimentos, postos políticos estratégicos ocupados por representantes ligados a entidades privadas etc, entrem na conversa. Preste bastante atenção ao que está surgindo nas matrizes e faça perguntas para estimular essas reflexões caso elas não estejam aparecendo.

PONTO DE ATENÇÃO

O melhor material para a construção da Matriz CSD são blocos de nota autoadesivas removível (marca *Post It ou similar*). Esse recurso permite que uma ideia possa ser anotada sem muita discussão. A ideia aparece na conversa e imediatamente é anotada e fixada na matriz. Caso ela seja descartada, não “estraga” (com rabiscos e rasuras) a matriz. É ainda possível mover a nota de uma coluna para outra, sem dificuldade, à medida que a conversa flui. A questão é que esses blocos de nota não são recursos muito baratos. Caso seja possível, opte por eles.

Após o tempo determinado, cada subgrupo apresenta sua Matriz CSD.

Medie uma roda de conversa a partir das apresentações, permitindo que os subgrupos complementem ou recoloquem suas ideias e que cada um e cada uma ampliem suas certezas e suas dúvidas sobre o assunto.

INTERVALO

UM REGULAMENTO

Inicie a conversa, com todos e todas reunidos, questionando se ainda existe alguma dúvida no grupo sobre o que é entendido como conflito de interesses. Use alguns minutos para permitir que o diálogo sobre o tema aconteça.

Então solicite que os subgrupos conformados para trabalhar a Matriz CSD se reúnam novamente. Lance a seguinte pergunta: “Se vocês fossem solicitados a escrever um regulamento sobre a adesão das entidades privadas ao SISAN, como esse regulamento seria?”.

Dê um tempo para que todos trabalhem, o que inclui diálogo e redação do regulamento em cartolinas.

Após a leitura dos regulamentos criados, abra mais uma roda de conversação, estimulando o compartilhamento de percepções e descobertas.

Ao final, vale questionar ao grupo se existem outras alternativas que poderiam auxiliar no processo inserção das entidades no SISAN, além de um regulamento. Alguém tem alguma ideia?

TAREFA PARA CASA

Hoje você vai pedir a realização de um dever de casa para a turma, que será feito em subgrupos: uma pesquisa sobre a situação do SISAN local (estadual e/ou municipal).

Peça aos grupos para pesquisar os seguintes pontos:

- O estado/município aderiu ao Sisan?
- A Caisan se reúne regularmente?
- O Consea é/está ativo?
- Quais políticas de SAN são desenvolvidas no estado/município?
- O estado ou município tem um Plano de SAN? Caso tenha, trazer um exemplar (ou link ou pdf) para apresentar na próxima aula.

Para dividir a turma, leve em consideração que a maior parte dos municípios do Brasil ainda não aderiram ao SISAN. Se isso for o caso do seu município, o grupo deve ser dividido em dois: o subgrupo (1) pesquisa sobre os componentes do SISAN estadual, e o subgrupo (2) pesquisa sobre Plano de SAN estadual.

Por outro lado, se houver adesão do seu município ao SISAN, divida a turma em três subgrupos: o subgrupo (1) pesquisa os componentes SISAN estadual; o subgrupo (2), os componentes SISAN municipal; e o (3) pesquisa o Plano de SAN municipal.

FECHAMENTO

Proponha uma rodada rápida de impressões a partir da seguinte pergunta: “Que novas descobertas eu fiz hoje?”.

CONTEÚDO DE APOIO

CONFLITO DE INTERESSES

Você já ouviu falar sobre conflito de interesses? Segundo lei nº 12.813, de 2013 que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do poder executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, “conflito de interesses é a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública”. Num contexto mais geral, podemos dizer também que ele ocorre quando uma pessoa demonstra um interesse secundário no resultado de determinada ação, sendo esse interesse contrário ao de outra pessoa ou coletivos.

Para tornar mais simples a compreensão, podemos exemplificar: há conflito de interesses, por exemplo, quando uma empresa que produz agrotóxicos financia pesquisas científicas que analisam o impacto desses produtos sobre a saúde das pessoas ou sobre o ambiente. Partindo do pressuposto que quem paga tem interesse em um resultado específico (que a pesquisa mostre que o impacto é pequeno ou nulo) o estudo apresenta um conflito de interesse, ou seja, o interesse de quem financia pode influenciar seu resultado final, comprometendo o interesse de toda a população, que direta ou indiretamente está exposta a esses produtos. No campo da saúde, o conflito de interesses acontece com frequência sem que nem percebamos. Não é incomum que indústrias farmacêuticas ofereçam vantagens econômicas ou de outra natureza, a profissionais de saúde para que prescrevam produtos de sua marca. A indústria de alimentos também tem práticas parecidas. Ambas financiam pesquisas, pesquisadores e eventos científicos ou profissionais temáticos onde seus produtos são promovidos de forma sutil ou explícita.

No campo da alimentação e nutrição, a existência de conflitos de interesse não é recente, mas tem sido abordada e documentada mais intensamente na última década, tanto no que se refere à produção e divulgação de conhecimento como na formulação e na gestão de políticas, conforme aponta estudo realizado por Fábio Gomes, publicado na *Revisão Caderno de Saúde Pública*, em outubro de 2015 (*Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 31(10):2039-2046, out, 2015).

Nesse artigo, o autor expõe que as falhas no sistema alimentar geram não apenas problemas nutricionais, mas também socioeconômicos, ambientais e culturais. Na medida em que os problemas de má alimentação são percebidos como questões socioeconômicas fica mais nítida a necessidade de enfrentamento de suas causas que impactariam, por sua vez, na acumulação de riquezas de grandes mercados ligados à alimentação. No intuito de proteger seus ganhos, as grandes corporações internacionais passam a investir mais agressivamente no impedimento ou protelação das soluções focadas em causas estruturais mantidas e intensificadas pelas corporações transnacionais. Ao invés de apenas esquivar, o setor passa a agir com maior agressividade ainda, interferindo em espaços de formulação e negociação de políticas públicas para inserir seus interesses, seja de forma explícita (em nome da empresa) ou implícita (por meio de fundações, entidades profissionais, de pesquisa, filantrópicas que defendem interesses das empresas que as fundaram financiam ou controlam). No artigo, o autor caracteriza as dez maiores corporações transnacionais segundo sua fatia do mercado global, seus produtos, políticas que reforçam seu interesse na ampliação de seus produtos e suas práticas. Sem nenhuma exceção, todas apresentam práticas para aumentar a demanda, oferta ou disponibilidade de produtos não recomendados, estimulando modos de comer incompatíveis com a promoção de uma alimentação saudável e da saúde. O autor explicita, ainda, a pressão feita pelas corporações transnacionais sobre as Organizações Internacionais (e a vulnerabilidade destas agências às pressões econômicas) e ainda os lobbys feitos dentro dos países membros para influenciarem as ações dessas organizações. Para quem se interessa pela discussão no âmbito internacional, o artigo também discute mais profundamente essa questão e sua leitura é recomendada. Ao final, ele apresenta um quadro com critérios para identificação de atores do setor comercial que não devem se inserir em espaços de formulação de políticas públicas, bem como na produção e divulgação de conhecimento ou formação profissional em alimentação e nutrição.

Apesar de parecer claro como consta na lei apresentada no primeiro parágrafo do texto, o conflito de interesses não é algo simples de compreender e deve ser analisado de forma ampla e atenciosa. Essa questão é comumente entendida como apenas a influência do privado no público, porém é importante que ela seja amplificada para a influência dos interesses comerciais/econômicos ou privados nas políticas públicas que tem como princípios a garantia de direitos que são de interesse público. A relação institucional e política entre o Estado (não se restringindo apenas ao governo) e o setor privado (não se restringindo apenas a CNPJ e grandes empresas) deve ficar clara de forma que os princípios das políticas públicas sejam respeitados e protegidos.

Um bom exemplo de como essa relação é mais complexa do que parece é o Programa de Aquisição de Alimentos e sua parceria com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nesses programas, o governo pode comprar, por processos mais simples do que licitação e transparentes, alimentos direto da agricultura familiar. Agricultores familiares e suas organizações têm CNPJ, podendo ser configurados como setor privado. No caso dessa relação, no entanto, a parceria promove uma alimentação mais adequada e saudável

para estudantes de escolas públicas de todo o país, além de apoiar a agricultura familiar. Respeita e promove, portanto, o direito humano à alimentação adequada e os princípios das políticas de SAN.

Quando falamos de indústria de alimentos, no entanto, dificilmente teremos uma relação como essa, apesar de a natureza da relação ser também entre o setor público e o privado. E aí é que está a grande questão: como saber quando há conflito de interesse? Algumas perguntas podem guiar essa reflexão: Qual é a relação está sendo estabelecida? Quais são os benefícios e os possíveis prejuízos dessa parceria? Quais os produtos, os processos e as práticas adotadas pela empresa ou instituição parceira? Que interesses estão sendo defendidos por meio desta relação? Quem se beneficia com esta promoção: o bem estar social ou o ganho de lucro para empresas? Quais os prejuízos ou benefícios são gerados com esta relação? E quando se fala em produtos e práticas é importante questionar não apenas aquilo que está sendo acordado, mas tudo aquilo que é de praxe da empresa, instituição ou entidade relacionada. Isso é bem importante porque empresas costumam ter belos discursos, diretrizes organizacionais bem fundadas, porém suas práticas acabam revelando uma outra verdade. Vale ter em mente que, do ponto de vista da empresa é muito benéfico (por uma questão publicitária) fazer uma parceria com o governo mas se tratando de empresas que possuem históricos de práticas incoerentes com o propósito da SAN e socialmente injustas como trabalho escravo e exploração de trabalho infantil e de produtos de baixa qualidade, como alimentos contaminados com agrotóxicos, transgênicos ou com alto teor de açúcar, gorduras e conservantes não é nada benéfico para as políticas públicas e para a sociedade em geral, que haja esse tipo de parceria. Esta é uma questão central para a discussão dessas parcerias quando estamos discutindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Sisan.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional permite a participação de entidades com e sem fins lucrativos ao Sisan, desde que se adéquem aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ou seja, desde que não haja discordância com os pressupostos da SAN e do DHAAS. Ela cita no artigo 7º § 3º: *os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o Sisan, o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios* e no artigo 11: *integram o Sisan: as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.*

Esse é um ponto bastante sensível nas discussões sobre o Sisan porque a presença da iniciativa privada, e de uma forma especial das entidades com fins lucrativos, pode ser bastante controversa, inclusive no que diz respeito ao conflito de interesses e é por isso que essa adesão deve ser definida de forma muito clara e que sinalize suas possibilidades e limites no que diz respeito à construção das políticas públicas e influência nesses espaços.

A fim de evitar medidas que gerem conflitos de interesses e, conseqüentemente, dificuldades na consolidação do DHAAS, foi que na IV Conferência +2 de SAN, realizada 2 anos depois da IV Conferência Nacional de SAN, foram debatidas questões como a elaboração de marcos regulatórios e códigos de ética como forma de mediar tensões futuras.

Devido ao caráter público e universal da SAN, é importante que os envolvidos na construção desse sistema saibam da fragilidade regulatória existente e as conseqüências que a relação entre entidades com fins lucrativos e o Sisan podem acarretar para o processo de garantia ao DHAAS. Por se tratarem de entidades que visam o lucro, muitas vezes as práticas utilizadas por essas entidades ferem aqueles que são os princípios norteadores do Sisan: a universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação; a preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas; a participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e a transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.



De forma mais objetiva, a participação direta dessas entidades no SISAN pode acarretar numa apropriação desse sistema em benefício de lucros e acumulação de capital para o setor privado, confrontando o caráter de universalidade e equidade que a ele é proposto. Além disso, imagine como seria se houvesse a participação efetiva da indústria de alimentos no SISAN? O que esse setor teria a oferecer a não ser propostas que condicionem a um sistema alimentar local (e global!) que limita as possibilidades de autonomia, promoção de saúde e soberania alimentar, dentro de uma lógica de produção, abastecimento e comercialização? Se os interesses do setor não incorporarem responsabilidade ética e cidadã no contexto de uma nação, quais os riscos iminentes? É importante se atentar a isso. As políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar ou o Guia Alimentar para a População Brasileira... será que estas políticas seriam aprovadas e estariam vigentes se essas entidades e esse setor participasse das discussões dentro do SISAN?

No Brasil, existe um grupo de pesquisadores que estuda este tema e tem contribuído para o aprofundamento do debate. Trata-se da Frente pela Regulação da relação público e privado em alimentação e nutrição <http://regulacaopublicoprivado.blogspot.com.br/>

Nas condutas profissionais que envolvem médicos, nutricionistas e profissionais da saúde, em grupos de trabalho dentro de agências reguladoras, em congressos científicos, na elaboração de pesquisas e até mesmo dentro das universidades públicas, o setor privado, representado pelas indústrias de alimentos e correlatos (como agrotóxicos e medicamentos), se insere estimulando condutas que fortalecem esse sistema hegemônico e que é dissonante daquilo que implica a SAN. Portanto, politizar a discussão sobre conflito de interesses de forma a proteger as políticas que representam o interesse público regulando a participação do setor privado dentro do SISAN é fundamental para o processo de garantia do DHAAS.

ENCONTRO 11: O papel das entidades com e sem fins lucrativos no SISAN				
HORÁRIO/INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
8h	CHEGADA	<i>Oferta de alguém do grupo</i>		
8h30	ADESÃO DE ENTIDADES PRIVADAS	<p>Facilitador explana sobre a inclusão das entidades privadas com e sem fins lucrativos no SISAN e os riscos de conflito de interesse-conceito. (20min)</p> <p>Criar "Matriz CSD" sobre potenciais conflitos de interesse relativos à adesão das instituições privadas com fins lucrativos ao SISAN:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Quais são as certezas? -Quais são as suposições -Quais são as dúvidas? (30min) <p>Subgrupos apresentam as matrizes.</p>	<p>Folhas grandes (Tamanho A1 ou bloco de flipchart ou duas cartolinas)</p> <p>Canetões</p> <p>Se possível, blocos autoadesivos removíveis (Post-it)</p>	

		Facilitador estimula que os grupos complementem ou recolorem suas ideias a partir das apresentações dos colegas. (30 a 40min)		
10h	INTERVALO		Lanche	
10h20	REGULAMENTO	<p>Lançar pergunta: Se fôssemos solicitados a escrever um regulamento sobre a adesão das entidades privadas ao SISAN, como ele seria? (5min)</p> <p>Trabalho em grupos pequenos (mesmo grupos do exercício anterior). (25min)</p> <p>Apresentações. (10min)</p> <p>Facilitador estimula percepções gerais e novas descobertas surgidas das apresentações. (30min)</p>	Folhas grandes.	
11h30	TAREFA PARA CASA	<p>Passar dever de casa:</p> <p>Pesquisar sobre a situação do SISAN local (estadual / municipal):</p> <ul style="list-style-type: none"> • O estado/município aderiu ao Sisan? • A Caisan se reúne regularmente? • O Consea é/está ativo? • Quais políticas de SAN são desenvolvidas no estado/município? • O estado ou município tem um Plano de SAN? Caso tenha, trazer um exemplar (ou link ou pdf) para a próxima aula <p>Dividir o grupo em três></p> <p>Pessoas do grupo 1> SISAN ESTADUAL</p> <p>Pessoas do grupo 2> SISAN MUNICIPAL</p> <p>Pessoas do grupo 3> PLANO DE SAN</p>		

		MUNICIPAL		
11h50	Fechamento	Rodada rápida de impressões a partir da seguinte pergunta: “Que novas descobertas eu fiz hoje?”	Cadeiras em círculo	

ENCONTRO 12: CONHECENDO O SISAN NO NÍVEL LOCAL

CHEGADA

Oferta de alguém do grupo.

SISAN LOCAL

Hora dos subgrupos apresentarem o resultado de suas tarefas para casa.

Esteja bastante atento(a) às duas ou três apresentações (a depender da realidade do município), para poder fazer reparos, adendos ou comentários pertinentes às informações trazidas pelas pesquisas.

GARANTIA DE SAN NO MUNICÍPIO

Abra uma roda de conversa estimulada pelas seguintes questões:

- Diante de tudo que já aprendemos até aqui, quais são os temas prioritários para a garantia da SAN no município?
- Eles estão dentro da política de SAN local? Se não, por quê?
- O que precisa ser feito? O que pode ser feito?

A prioridade aqui é levantar necessidades de políticas públicas no município. Caso ele não tenha um Plano de SAN, ajudar o grupo a olhar para políticas existentes que promovam a SAN na localidade. Há programas/ações de agricultura urbana, alimentação escolar adequada, alimentação e nutrição no setor saúde etc?

INTERVALO

PLANOS DE EXIGIBILIDADE

A segunda metade desse encontro será dedicada para que os grupos compartilhem como andam seus trabalhos com os Planos de Exigibilidade.

A ideia é dar bastante tempo para que conversem no grande grupo. Estão conseguindo desenvolver os Planos de Trabalho? Há grandes preocupações ou dificuldades? O que há para celebrar até o momento?

Após uma boa roda de partilha, em que os participantes podem e devem apoiar uns aos outros com dicas e perguntas que levem os grupos a perceberem pontos fortes ou frágeis de seus processos, dê alguns informes importantes sobre as apresentações dos Planos de Exigibilidade:

- 1) metade da turma fará a apresentação no penúltimo encontro do curso, após o intervalo. (Informe dia/mês);
- 2) a outra metade fará a apresentação no último encontro, antes do intervalo. (Informe dia/mês);
- 3) quem definirá a ordem das apresentações serão os próprios grupos entre eles. Peça para que conversem e decidam uma agenda e que entreguem no antepenúltimo encontro do curso aula (informe dia/mês). Nesse momento, peça para que alguém se voluntarie para ser guardião/guardiã da agenda; essa pessoa deverá entregar, para você, a agenda, conforme decidida pelos grupos de trabalho. Marque o nome do(a) voluntário(a).
- 4) os subgrupos contarão com 40 minutos cada, sendo 25 minutos para apresentação e 15 minutos para uma rodada de perguntas e respostas.

Confirme o entendimento das informações e tire dúvidas.

Convide os grupos de trabalho para se reunirem para trabalhar em seus Planos de Exigibilidade até o fim do encontro. Esteja presente para apoiar no que for preciso e convide a todos e todas para aproveitar o momento para avançar no que for possível.

FECHAMENTO

Para terminar o encontro, proponha uma troca de elogios e gratidão. Faça uma roda com todos de pé, bem espaçada. **Explique o exercício:**

- 1) *Temos aprendido tanto, mutuamente, ao longo dessa jornada. Confio que estamos criando, digamos, um “Circuito Cardial”, um circuito dentro do nosso coração por onde passam uns e outros daqui, deixando marcas com suas características e experiências.*
- 2) *Então vamos representar esse “Circuito Cardial”. Assim: Eu vou me levantar, olhar bem para cada um e cada uma de vocês e sentir meu coração. Vou dizer o nome de alguém e característica que aprecio nele ou nela. Vamos começar:*

Se dirija ao centro da roda e diga:

- 3) *O meu Circuito Cardial tem o(a) (fale o nome de uma pessoa do grupo) que marca presença por sua (fale uma qualidade que você reconhece nele ou nela).*

Receba a pessoa que você nominou: dê sua mão esquerda, do lado do coração, para a mão direita dela. Fiquem de pé, lado a lado, na roda.

- 4) *Certo? Agora a (fale o nome da pessoa para quem você está de mãos dadas contigo) faz como eu e assim por diante. Podemos fazer isso de maneira muito gentil e amorosa e, ainda assim, bem atenta e ágil.*

Quando todos forem chamados, feche a roda, dando as mãos e diga algumas palavras de gratidão pela possibilidade de conformar, junto com aquelas pessoas, esse circuito tão poderoso.

ENCONTRO 12: Conhecendo o SISAN no nível local				
HORÁRIO/INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	CHEGADA	<i>Oferta de alguém do grupo.</i>		
8h30	SISAN LOCAL	Apresentação da tarefa de casa Facilitador instiga, ouve e complementa as respostas sobre o SISAN no Estado e no Município.	Cadeiras em círculo	
9h10	GARANTIA DE SAN NO MUNICÍPIO	Diante de tudo que já aprendemos até aqui, quais são os temas prioritários para a garantia da SAN no município? Eles estão dentro da Política de SAN local? Existem ações previstas dentro do Plano municipal? O que precisa ser feito?	Cadeiras em círculo	
9h50	INTERVALO		Lanche	
10h10	PLANOS DE EXIGIBILIDADE – conversa	Grupos compartilham como andam seus trabalhos com os Planos de Exigibilidade (40min) Facilitador(a) dá informe para a apresentação dos planos de exigibilidade e tira dúvidas (10min)		

		Grupos de trabalho do Plano usam o tempo para coordenar ações e adiantar o trabalho, contando com o apoio presencial do(a) facilitador(a) e dos(as) colegas. (30min)		
11h30	FECHAMENTO	Roda de apreciação. Jogo "Circuito Cardíaco".		

ENCONTRO 13: CONCEITO DE DEMOCRACIA E CIDADANIA

CHEGADA

Oferta de alguém do grupo.

CONCEITO DE DEMOCRACIA E CIDADANIA

Os temas abordados nesta aula tem importância fundamental aos objetivos do curso porque apoiam a ideia de que todas as pessoas têm direitos e o direito a exigir esses direitos. A dimensão da democracia e da cidadania são fundamentais para embasar tudo o que foi dialogado e discutido nesse curso. Por isso, além do conteúdo do livro texto, você pode se apoiar no texto Cidadania e Modernidade de Carlos Nelson Coutinho, que está no Anexo 05. Segundo este autor:

"Democracia é a construção coletiva do espaço público, como a plena participação social consciente de todos na gestão e no controle da esfera política"

"Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado."

Partindo desta inspiração, inicie este importante encontro.

Peça que a turma se reúna em dois subgrupos.

Explique o exercício:

- 1) *O passo agora é trabalhar temas muito caros para nós, que lidamos com a ampliação da cultura de direitos: o que é democracia e o que é cidadania, como as percebemos, como as exercitamos.*
- 2) *Para ajudar no exercício, vocês têm aqui cópias das páginas do livro-texto que trazem os conceitos de democracia e cidadania.*
- 3) *O primeiro passo é ler, aí nos subgrupos, esses entendimentos e checar se existe alguma dúvida. Enquanto vocês estiverem lendo passarei para dar as instruções, ok?*

Dirija-se a um dos subgrupos e oriente para que eles lembrem-se ou criem uma situação com dois fechos distintos: um, no qual a *democracia* foi exercida/respeitada, e o outro fecho onde, de maneira oposta, ela não foi.

Dirija-se ao outro subgrupo e passe a mesma tarefa, só que com a temática da *cidadania*.

Esclareça que, ao final, um subgrupo vai apresentar ao outro, suas produções, num formato cênico (teatro). Informe quanto tempo terão de trabalhar e quanto tempo de apresentação das duas situações. Encoraje os subgrupos a serem bem criativos nas suas concepções e, sendo capazes, que incorporem dados reais e atuais na construção.

Após as apresentações, cheque se há dúvidas sobre os conceitos de Democracia e Cidadania e medie uma conversa sobre os sentimentos que emergem ao se abordar os dois temas.

INTERVALO

DIFERENTES FORMAS DE EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA

Faça uma exposição dialogada sobre as diferentes maneiras de se exercer a democracia, conforme conteúdo das páginas 239 a 241 do livro-texto. Para desenvolver os conceitos, peça à turma que ofereça exemplos. Prepare exemplos também, para enriquecer o estudo e o diálogo.

CIDADÃOS NUM PAÍS DEMOCRÁTICO

Com a ajuda da turma, prepare a sala para uma segunda experiência de diálogo participativo com a metodologia Aquário. Essa metodologia já foi realizada antes, no Encontro 09. Se precisar rememorar, volte até a página 73 deste caderno.

Organize para que todos e todas em seus lugares em um dos dois círculos onde, no círculo externo estão as pessoas da “audiência”, e no círculo interno, três cadeiras para os integrantes do aquário (aqueles(as) que iniciam a conversa) mais uma cadeira vazia para promover a rotatividade no aquário. Então coloque a pergunta inicial do diálogo: “Se eu não exerço minha cidadania, o que acontece com a democracia?”.

O objetivo desse diálogo é promover a reflexão, tanto individual quanto coletiva, do papel de protagonistas que cidadãos e cidadãs em um país democrático tem.

Algumas perguntas que você pode lançar mão para movimentar ou aprofundar o diálogo, SE necessário:

- Como você percebe a relação entre democracia e cidadania?
- Que parte da história de construção e/ou defesa da democracia brasileira você(s) acham importante e/ou pode(m) compartilhar?
- Como foi o Brasil durante a ditadura militar? Como foi o Brasil durante a reabertura e as décadas que se seguiram à ditadura militar? Como é o Brasil agora?
- No contexto atual, você identifica algum risco para a construção democrática e cidadã no Brasil? Quais? Por que?
- Você(s) considera(m) que existe democracia e cidadania plena, hoje, em nosso país? Por que?

Antes do fechamento, lembre-se da agenda de apresentações dos Planos de Exigibilidade, que ficou combinado de ser entregue nesta aula. Leia e distribua a distribuição dos grupos em voz alta para se certificar de que todos sabem seu dia de apresentar. Verifique se está tudo certo quanto à essas datas e se algum grupo tem algum pedido ou uma necessidade especial em relação à esse combinado.

FECHAMENTO

Convide as pessoas que estão no aquário (ou seja, que estão sentadas no centro da roda) para se juntarem ao círculo externo.

Convide cada um e cada uma para uma roda de partilha motivada pela complementação de uma das seguintes frases:

- 1) Eu EXERÇO MINHA CIDADANIA quando.....
- 2) Eu VIVENCIO A DEMOCRACIA quando.....

Diga que cada pessoa pode escolher livremente que frase completar e pode ainda participar da partilha mais de uma vez. E peça para que, quem está escutando, estale os dedos SEMPRE que sentir que o que está sendo partilhado corresponde com sua maneira de pensar, sentir ou agir.

ENCONTRO 13: CONCEITO DE DEMOCRACIA E CIDADANIA				
HORÁRIO/INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	CHEGADA	<i>Oferta de alguém do grupo</i>		
08h30	CONCEITOS DE DEMOCRACIA E CIDADANIA	Dividir a turma em dois grupos. De maneira criativa, um grupo vai apresentar uma situação com dois fechos distintos: GRUPO 1: uma situação com um fecho onde a democracia foi exercida/respeitada e outro onde não foi.	Cópias das páginas 237 a 239 que apresentam esses conceitos.	

		<p>GRUPO 2: uma situação com um fecho onde a cidadania foi exercida/respeitada e outro onde não foi.</p> <p>Após apresentações, abre-se uma conversa sobre conceitos de Democracia e de Cidadania.</p>		
10h	INTERVALO		Lanche	
10h20	DIFERENTES FORMAS DE EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA	O facilitador usa exemplos reais para apresentar os conceitos das páginas 241 a 243 (democracia direta, representativa ou participativa)		
10h40	CIDADÃOS NUM PAÍS DEMOCRÁTICO	<p>Metodologia Aquário</p> <p>Pergunta inicial: Se eu não exerço minha cidadania, o que acontece com a democracia?</p>	Cadeiras em dois círculos: um círculo interno, com quatro cadeiras e outro externo.	<p>Perguntas provocadoras para o facilitador utiliza se necessário:</p> <p>Quais pontos da história eu posso contar?</p> <p>Como foi o Brasil durante a ditadura militar? Alguém viveu isso ou pode contar?</p> <p>E hoje, quando eu percebo que não há democracia plena?</p>
11h40	AGENDA DE APRESENTAÇÕES DOS PLANOS DE EXIGIBILIDADE	Verificar se todos os grupos estão cientes dos dias em que apresentarão seu Plano		
11h50	FECHAMENTO	Participantes finalizam o dia completando as seguintes frases: "Eu exerço cidadania quando ..."	Cadeiras em círculo	

		“Eu vivencio a democracia quando ...”		
--	--	---------------------------------------	--	--

ENCONTRO 14: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

CHEGADA

Ao final do momento conduzido por uma pessoa do grupo, lembre que o próximo encontro é o último! Pergunte se a turma quer programar uma celebração de encerramento do curso, como um lanche festivo, por exemplo. Caso positivo, peça que pensem o que poderia ser e conversem para coordenar essa ação, durante o intervalo.

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Conduza uma exposição dialogada sobre participação e controle social. Os conceitos estão descritos nas páginas 246 e 247 do livro-texto. Inicie rememorando com a turma quais são os espaços formais para esta atuação: conselhos, comissões, fóruns, conferências.

Leve a turma a fazer uma importante reflexão: ao mesmo tempo que as conquistas sociais, de forma geral e especialmente no âmbito da SAN advindas de inúmeras ações e articulações ao longo de muitos anos, precisam ser defendidas e garantidas e que os espaços formais são estratégicos para o diálogo social, esses espaços, como qualquer organismo, se transformam pela ação do tempo e do meio.

- Como ressignificar e atualizar os espaços existentes?
- Como tornar esses espaços mais práticos, dinâmicos e efetivos?
- Como atrair novos participantes e novas lideranças?
- Que outros espaços (formais ou informais, presenciais ou não) poderiam ser reconhecidos/incorporados no campo da participação e do controle social de SAN? Quais seriam seus pontos positivos e quais seriam as possíveis dificuldades?
- Que espaços inovadores para discutir a temática de SAN poderíamos criar?

PAPEL DE CONSELHEIROS NO CONSEA

Nesse momento, a expectativa é que quem não tem a vivência de conselheiro possa entender melhor como o Consea funciona.

Para esse momento, você deverá convidado dois conselheiros(as) para virem visitar o curso e responder a perguntas da turma. Caso algum(a) participante do curso seja conselheiro(a), convide para que ele(a) também componha essa mesa de entrevistados.

Convide a turma para buscar conhecer o máximo possível da atuação do Consea, questionando o papel do conselho, o que funciona e o que não funciona, quais perspectivas e expectativas, questões locais, experiências do(a) conselheiro(a).

Esteja preparado para estimular a entrevista, trazendo questões, conforme conteúdo das páginas 258 e 259 do livro-texto, que não forem mencionadas, e também para ajudar na conexão desse momento ao momento anterior. Convide a turma a indagar os(s) convidados(as) sobre pontos dialogados anteriormente, como atualizações que o Consea necessita fazer (será que tem feito?) para tornar esses espaços mais práticos dinâmicos e efetivos, para atrair novos participantes e novas lideranças etc.

PONTOS DE ATENÇÃO

Caso na turma a maioria do grupo seja de conselheiros(as), a sugestão é transformar a atividade acima numa roda de conversa em que as experiências sejam compartilhadas.

INTERVALO

APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE EXIGIBILIDADE– Início

ENCERRAMENTO

Agradeça às apresentações do dia. Dê algum aviso pertinente. Proponha troca de abraços entre todos e todas.

ENCONTRO 14: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL				
HORÁRIO/INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	CHEGADA	<i>Oferta de alguém do grupo.</i>		
08h30	Espaços de participação social	<p>Relembrar quais são os espaços formais (conselhos, comissões, fóruns, conferências, ...) para participação social e seus significados.</p> <p>Diálogo com a turma sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como podemos ressignificar os espaços existentes? • Como podemos tornar esses espaços mais práticos, dinâmicos e efetivos? • Como podemos atrair novos participantes e novas lideranças? • Como podemos levar as discussões para espaços de formação de opinião? 		

		<p>(Universidade, mídia, redes sociais,...)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem outros espaços (inovadores)? Quais são? • Podemos criar espaços inovadores para discutir a temática de SAN? Como seriam? 		
09h	PAPEL DE CONSELHEIROS NO CONSEA	<p>Os participantes entrevistam conselheiros sobre como é sua atuação nos Conseas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel, experiência, o que funciona e o que não funciona, perspectivas e expectativas, questões locais etc. 		Facilitador pode pontuar (ou questionar a turma sobre) questões importantes relacionadas nas páginas 260, 261 que não foram mencionadas
10h	INTERVALO		Lanche	
10h20	PLANOS DE EXIGIBILIDADE – apresentação	<p>Metade dos grupos apresentam os planos.</p> <p>apresentação (até 25min) + perguntas&respostas (até15min)</p>		
11h40	FECHAMENTO	Rodada de abraços		

ENCONTRO 15: ENCONTRO FINAL

“Presente, passado e futuro? Tolice. Não existem. A vida é uma ponte interminável. Vai-se construindo e destruindo. O que vai ficando para trás com o passado é a morte. O que está vivo vai adiante

Darcy Ribeiro

CHEGADA

Oferta de alguém do grupo.

APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE EXIGIBILIDADE - Continuação

CONVERSAS DE DESDOBRAMENTOS

Confio que, nesse ponto da jornada, as pessoas da turma estarão inspiradas e empoderadas, não só pelo aprendizado adquirido como também pela rede de amizades criadas em torno de propósitos comuns de garantir o DHAAS e a SAN para o maior número de pessoas.

Então provoque uma reflexão sobre desdobramentos possíveis e se coloque também como oferta (falando *nós*), ou não (falando *vocês*), dessa construção que expanda os limites do curso:

- 1) Querem/Queremos oferecer algo à comunidade?
- 2) Querem/Queremos realizar alguma iniciativa?

Certamente, a resposta não será a mesma para todos e todas. Haverá pessoas mais mobilizadas, preparadas e disponíveis que outras. O importante é que a conversa externalize as diferentes vontades e que, as pessoas que quiserem realizar algo juntas, desenhem os próximos passos para isso, nem que seja somente uma data, um local e os nomes dos(as) que participarão de uma reunião de desenho da ação.

E é claro que as possibilidades de intervenção são muito variadas e amplas, mas se pedirem sugestões:

- colóquios ou exposições dialogadas para a comunidade;
- roda de conversa/compartilhamento de experiências sobre SAN e temáticas afins com o uso da Metodologia Aquário com a comunidade;
- marcha para reinvenções de direitos;
- novas ações para dar seguimento ao Plano de Exigibilidade de um ou mais subgrupos;
- apresentação do Plano de Exigibilidade para conselheiros(as) do Consea local;
- criação de um instrumento de exigibilidade de DHAAS e cocriá-lo com o CONSEA;
- ações de promoção da SAN, como horta urbana, feiras de produtores locais, ações de educação alimentar e nutricional etc;
- formação de multiplicadores: novas turmas, novos públicos.
- organização de grupos de reflexão sobre o tema em escolas da rede de educação básica , faculdades e universidades

CELEBRAÇÃO

ENCONTRO 15: AULA FINAL				
HORÁRIO/INÍCIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/	OBSERVAÇÕES

			AMBIENTE	
8h	CHEGADA	<i>Oferta de alguém do grupo.</i>		
8h30	PLANOS DE EXIGIBILIDADE – apresentação	Continuação das apresentações		
10h	Conversa sobre desdobramentos	Facilitador provoca reflexão sobre desdobramentos possíveis: queremos oferecer algo à comunidade? queremos realizar alguma iniciativa? O grupo conversa, define se sim e o que, e elabora o próximo passo para fazer a ação acontecer (data de uma reunião com os interessados para desenhar a oferta).		
11h	CELEBRAÇÃO	Autogestão do grupo		

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrandh- Ação Brasileira pela nutrição e Direitos Humanos. *O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional*. Brasília, DF: Abrandh, 2013. Disponível em: http://www.ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391508593dhaasisan_miolo_030413.pdf

BROTTO, F. O. **Cooperativos, o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2001.

_____. **Jogos Cooperativos – Se o importante é competir, o fundamental é cooperar**. Santos, SP: Projeto Cooperação, 1997.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

GALEANO, E. H. **Direito ao Delírio**. Trecho de entrevista a Eduardo Galeano no programa SINGULARS da TV3, Televisión de Catalunya. Disponível em <<http://www.ccma.cat/tv3/alacarta/singulars/eduardo-galeano/video/3541530/>>

Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. **Manual de Formação em Orçamento e Direitos: Orçamento Público para a Promoção dos Direitos Humanos**. Brasília, 2013.

MEDEIROS, M.; TOZZI, M. X. **COOMAFITT: um dispositivo coletivo em construção e muitas possibilidades para o fortalecimento da agricultura familiar do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. Revista Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 9-15, maio/ago 2012.

PACHECO, J. **Escola da Ponte: Formação e Transformação da Educação**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2008.

Rede de Apoio a Implementação do SISAN – RAIS. **A SAN nas cidades**. Brasília, 2016 Disponível em: <<https://raisco.wordpress.com/2016/06/16/a-san-nas-cidades/>>

Rede de Apoio a Implementação do SISAN – RAIS. **O que é comida de verdade e qual a sua importância individual e coletiva?** Brasília, 2016. Disponível em <<https://raisco.wordpress.com/2016/06/06/comida-de-verdade/>>

GLOSSÁRIO

AAS – Alimentação Adequada e Saudável

A Alimentação Adequada e Saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados. (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007)

ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

Organização da sociedade civil de interesse público, resultado da consolidação do Grupo de Trabalho Brasileiro sobre Direito Humano à Alimentação Adequada. Este GT, em conjunto com a World Alliance for Nutrition and Human Rights (WANAHR), a Food First Information and Action Network (FIAN Internacional) e o Instituto Jacques Maritain (Itália), lutou pela inclusão do Direito Humano à Alimentação Adequada como um dos eixos políticos da Cúpula Mundial da Alimentação (Roma, 1996).

A missão da ABRANDH foi promover a realização e a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil e em outros países, por meio de projetos de cooperação nacional e internacional. A entidade desenvolve também atividades focadas no fortalecimento da capacidade de intervenção das populações em situação de vulnerabilidade e da sociedade civil em geral, ampliando as suas capacidades de exigir a realização dos Direitos Humanos junto ao Estado, e em especial do DHAA.

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Atua como mecanismo de apoio e articulação entre os centros de treinamento, ensino e pesquisa em Saúde Coletiva para fortalecimento mútuo das entidades associadas e para ampliação do diálogo com a comunidade técnico-científica e desta com os serviços de saúde, as organizações governamentais e não governamentais e a sociedade civil. (Portal Abrasco)

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Instância governamental do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), formada por representantes dos vários Ministérios que se relacionam à temática da Segurança Alimentar e Nutricional.

Nas esferas estaduais e municipais, a Caisan é a **Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional**, e é formada por representantes das secretarias que têm ações relacionadas à temática.

Em todos os casos sua atribuição é promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional. (LOSAN)

CF – Constituição Federal

A Constituição Federal é a norma superior de todo o ordenamento normativo brasileiro que determina como devem ser produzidas as demais normas e que limita o conteúdo das mesmas, condicionando-o ao seu texto, às suas determinações.

CNSAN – Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Instância que garante a participação social nas Políticas de SAN. Responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN. Participantes: 2/3 dos participantes são representantes da sociedade civil e 1/3 do Governo. Todas as 27 unidades federadas são representadas.

CONCIDADES – Conselho das Cidades

Órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, tem por finalidade estudar e propor as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução (Decreto 5.790, de 2006)

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

Órgão formado por representantes da sociedade e do governo, que tem a importante função de propor diretrizes para a Política Nacional nesta área. É um órgão de assessoramento imediato ao presidente da república. (LOSAN)

DC – Direito a Cidade

O Direito à Cidade implica em enfatizar uma nova maneira de promoção, respeito, defesa, realização dos direitos civis, políticos, econômicos sociais, culturais e ambientais garantidos nos instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos.

DH – Direitos Humanos

São Direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. (ONU)

DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, que diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental individual e coletiva. (ABRANDH)

DHAAS – Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável

Direito de cada pessoa ter acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada e saudável ou aos meios para obter essa alimentação, sem comprometer os recursos para assegurar outros direitos fundamentais, como saúde e educação. (GUIA ALIMENTAR)

DHESCA - Direitos Humanos Econômicos Sociais Culturais e Ambientais Brasil

A DhESCA Brasil é uma rede nacional de articulação de organizações da sociedade civil que visa promover os Direitos Humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais como direitos humanos em seu conjunto universais, indivisíveis e interdependentes, articulados ao aprofundamento e radicalização da democracia e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. (Portal Unesco)

FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Criado em 1998, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) articula pessoas, organizações, movimentos sociais e instituições de pesquisa dos campos da Saúde, Meio Ambiente, Nutrição, Direitos Humanos, Reforma Agrária, Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero, Economia Solidária, Educação Popular, entre outros. Luta por um sistema alimentar social e culturalmente justo economicamente viável e ambientalmente sustentável, trabalhando em várias perspectivas: produção, processamento, abastecimento e consumo de alimentos.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Associação de consumidores fundada em 1987. Não possui fins lucrativos. É independente de empresas, governos ou partidos políticos. A missão do Idec é promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos. (Portal do IDEC)

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

Lei nº 11346, 2006, que institucionalizou a responsabilidade do poder público na promoção do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos, em qualidade e quantidade, e criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Órgão responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país.

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade. (Portal do MMA)

OGM – Organismo Geneticamente Modificado

Organismos manipulados geneticamente, de modo a favorecer características desejadas, como a cor, tamanho etc. Os OGMs possuem alteração em trecho(s) do genoma realizadas através da tecnologia do RNA. A produção desses organismos tem gerado preocupação por não terem sido realizados estudos que indiquem quais são os impactos ambientais causados por seu uso, assim como pesquisas de médio e longo prazo que garantam que os alimentos transgênicos (que contêm OGM) são inofensivos à saúde e vida humana.

OPSAN – Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

Grupo de pesquisa da Universidade de Brasília. Criado em 2003, o Observatório se propõe a ampliar e disseminar conhecimento, capacitar recursos humanos e promover o debate pluridisciplinar e intersetorial sobre as políticas públicas e ações governamentais para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na perspectiva do Direito Humano à Saúde e do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

Promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo. (Portal MDA)

PBF – Programa Bolsa Família

Programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades. Considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, tendo sido nomeado como um esquema anti-pobreza originado na América Latina que está ganhando adeptos mundo afora.

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Principal instrumento de planejamento da ação pública no campo da SAN, indica diretrizes, metas, fontes de recursos de cada ação proposta.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

Contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. (FNDE)

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

Aprovada no ano de 1999, integra os esforços do Estado brasileiro, que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. (Portal MS)

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar

Estimula a geração de renda e melhora o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

RAIS/CO – Rede de Apoio à Implementação do Sisan – Centro Oeste

O objetivo fundamental da RAIS é fomentar o fortalecimento do Sisan nos estados, DF e municípios da região Centro-Oeste, a partir da articulação da Rede de Apoio Intersetorial – composta pelos Conseas, Caisans e Universidades parceiras -, visando apoio ao planejamento, à elaboração e ao monitoramento das Políticas, Planos e Ações de SAN, por meio de interlocução entre essas instâncias; elaboração de estratégias de formação em SAN para gestores e conselheiros; e, desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão relacionadas à temática de SAN, no âmbito das universidades.

SA – Soberania Alimentar

O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e práticas alimentares tradicionais. Além disso, há o reconhecimento de que tal processo deve ocorrer em bases sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

SAN –Segurança Alimentar e Nutricional

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (LOSAN)

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil.

SUS – Sistema Único de Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o sistema público que organiza o conjunto de ações e serviços de saúde no Brasil. Ele abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.(Portal MS)

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Sistema por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. (LOSAN)

UNB – Universidade de Brasília

A universidade de Brasília é uma instituição idealizada para combinar o rigor da ciência com a ousadia da arte. A produção de conhecimento na UnB obedece ao modelo tridimensional de ensino, pesquisa e extensão, o que favorece uma formação universitária de qualidade, respeitosa com todas as formas de saber e comprometida com a cidadania. (portal UnB)

ANEXOS

ANEXO 01 - ENCONTRO 2- ROTEIRO DE VISITAS DE CAMPO

ROTEIRO DE VISITA- PLANTIO

Onde ir: propriedades agroecológicas e/ou de agricultura familiar

Questões a serem observadas em TODAS as visitas:

(não é necessário perguntar sobre, mas observar com atenção)

- O local visitado trabalha em qual etapa do circuito alimentar?
- Ele se relaciona com outras etapas?
- Você identifica relações intersetoriais?
- Qual a relação das pessoas que trabalham no local e os alimentos produzidos ou descartados?
- As pessoas entrevistadas se percebem compondo um circuito alimentar?
- Qual é o “lugar” das mulheres neste local? Exercem protagonismo? São respeitadas por seus trabalhos?

Perguntas:

- 1) Quais técnicas de produção vocês utilizam aqui? (orgânica, convencional, agroecológica)?
- 2) Por que vocês denominam sua produção assim (o que define sua produção como orgânica, tradicional, agroecológica etc)?
- 3) Por que escolheu este tipo de produção?
- 4) Para você, como agricultor/a, qual é a diferença (ou quais são as diferenças) de se produzir dessa maneira? (dificuldades, benefícios, incentivos, lucratividade etc)
- 5) Como é feita a escolha dos alimentos que serão produzidos?
- 6) A propriedade/projeto se relaciona ou tem ações junto a programas ou equipamentos de SAN na região? (exemplo: participa de programa de incentivo à agricultura familiar, vende por programa de compra pública? Etc.).

Questões a serem observadas durante a visita:

- São produzidos alimentos da região?
- Há ligação afetiva, por parte dos agricultores, com a terra e com os alimentos?
- Quem são os/as trabalhadores, trabalhadoras? (mão de obra familiar ou empresarial/patronal?)
- Caráter da área para produção? Área própria? Cedida, arrendada? Tamanho e organização do espaço etc...
- Há diversificação da produção?

ROTERIO DE VISITA- DISTRIBUIÇÃO 1

Ondeir: feiras, mercados de orgânicos, mercados locais

Questões a serem observadas em TODAS as visitas:

(não é necessário perguntar sobre, mas observar com atenção)

- O local visitado trabalha em qual etapa do circuito alimentar?
- Ele se relaciona com outras etapas?
- Você identifica relações intersetoriais?
- Qual a relação das pessoas que trabalham no local e os alimentos produzidos ou descartados?
- As pessoas entrevistadas se percebem compondo um circuito alimentar?
- Qual é o “lugar” das mulheres neste local? Exercem protagonismo? São respeitadas por seus trabalhos?

Perguntas:

- 1) Como é feita a escolha dos produtos que serão vendidos aqui?
- 2) Você acredita que estes produtos contribuem para a qualidade de vida das pessoas?
- 3) Quem são as pessoas que vem comprar aqui?
- 4) O que você acha que significa ter uma alimentação saudável?
- 5) Vocês sabem a origem dos alimentos que comercializam? (vêm da agricultura familiar? Cooperativa? Não sabem?)

Questões a serem observadas durante a visita:

- A maioria dos alimentos é ultraprocessada, minimamente processada ou in natura?
- Há produtos regionais? Alimentos típicos da cultura local?
- Há alimentos produzidos na região? Muito? Pouco?
- Qual o tamanho do estabelecimento? (grande porte? Pequeno porte?)
- Nessa região predominam as feiras e mercados ou as grandes redes de supermercado?
- O que é feito dos alimentos que perdem seu valor venal?
- Para onde vai o descarte do local?

ROTERIO DE VISITA- DISTRIBUIÇÃO 2

Onde ir: Banco de Alimentos

Questões a serem observadas em TODAS as visitas:

(não é necessário perguntar sobre, mas observar com atenção)

- O local visitado trabalha em qual etapa do circuito alimentar?
- Ele se relaciona com outras etapas?
- Você identifica relações intersetoriais?
- Qual a relação das pessoas que trabalham no local e os alimentos produzidos ou descartados?
- As pessoas entrevistadas se percebem compondo um circuito alimentar?
- Qual é o “lugar” das mulheres neste local? Exercem protagonismo? São respeitadas por seus trabalhos?

Perguntas

- Como funciona? Quem pode receber doações?
- Como a atuação do Banco impacta na alimentação dos grupos que recebem as doações? Têm dados ou registros?
- Qual o papel deste equipamento no sistema alimentar em que está inserido?
- O banco tem ligação com outros órgãos/equipamentos de SAN?

Questões a serem observadas durante a visita:

- Quais alimentos estão disponíveis? Regionais/ locais? Da época?
- Predominam alimentos in natura, ou processados?
- Há alguma forma de manipulação ou processamento dos alimentos recebidos?
- O que é feito com os alimentos que não podem ser doados (porque já estragaram, por exemplo) e com as partes não comestíveis?
- Para onde vai o descarte do local?

ROTERIO DE VISITA- PREPARO E CONSUMO

Onde ir: cozinhas de escolas que preparam a alimentação escolar; restaurantes populares; cozinhas comunitárias e outros locais de preparo de alimentação para coletividade sem fins lucrativos, para pensarmos em uma cadeia alimentar além de saudável e sustentável, também coletiva e acessível.

Questões a serem observadas em TODAS as visitas:

(não é necessário perguntar sobre, mas observar com atenção)

- O local visitado trabalha em qual etapa do circuito alimentar?
- Ele se relaciona com outras etapas?
- Você identifica relações intersetoriais?
- Qual a relação das pessoas que trabalham no local e os alimentos produzidos ou descartados?
- As pessoas entrevistadas se percebem compondo um circuito alimentar?

- Qual é o “lugar” das mulheres neste local? Exercem protagonismo? São respeitadas por seus trabalhos?

Perguntas:

- 1) Como é definido o cardápio?
- 2) Tem aquisição de produtores locais?
- 3) Os hábitos alimentares da região são preservados nas refeições servidas?
- 4) Como você avalia a qualidade do que você tem recebido? E do que tem servido?
- 5) É possível escolher o que será preparado? Em caso positivo, como é feita essa escolha?
- 6) Nesse local, existe algum tipo de atividade que promova e incentive escolhas alimentares saudáveis?
- 7) Este local tem alguma relação com outro programa ou equipamento de SAN na região?

Questões a serem observadas durante a visita:

- Relação de afeto com o alimento, tanto por parte de manipuladoras/es quanto dos cidadãos/ãs?

ROTEIRO DE VISITA- DESCARTE

Onde ir: locais de compostagem e/ou reciclagem

Questões a serem observadas em TODAS as visitas:

(não é necessário perguntar sobre, mas observar com atenção)

- O local visitado trabalha em qual etapa do circuito alimentar?
- Ele se relaciona com outras etapas?
- Você identifica relações intersetoriais?
- Qual a relação das pessoas que trabalham no local e os alimentos produzidos ou descartados?
- As pessoas entrevistadas se percebem compondo um circuito alimentar?
- Qual é o “lugar” das mulheres neste local? Exercem protagonismo? São respeitadas por seus trabalhos?

Perguntas para locais de compostagem:

- Como funciona a compostagem? Qual seu objetivo?
- Como ela se integra ao sistema alimentar?
- Que destino é dado aos produtos da compostagem?

Perguntas para locais de reciclagem:

- Como é feita a seleção dos materiais recicláveis?
- Quanto desse material vem de embalagem de alimentos?

- Quanto das embalagens de alimentos é reciclável?
- Qual impacto dos alimentos industrializados para o meio ambiente?

ANEXO 02 –

<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2007/relatorio-final-marco-2007-03.2007>

ANEXO 03 - ENCONTRO 05 - ESTUDO DE CASO ENCONTRO 05 - Marcos legais de DH's no Brasil e no mundo

1 - ROTULAGEM DE MILHO TRANSGÊNICO

Dona Maria é uma conselheira muito participativa no Consea. Na última reunião foi apresentado o Direito Humano à Alimentação Adequada, que é uma alimentação de qualidade, diversificada, nutricionalmente adequada, sem agrotóxicos ou contaminantes e livre de organismos geneticamente modificados. Durante essa apresentação, ela lembrou que na última Conferência de SAN, foi discutida a liberação do plantio de alimentos transgênicos, como a soja e o milho no Brasil. Na Conferência, Dona Maria recebeu um panfleto que dizia:

“Existe uma grande preocupação, por parte de organizações não governamentais e movimentos sociais, em torno dos potenciais impactos, riscos e efeitos colaterais ou indesejáveis que os organismos geneticamente modificados (OGMs) podem produzir, uma vez que seus efeitos sobre a saúde e o meio ambiente ainda são desconhecidos. A liberação de produtos transgênicos, sem a realização de estudos prévios de impacto ambiental e dos riscos à saúde e à Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira, fere o princípio da precaução.

O princípio da precaução estabelece a necessidade de prevenção de riscos potenciais e de efeitos irreversíveis antes mesmo da existência de provas irrefutáveis de nocividade de uma nova tecnologia. Esse princípio, incorporado na Lei 11.105 de 24 de março de 2005, que estabeleceu normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, encontra também expressão concreta em vários artigos da Constituição Federal de 1988.

Assim, alimentos transgênicos podem representar riscos para a Segurança Alimentar e Nutricional dos brasileiros em vários aspectos, desde relacionados à saúde, à perda de diversidade de sementes e consequente variabilidade genética, ao custo dos alimentos e a ameaças de perda de autonomia de agricultores familiares (risco de dependência das empresas produtoras de sementes transgênicas e pacotes de produção). Entre outros fatores, podemos imaginar um cenário em que o uso dos transgênicos provoque desequilíbrios ambientais graves com consequências: quedas de produção de alimentos, dependência de importações, aumento de custos ao consumidor etc”.

Dona Maria, impressionada com as descobertas, refletiu se o milho que ela compra no mercado é transgênico ou não. Ao sair da reunião, passou no supermercado. Na prateleira dos milhos para pipoca percebeu que algumas embalagens continham símbolo de transgênico, mas outras não

Então, ela escolheu uma marca que não continha o símbolo na embalagem, mas ficou pensando se a ausência de informação garantia que o milho não era transgênico.

Algumas questões para fomentar a discussão em grupo:

Como a situação do estudo de caso se expressa no seu cotidiano? O milho que você consome para fazer cuscuz, por exemplo, tem o rótulo de transgênico? Se não tem, você confia que o milho não é transgênico ou fica na dúvida se o rótulo foi omitido?

2: QUALIDADE DA MERENDA ESCOLAR

Jorge é pai de uma aluna de uma escola pública do Distrito Federal. Recentemente, foi eleito como conselheiro do Conselho de Alimentação Escolar. Quando começou a atuar, percebeu várias reclamações sobre os alimentos ofertados pelas escolas. Os cardápios eram compostos por alimentos industrializados, ultraprocessados e que não faziam parte do hábito alimentar dos estudantes. Pesquisando um pouco sobre a Política Nacional de Alimentação Escolar, na internet, Jorge descobriu que o Programa Nacional de Alimentação Escolar determina regras para a merenda escolar, com o objetivo de promover uma Alimentação Adequada e Saudável - ASS, saudável aos estudantes atendidos pelo programa.

O site informava:

“O cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional. Assim, o planejamento dos cardápios, bem como o acompanhamento de sua execução devem estar aliados para o alcance do objetivo do PNAE.

Os cardápios deverão ser elaborados pelo nutricionista Responsável Técnico, considerando:

- o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, atendendo as necessidades nutricionais dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde;
- os gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais;
- o horário em que é servida a alimentação e o alimento adequado a cada tipo de refeição;
- as especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas;
- a oferta de, no mínimo, 3 porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana), sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas in natura;
- os aspectos sensoriais, como as cores, os sabores, a textura, a combinação de alimentos e as técnicas de preparo.

Além dessas recomendações, o PNAE, visando limitar a oferta e o consumo de alimentos processados de baixo valor nutricional, ricos em açúcar, gordura e sal estabelece um limite para aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados. Proíbe, ainda, a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional.”

Jorge ficou pensando como poderia atuar para fazer a regra valer e assim, melhorar a qualidade da alimentação escolar.

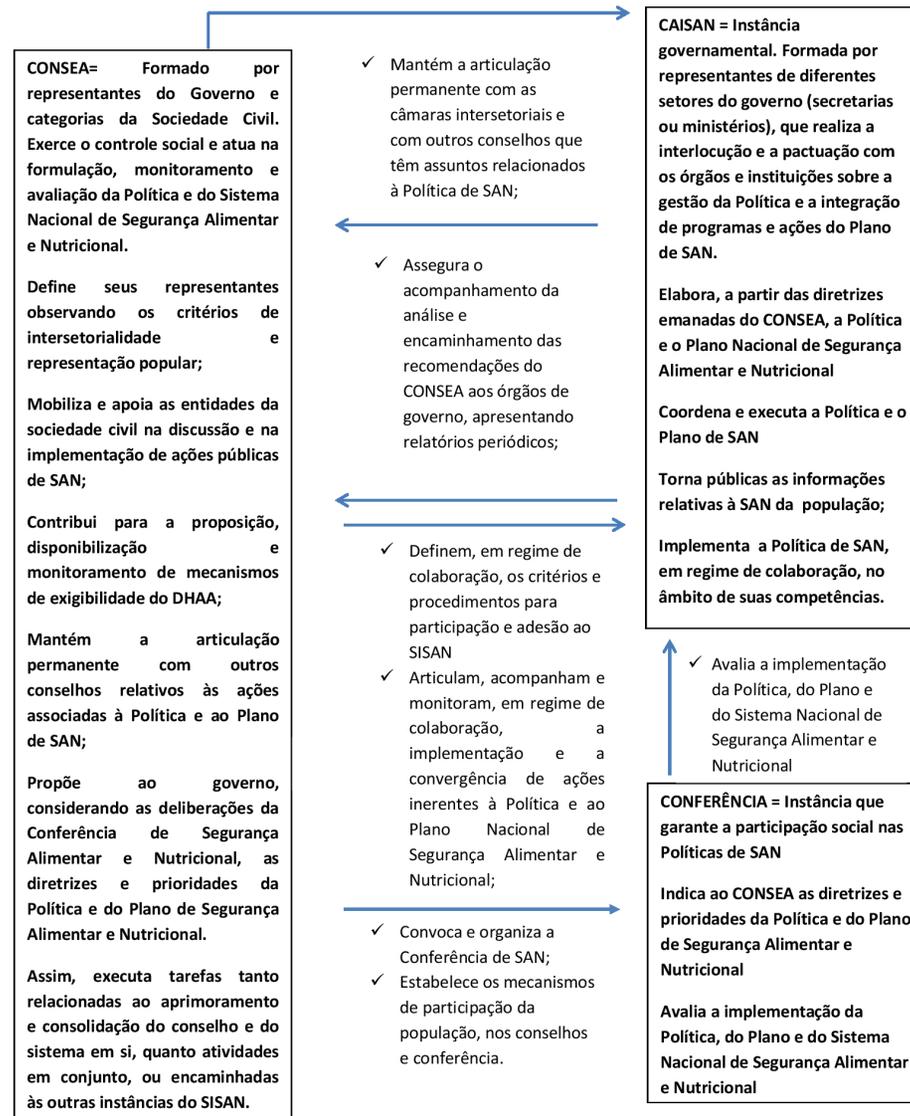
Algumas questões para fomentar a discussão em grupo:

Como está a alimentação escolar na escola de seu bairro? Você acompanha crianças ou adolescentes que fazem refeições nas escolas? O que elas e eles contam?

ANEXO 04 - ENCONTRO 10 - ESQUEMA ATRIBUIÇÕES INSTÂNCIAS SISAN

O SISAN e seus componentes

Para compreendermos como funciona o Sisan precisamos entender o que cada uma das instâncias faz, e também como essas ações se comunicam dentro do Sistema.



O Plano de SAN é o principal instrumento de planejamento de programas e ações intersectoriais da política de SAN. É também um instrumento de comprometimento do poder público com o Direito Humano à Alimentação Adequada. Para sua construção, envolve as três instâncias do SISAN. Com relação ao Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, as instâncias têm as seguintes atribuições:

1- A Conferência

Indica ao Conselho de SAN as diretrizes e prioridades da Política e do Plano de SAN.

2- O Consea

Propõe ao Poder Executivo, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano;

Elabora proposições orçamentárias, previamente à elaboração do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), propondo inclusive ações prioritárias;

Aprecia e acompanha a elaboração do Plano de SAN e manifesta-se sobre o seu conteúdo final, avalia sua implementação e propõe alterações visando ao seu aprimoramento;

Estimula a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes do Plano e da Política de SAN;

Monitora e avalia a execução das ações contempladas no Plano;

Monitora e avalia de forma integrada a destinação e aplicação de recursos em ações e programas de interesse da SAN no PPA e nas leis orçamentárias;

3- A Caisan

Respeita as deliberações sobre diretrizes e prioridades resultantes da Conferência;

Apresenta relatórios e informações ao CONSEA necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano de SAN;

Coordena a execução da Política e do Plano de SAN, em interlocução permanente com Consea e órgãos de execução;

Elabora, a partir das diretrizes emanadas do Consea, a Política e o Plano de SAN, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

Articula-se e pactua com os órgãos e entidades do governo local visando a gestão e integração dos programas e ações do Plano de SAN;

Articula, acompanha, monitora, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência das ações inerentes à Política e ao Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);

Monitora e avalia os resultados e impactos da Política e do Plano de SAN;

Assim se fecha o ciclo do sistema entre seus componentes. É claro que como todo sistema, ocorrem inversões de papéis e conflitos provenientes da função que cada um exerce, mas são naturais e fazem parte da construção da política. As divergências, discussões e soluções experimentadas são importantes para o avanço das ações de SAN em nossa sociedade.

ANEXO 05 - <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>